

# **A Política Externa de Cabo Verde e a sua Diáspora**

**Versão corrigida e melhorada após defesa ao público**

**Cláudio Isabel Furtado Andrade**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais**

**Especialização em Estudos Políticos de Área**

**Outubro, 2016**

---

# **A Política Externa de Cabo Verde e a sua Diáspora**

**Cláudio Isabel Furtado Andrade**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais**

**Especialização em Estudos Políticos de Área**

**Outubro, 2016**

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da

Professora Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva

*Todo o esforço, trabalho e sacrifício  
dedico à Maria Isabel Lopes Furtado,  
uma singela homenagem!*

## AGRADECIMENTOS

É com profunda gratidão que endereço as minhas primeiras palavras de agradecimento à Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias, que aceitou em primeira mão o desafio de orientar esta dissertação e cujas críticas, sugestões, palavras de encorajamento e paciência possibilitaram que pudesse levar esta demanda em frente.

Às professoras Doutoras Edalina Sanches e Ana Lúcia Sá, uma palavra de apreço, pelas orientações e suporte metodológico, que o curso por elas organizado sobre o Estudo da Política em África, me proporcionou em termos de ferramentas para reorganizar o meu quadro de análise teórico e a estratégia metodológica empregue nesta dissertação.

Ao Doutor Arnaldo Andrade Ramos um especial agradecimento pela disponibilidade e abertura demonstrada, e pelas trocas de impressões que de muito proveito serviram para a minha investigação.

A todos os docentes do Departamento de Estudos Políticos e outros, cujos ensinamentos despertaram em mim o gosto genuíno pela Ciências Política e Relações Internacionais.

Pelo suporte material e bibliográfico um especial reconhecimento ao Doutor Suzano Costa e à Sara Lixa.

Encaminho também as merecidas honras e reconhecimento, pela revisão ortográfica do texto e pela análise das construções frásicas, ao Joseph Lambert e à Andreia Querido. Às minhas amigas Alícia Andrade e Mariana Vidal um profundo obrigado pelo olhar detalhado e rigor na análise de sessões específicas desta dissertação.

Para todos os amigos, amigas e irmãos que me acompanharam neste percurso: Renato Pires, Pedro Pires, João Amor, Geovani dos Santos, George Dias, Alexandre Queda, Diogo Félix, Sérgio Teixeira e Francisca Costa, um obrigado não chega!

Aos familiares queridos, um reconhecimento aos meus tios Beatriz Furtado, Olívio Veiga e Octávio Correia.

E por último, por todo o amparo, pela luta conjunta, o espírito de sacrifício e por delas ter cultivado a resiliência necessária para culminar este objetivo de vida: à Maria Isabel Lopes Furtado, minha mãe, e Miriam Liliana Furtado Andrade, minha irmã, palavras nunca chegariam!

Um bem-haja a todos!

## **A Política Externa de Cabo Verde e a sua Diáspora**

### **Resumo**

Sumariamente, o escopo deste estudo incide na relação entre a Política Externa de Cabo Verde e a sua Diáspora, apresentando-se o cariz migrante da identidade cabo-verdiana como força motriz desta relação.

Neste sentido, opta-se por entender qual a importância da Diáspora na orientação e estruturação da Política Externa de Cabo Verde, de 1990 até março de 2016, examinando a relação entre estas duas unidades com o fito de destacar os pontos de contato entre as mesmas.

Argumenta-se que a diáspora cabo-verdiana constitui um dos elementos basilares da Política Externa perscrutada pelo país, sendo o seu contributo manifestado através do envio de remessas, captação de investimento externo e fomento de redes de conhecimento patenteadas pela sua vasta experiência migratória. De igual modo, atesta-se que o processo migratório é, pela sua regularidade, um elemento estruturante da identidade nacional de Cabo Verde, uma vez que a longa tradição migratória do seu povo para vários destinos, se reflete como sustento da autoidentificação de uma Nação Global. Finalmente entende-se que o recurso capital a potenciar e maximizar, no contexto desta Estado insular é não mais do que o humano – traduzido nos seus migrantes.

O estudo abrange assim a literatura concernente a Análise de Política Externa enquanto grelha de análise dentro das Relações Internacionais, o contexto estrutural da PE dos Estados do Sul Global e as dinâmicas coletivas da Política Externa dos Estados Africanos, para aferir sobre a importância da diáspora cabo-verdiana, enquanto ator não-estatal na Política Externa de Cabo Verde. Também no quadro das Migrações e Identidades, esta diáspora revela-se particular, dado a sua população emigrada ser superior à população que habita os territórios das ilhas. Assim procuramos perceber de que forma os mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde, através da Política Externa, concebem o cariz migrante da sua Nação patenteadas pelos fluxos transnacionais criados pelas migrações.

**PALAVRAS-CHAVE: Política Externa, Diáspora, Identidade, Pluralismo, Nação Global**

# **The Foreign Policy of Cape Verde and its Diaspora**

## **Abstract**

Summarily, this thesis focuses on the relationship between the Foreign Policy of Cape Verde and its Diaspora, presenting the migrant nature of the Cape Verdean identity as a driving force behind this relationship.

In this sense, the option is to understand what is the importance of the Diaspora in the orientation and formulation of the Foreign Policy of Cape Verde, from 1990 to the present day, examining the relationship between these two units with the aim to highlight the points of contact between them.

It is argued that the Cape Verdean diaspora is one of the basic elements of Foreign Policy peered across the country, having its contribution manifested through remittances, foreign investment acquisition and development of knowledge networks patented for its wide migration experience. Similarly, it confirms that the migration process is, by its regularity, a structural element of the national identity of Cape Verde, once the long migratory tradition of its people to various destinations is reflected as support of self-identification of a Global Nation. Finally it is understood that the main feature to be enhanced and maximized, in the context of this insular state is no more than the human factor - translated in its migrants.

The study thus covers the literature concerning the Foreign Policy Analysis as a grid analysis in International Relations, the structural context of the Foreign Policy of the Global South states and the collective dynamics of the Foreign Policy of African States, to assess the importance of Cape Verdean diaspora, while non-state actor in the Cape Verde Foreign Policy. Also in the context of Migration and Identities, this diaspora proves to be very peculiar, since its emigrant population is greater than the population living in the territories of the islands. Therefore we try to understand how the institutional mechanisms of the Cape Verde State, through the foreign policy, conceive the migrant nature of its nation, patented by transnational flows created by its migration.

**KEYWORDS: Foreign Policy, Diaspora, Identity, Pluralism, Global Nation**

## ÍNDICE Geral

Introdução.....	1
<b>Capítulo I: Enquadramento teórico-metodológico.....</b>	<b>5</b>
<u>I. I. Formulação do problema.....</u>	<u>5</u>
<u>I. II. Estado de Arte.....</u>	<u>6</u>
<u>I. III. Desenho da Investigação.....</u>	<u>13</u>
<u>I. IV. Estratégia Metodológica.....</u>	<u>16</u>
<b>Capítulo II: Revisitando o Estudo da Política Externa.....</b>	<b>21</b>
<u>II. I. Escopo e Conceito.....</u>	<u>21</u>
<u>II. II. Estudos Fundacionais, Principais Abordagens e Metodologia – o debate.....</u>	<u>23</u>
<u>Behaviorismo.....</u>	<u>26</u>
<u>Políticas Burocráticas.....</u>	<u>29</u>
<u>Domestic Politics e a Política Externa.....</u>	<u>31</u>
<u>Sobre a Metodologia.....</u>	<u>34</u>
<u>Análise de Política Externa – o olhar que fica.....</u>	<u>35</u>
<u>II. III. A Política Externa dos Estados do Sul Global.....</u>	<u>37</u>
<u>II. IV. A Política Externa dos Estados Africanos.....</u>	<u>44</u>
<u>África no Mundo.....</u>	<u>44</u>
<u>II.V. A Política Externa e o caso de Cabo Verde.....</u>	<u>51</u>
<b>Capítulo III: Diásporas na Política Internacional.....</b>	<b>60</b>
<u>III. I. Diásporas - Evolução teórico concetual.....</u>	<u>60</u>
<u>III. II. Diásporas – Globalização e Transnacionalismo.....</u>	<u>64</u>
<u>III. III. Diásporas e a Política Internacional.....</u>	<u>68</u>
<b>Capítulo IV: Política Externa, Diáspora e Identidade cabo-verdiana.....</b>	<b>71</b>
<u>IV. I. O Cariz Migrante da Identidade cabo-verdiana e a sua Diáspora.....</u>	<u>71</u>

<b>As migrações e a Identidade cabo-verdiana.....</b>	<b>73</b>
<b>Identidade cabo-verdiana – noções e ambiguidades.....</b>	<b>77</b>
<b>Sobre a diáspora cabo-verdiana.....</b>	<b>82</b>
<b><u>IV. II. Política Externa e a Diáspora cabo-verdiana – Mutualismo Relacional.....</u></b>	<b>85</b>
<b>Mecanismos Institucionais do Estado e a diáspora cabo-verdiana.....</b>	<b>86</b>
<b>Instrumentalização Política da Diáspora cabo-verdiana.....</b>	<b>90</b>
<b>O Mutualismo Relacional entre a Política Externa e a Diáspora cabo-verdiana....</b>	<b>101</b>
<b><u>IV. III. Diáspora e o potencial do capital humano.....</u></b>	<b>109</b>
<b>V. Conclusão.....</b>	<b>114</b>
<b><u>V.I – Limitações e perspetivas de investigação futura.....</u></b>	<b>118</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>120</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>138</b>

## ÍNDICE DE ANEXOS

### **Dispersão Geográfica da população cabo-verdiana.....138**

Figura 6 – Distribuição Espacial dos emigrantes cabo-verdianos

### **Remessas dos Emigrantes – volume.....139**

Figura 7 – Volume de remessas por país – 1990-2008

Figura 8 – Evolução do volume de remessas em milhões de escudos - 1990-2008

Figura 9 – Evolução das remessas de emigrantes em milhões de dólares - 1986-2008

Figura 10 – Remessas de emigrantes por país de origem (divisas), milhões de escudos cabo-verdianos

### **Critérios de definição de uma diáspora.....141**

Figura 11 – Elementos constitutivos de uma diáspora, segundo Robin Cohen

### **Diásporas no espaço entre lugares – espaço transnacional .....142**

Figura 12 – Práticas transnacionais dos emigrantes cabo-verdianos

### **Aquisição de Nacionalidade cabo-verdiana.....143**

Figura 13 – Aquisição de Nacionalidade cabo-verdiana, segundo os dez principais países de nacionalidade de origem, 1997-2008

### **A problemática dos deportados em números.....143**

Figura 14 - Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008

### **O quadro das debilidades económicas.....144**

Figura 15 – Principais indicadores macroeconómicos

### **Destinos migratórios dos emigrantes cabo-verdianos.....145**

Figura 16 - Emigrantes cabo-verdianos por país de acolhimento

### **Acordos/Convenções de Emigração.....146**

Acordos/ Convenções de Emigração

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Figura 1** – Alternâncias no poder entre PAICV e MpD de 1975-2016 .....90

**Figura 2** – Círculos Concêntricos da evolução das medidas para a emigração em Cabo Verde 1991-2016.....95

**Figura 3** - Principais doadores de Cabo Verde.....102

**Figura 4** – TOP 10 de destinos emigração de Cabo Verde.....103

**Figura 5** – Acordos de Segurança Social.....103

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACIDI	Alto Comissariado para as Imigrações e Diálogo Intercultural
ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)
AEC	Associação de Estados Caribenhos
AfDBF	African Development Bank Fund
AfDBG	African Development Bank Group
ANSEA/ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Análise de Política Externa
BM	Banco Mundial
CAMPO	Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem
Camões, I. P.	Camões – Instituto de Cooperação e Língua Portuguesa, I. P.
CEAP/APEC	Cooperação Económica Ásia-Pacífico
CEDEAO	Comunidade Económica e de Desenvolvimento da África Ocidental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EI	Economia Internacional
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPE	Instituto de Apoio ao Emigrante
IDA	International Development Association
IC	Instituto das Comunidades
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPAD	Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento

INECV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MpD	Movimento para a Democracia
NMS	Non Member States
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional
OIF	Organização Internacional da Francofonia
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG's	Organizações não- governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGV	Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde
PE	Política Externa
PED	Países em Desenvolvimento
PIC	Política Internacional Contemporânea
PI	Política Internacional
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
TRI	Teorias das Relações Internacionais
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio
UNDP	Programa de Desenvolvimento da ONU
UNFPA	Fundo para as Populações das Nações Unidas

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

Desde os contatos com os navegantes portugueses, até a atualidade, que o território que hoje demarca a soberania territorial da República de Cabo Verde é atravessado por fluxos constantes de entrada e saída de indivíduos. A história das ilhas é marcada por abandonos e repovoamentos, por secas recorrentes durante as quais os escravos depressa eram vendidos e os trabalhadores livres obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas. Este legado histórico, presente com vivacidade no ideário psicológico do cidadão cabo-verdiano e na memória coletiva da sua nação, traduziu-se ao longo dos anos, numa das realidades incontornáveis que está na génese deste Estado Nação – a realidade migratória. Neste sentido, a presente dissertação de Mestrado aborda a temática da relação entre a Política Externa (PE) de Cabo Verde e a sua diáspora, tendo como canal privilegiado desta relação, a dimensão identitária, sustentada pelo cariz migrante da identidade cabo-verdiana.

O presente estudo insere-se num quadro teórico de análise que visa consubstanciar possíveis vazios e lacunas na literatura, promovendo as potencialidades e particularidades que o estudo de caso de Cabo Verde possa provir. Assim, exploramos o diálogo entre as grandes Teorias das Relações Internacionais (TRI), como o realismo e as teorias de alcance médio utilizadas pela Análise de Política Externa (APE), nomeadamente o behaviorismo, políticas burocráticas e o pluralismo. Neste percurso perscrutamos as fundações que estabeleceram a APE como subcampo de estudos dentro das Relações Internacionais (RI), mas tendo presente as coordenadas de identidades geográficas que catalogam Cabo Verde como um Estado pertencente ao Sul Global e africano. Seguindo este trilho operacionalizamos o conceito de PE respeitando os contributos clássicos da teoria, em grande parte concebida para a realidade dos países que compõem o Norte Global, salvaguardando as características que distinguem um Estado africano, que pertence ao Sul Global. Mas não só! Na verdade, e naquilo que compreende um dos motores principais do foco desta dissertação, o nosso quadro de análise teórico permite-nos visitar alguns debates estruturais, como a perda ou não da primazia do Estado na Política Internacional (PI), e

um dos debates principais no âmbito das Ciências Sociais – estrutura vs. agência humana.

Segundo Stephen Wright, o final da Guerra Fria marcou um ponto de viragem no envolvimento das potências no continente Africano, na medida em que os conflitos deixaram de estar subordinados à lógica da rivalidade entre as superpotências.<sup>1</sup> O próprio Sistema Internacional (SI) seria palco de flutuações na distribuição de poder. Novos atores surgiriam com protagonismo na esfera internacional. Neste contexto, há uma extensa literatura que se tem debruçado sobre estas mudanças, que afetam não só o comportamento dos Estados, enquanto atores unitários, como nas suas relações bilaterais e multilaterais. A PE é uma vertente fundamental, e também ela tem sido alvo de reconceptualizações. Esta conjuntura motivou-nos a abraçar o desafio de explorar a importância crescente das diásporas na PI. Escolher um Estado como Cabo Verde, recém-independente, com uma PE extremamente centrada para o desenvolvimento e com uma forte dependência de fontes externas para o desenvolvimento interno, insere-se nesta demanda de explicitar em que medida um ator não-estatal como a diáspora cabo-verdiana influencia o comportamento externo da sua “terra-mãe”.

Notar que o estudo de caso de Cabo Verde reúne singularidades frutíferas para o quadro analítico das Migrações e Identidades. Por um lado, a formação e o desenvolvimento do sistema migratório do país destaca-se no contexto dos povos migrantes dado à dimensão superior dos emigrantes relativamente à população residente nas ilhas. Por outro, e atendendo ao processo de formação identitária desta nação, verificam-se particularidades que a demarcam das demais nações africanas, e no qual teremos em conta, noções e ambiguidades, tal como o conceito de cabo-verdianidade e a sua essência que se singulariza por incorporar elementos exteriores a ela, de uma forma em que o exterior se torna rapidamente interior, ou seja parte integrante da sua matriz identitária. Como tal, é necessário reconhecer os elementos da cultura não-cabo-verdianos que, agora, integram a sua identidade.

Cabo Verde é um exemplo inscrito na história de como os lugares de encontro de culturas diferentes se tornam privilegiados na observação de culturas em

---

<sup>1</sup> Ver: WRIGHT, Stephen - *African Foreign Policies*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

movimento e no estudo dos fluxos migratórios de caráter global. Se as identidades num mundo cada vez mais globalizado se movem na direção de uma sociedade multicultural, tal deve-se muito às dinâmicas transnacionais. O arquipélago cabo-verdiano cujas fronteiras nacionais não se restringem aos seus limites territoriais físicos ilustra a noção desterritorializada de nação que se tem refletido no ideário de um espaço global em que os países da diáspora são interiorizados como parte de um território nacional que não se restringe às fronteiras físicas limitadas às ilhas do arquipélago.

Neste sentido, opta-se por entender qual a importância da diáspora na orientação e estruturação da PE de Cabo Verde, de 1990 até à atualidade, examinando a relação entre estas duas unidades com o fito de destacar os pontos de contato entre as mesmas.

Argumenta-se que a diáspora cabo-verdiana constitui um dos elementos basilares da PE perscrutada pelo país, sendo o seu contributo manifestado através do envio de remessas, captação de investimento externo e fomento de redes de conhecimento patenteadas pela sua vasta experiência migratória. De igual modo, atesta-se que o processo migratório é, pela sua regularidade, um elemento estruturante da identidade nacional de Cabo Verde, uma vez que a longa tradição migratória do seu povo para vários destinos, se reflete como sustento da autoidentificação de uma Nação Global. Finalmente entende-se que o recurso capital a potenciar e maximizar, no contexto deste Estado insular é não mais do que o humano – traduzido nos seus migrantes.

Com o intuito de testar as hipóteses apresentadas, operámos a divisão deste trabalho em quatro capítulos. Numa primeira parte, dá-se primazia à revisão da literatura que alicerça o nosso estudo, definindo o objeto e a metodologia a ser empregue neste trabalho. Seguidamente afloramos sobre a evolução do estudo teórico e concetual da PE. Revisitamos as fundações teóricas da APE e traçamos algumas considerações sobre a PE dos Estados do Sul Global e a PE dos Estados Africanos, com a finalidade de operacionalizar o conceito de PE por nós praticado e de considerar os debates que abrem caminho para a emergência das Diásporas na PI. Numa terceira parte dá-se prioridade ao estudo teórico-concetual das Diásporas enquanto atores não-estatais e afere-se o seu papel na Política Internacional

Contemporânea (PIC). Finalmente exploramos a relação entre a diáspora e a PE do país, atendendo por um lado à instrumentalização política da diáspora cabo-verdiana, e por outro à PE como ferramenta de defesa dos interesses das formações da diáspora cabo-verdiana, tendo presente a representação dos mecanismos institucionais do Estado em relação à diáspora cabo-verdiana. Neste quarto capítulo também consideramos o cariz migrante da identidade cabo-verdiana, como elo de ligação entre a PE e a diáspora do país.

Uma análise sobre um Estado africano, pertencente ao Sul Global e com uma matriz identitária (em muitos âmbitos) pró-ocidental requer uma abordagem interdisciplinar. Procuramos desenvolver uma abordagem que não ignore as dinâmicas da globalização, a volatilidade e maior propensão para um Estado como Cabo Verde ser afetado pelos cenários de mudança e as alterações na distribuição de poder no SI. Assim a nossa abordagem é movida pela consciência que não existem teorias absolutas, ou dogmas inquestionáveis. Num estudo desta natureza que abarca fluxos transnacionais, coordenadas identitárias e PE, partimos do pressuposto que o diálogo entre o realismo e algumas subáreas tais como o pluralismo e ainda o transnacionalismo seja por complemento ou oposição, deixam-nos melhor equipados para esta análise qualitativa.

## I. Enquadramento teórico-metodológico

### I. I. Formulação do Problema

Sumariamente, o escopo deste trabalho incide na relação entre a PE de Cabo Verde e a sua Diáspora, apresentando-se o cariz migrante da identidade cabo-verdiana como força motriz desta relação.

Neste sentido, opta-se por entender qual a importância da Diáspora na orientação e estruturação da PE de Cabo Verde, de 1990 até março de 2016. Esta será a questão orientadora que pautará esta análise, tendo como fontes teóricas, referências bibliográficas ao debate em torno do modelo de análise da APE, da identidade enquanto mecanismo que influencia o padrão de conduta dos Estados na esfera internacional, e claro está, do contributo da literatura relativamente à concetualização das formações da diáspora, e a sua relevância na PI.

As dez ilhas e oito ilhéus<sup>2</sup> que compõem o arquipélago totalizam 4. 033 km<sup>2</sup> , sendo imagem de marca a sua descontinuidade territorial. Fruto das migrações, fala-se numa descontinuidade territorial de grande parte do seu contingente populacional e conseqüentemente da sua nação. De que forma o Estado de Cabo Verde tem concebido esta conjuntura, que afeta o seu posicionamento externo? Quais as opções para um Estado insular, com uma nação diasporizada<sup>3</sup> e dependente de recursos endógenos para sobreviver e projetar os seus interesses à escala internacional?

---

<sup>2</sup> As dez ilhas estão divididas em dois grupos, de acordo com a sua posição relativamente aos ventos predominantes. Do grupo do Barlavento (lado de onde sopra o vento), fazem parte as ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia (desabitada), Sal e Boavista. Do grupo do Sotavento (lado oposto ao vento) fazem parte as ilhas de Fogo, Maio, Brava e Santiago.

<sup>3</sup> A expressão diasporizada será utilizada com alguma frequência neste estudo, para caracterizar a matriz diaspórica da identidade cabo-verdiana. Ao definirmos que Cabo Verde possui uma nação diasporizada, entendemos que estamos perante um Estado detentor de uma diáspora reconhecida por si como tal, pelos mecanismos institucionais do seu Estado e pelos outros, ou seja pela Sociedade Internacional. Esta expressão foi utilizada por Suzano Costa - *In COSTA, Suzano - A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas*. In SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo [Org.] - *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*. Praia: ISCJS, 2012, p. 221. Também Kátia Cardoso a utilizou, *In CARDOSO, Kátia - Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde*. A

O estudo presta-se a descortinar a importância/relevância, que tanto a diáspora influi na prossecução dos objetivos de PE nacional, como a PE na defesa dos interesses e proteção dos direitos dos migrantes nas suas comunidades de acolhimento, e esmiuçar a autodenominação de Nação global, uma das bandeiras cultivadas pelos fluxos transnacionais inerentes à diáspora cabo-verdiana. Importa agora, rever o estado da literatura sobre o estudo que pretendemos elaborar e precisar o nosso objeto de análise.

## I. II. Estado de Arte

Consta que o final da Guerra Fria inaugurou um novo período no estudo da Política Internacional (PI). Por um lado, as abordagens prevaletentes das Relações Internacionais (RI) revelaram-se insuficientes para explicar determinadas contingências, sendo que por outro, um novo rol de teorizações ganhou espaço, enfatizando novas dimensões de análise. Uma das dimensões que ganhou relevo, teve como foco a análise do papel/influência dos atores não-estatais para a PE dos Estados e para a PI no seu todo.

Destaque para a obra de Thomas Risse-Kappan que procurou revigorar uma matéria que teve uma certa proeminência nos anos 70, mas que perderia espaço para as abordagens estatocêntricas das RI.<sup>4</sup> O autor analisou o impacto dos atores não-estatais na PI e na PE dos Estados, focando-se nas interações entre os Estados e as suas relações transnacionais, em matérias de vários âmbitos. Risse-Kappan estabeleceria que as estruturas internas e as instituições internacionais medeiam a influência que as interações dos atores não-estatais têm na Sociedade Internacional.

Ainda sobre o estudo do papel dos atores não-estatais na PI, Daphné Josselin e William Wallace traçaram um panorama dos diferentes tipos de atores internacionais. Cientes da prevalência das fundações que concebem o Estado como ator central no SI,

---

*Relação entre a Emigração e a PE Cabo-verdiana*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África, p. 104.

<sup>4</sup> RISSE-KAPPAN, Thomas – Foreword – *in* Bringing Transnational Relations back in - Non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. xi.

estes refletiram sobre o lugar dos atores não-estatais na PI e os desafios que representam para os próprios Estados.<sup>5</sup>

Findado o período da bipolaridade no Sistema Internacional (SI), as dinâmicas provenientes da globalização, da interpenetração das economias mundiais sob a égide do capitalismo, e do triunfo de valores do Ocidente<sup>6</sup>, como a democracia, abriram espaço a um conjunto de teorias que anunciaram o fim das alternativas ao capitalismo neoliberal e o choque das civilizações. Desde Francis Fukuyama a Samuel Huntington, diversas foram as perspectivas partilhadas, no sentido de perceber o papel dos Estados e de outros atores na PIC.<sup>7</sup> Todavia, é dos fundamentos de Keohane e Nye que retiramos os contributos mais frutíferos para a problematização desta revisão da literatura. Os dois autores desenvolveram o conceito de interdependência complexa para explicar as dinâmicas contemporâneas da PI.<sup>8</sup>

Na sua obra, Keohane e Nye identificam três tipos de atores que interagem no SI: governamentais, subestatais e não-estatais. Entre eles estabelecem relações interestatais, transgovernamentais ou transnacionais. Os autores observam que apesar de uma certa hierarquização no que diz respeito à importância de cada ator no SI, não só não podemos dissociar a PI da política interna dos Estados, como também nenhum dos atores é totalmente independente, visto influenciarem-se mutuamente. Esta dinâmica seja de competição, ou de cooperação, pode gerar dois cenários: um de

---

<sup>5</sup> Ver: JOSSELIN, Daphné & WALLACE, William. *Non-state Actors in World Politics: a Framework*. London: Palgrave Macmillan UK, 2001.

<sup>6</sup> Se atendermos à fundamentação teórica de Samuel Huntington na obra: *O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial* (1999), o termo Ocidente espelha o grupo de nações que partilham valores comuns como a democracia, paz, direitos humanos, também denominada de Civilização Ocidental. Este ponto tem interesse no nosso estudo, nomeadamente na articulação de Cabo Verde entre o espaço europeu e o espaço africano e as características que este Estado detém, que o incluem a nível identitário na Civilização Ocidental. Esta questão será aprofundada no capítulo IV.I – subsecção Identidade Cabo-verdiana – noções e ambiguidades, pp. 80-81.

<sup>7</sup> Francis Fukuyama advogou que o final da Guerra Fria despontou um novo período na história da humanidade. Segundo Fukuyama o colapso do bloco soviético marcou o triunfo da democracia liberal como a única aspiração política corrente que constitui o ponto de união entre regiões e cultura diversas do globo. A Ordem Internacional deslocar-se-ia de uma bipolaridade para uma unipolaridade, liderada pelos EUA que adquirira o estatuto de superpotência mundial. In FUKUYAMA, Francis - *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva, 1999. Por sua vez o já referenciado Huntington sustentaria uma tese controversa de que as “civilizações” substituiriam as nações e ideologias como força condutora da política global, nos pós Guerra Fria. In HUNTINGTON, Samuel - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva, 1999.

<sup>8</sup> Veja-se: KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. Power and Interdependence revisited. *International Organization*, Vol. 41, n.º4 (1987), pp. 725-753.

interdependência assimétrica e um de interdependência recíproca.<sup>9</sup> Independentemente do cenário verifica-se uma complexa interação entre os Estados e os atores não-estatais.

Paralelamente, e no tocante ao estudo da PE, há uma extensa literatura norte-americana que se debruça sobre o seu entendimento e problematização. Chris Alden e Amnon Aran<sup>10</sup> revisitam o modelo de análise da APE<sup>11</sup>, que trata o estudo da condução e prática das relações entre diferentes atores, na esfera internacional. Desde o centralismo do Estado alicerçado à formulação do interesse nacional propugnado pelo realismo, à análise do comportamento humano da abordagem behaviorista e as influências externas na tomada de decisão em PE - o debate tem sido bastante frutífero. Ainda assim, é das conceitualizações proto-construtivistas e do pluralismo, que se retiram as contribuições mais adequadas a esta análise. A primeira sustenta que a PE resulta de um processo mutuamente constitutivo, que envolve os indivíduos, a sociedade e o meio envolvente. Jutta Weldes defende que a tomada de decisão implica que os decisores tenham conhecimento do ambiente que os envolve e da natureza da sua PE.<sup>12</sup> Para Robert Putnam o ambiente que envolve os decisores políticos contempla uma interação de interdependência complexa entre o ambiente interno e o ambiente internacional, que moldam e ditam a tomada de decisão externa<sup>13</sup>.

Apesar da diversidade de opiniões, o que aprendemos com este legado teórico é que a diversidade de atores na esfera internacional contribuiu para a diminuição do foco no poderio militar e do centralismo do Estado, como dimensões de estudo no que

---

<sup>9</sup> A teoria da interdependência está intimamente associada ao transnacionalismo. No âmbito deste estudo utilizaremos o transnacionalismo, como matéria intimamente ligada à emergência das diásporas e às dinâmicas da globalização (capítulo III.II). Há quem os conceba como sinónimos. De acordo com o prisma transnacionalista, o que tem realce nas RI são os contatos, coligações e interações que atravessam fronteiras e que não são controlados pelos órgãos centrais da PE dos governos mas que todavia obrigam estes a tê-los em conta e a ponderá-los. in KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. - Transnational Relations and World Politics. *Political Science Quarterly*, Vol. 88, n.º1, (Mar., 1973), pp. 161-163.

<sup>10</sup> Ver: ALDEN, Chris & ARAN, Amnon. *Foreign Policy Analysis – New approaches*. New York: Routledge, 2012.

<sup>11</sup> Dado à proliferação de estudos, a APE tem vindo a autonomizar-se enquanto subcampo no seio da disciplina das RI.

<sup>12</sup> Jutta Weldes citada por PFALTZGRAFF, Robert Jr. & DOUGHERTY, James E - *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva, 2004, p. 706.

<sup>13</sup> Veja-se: PUTNAM, Robert D. - Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, Vol. 42, n.º3 (1988) pp. 427-460.

toca a PE. Quando se pensa em Estados recentemente independentes, e a sua maior vulnerabilidade face às flutuações do SI, é interessante perceber de que forma estes são afetados por esta diversidade de atores no SI, e como tentam contrariar as suas dependências exógenas.<sup>14</sup> Neste sentido, o continente africano compreende um alvo atrativo, dado a complexidade da sua história. Bill Ashcroft sustenta que é preciso desconstruir as conceções essencialistas que vêem África de forma periférica.<sup>15</sup>

Como nos alerta Williams Gonçalves, como podemos analisar a PE de países em desenvolvimento a partir de conceções ministradas para a realidade dos países ocidentais?<sup>16</sup> James Rosenau reifica que o estudo da PE deve estar ancorado num conhecimento rigoroso da realidade do país sob análise.<sup>17</sup> Entendemos que a PE dos países periféricos é usualmente orientada para explorar as possibilidades que o SI oferece para estes preencherem as suas necessidades internas de desenvolvimento.

Cabo Verde (o caso do presente estudo) insere-se dentro do contexto de uma Estado insular, periférico, cujo principal objetivo em matéria de PE é o desenvolvimento. A PE cabo-verdiana e a questão de desenvolvimento têm sido objetos de algumas publicações. Suzano Costa explora, numa perspetiva longitudinal, os eixos estratégicos da PE cabo-verdiana, no contexto de uma geopolítica multipolar e interdependente, e na encruzilhada entre África, a Europa e as Américas.<sup>18</sup> Também Adilson Tavares foi autor de uma tese de Mestrado que teve como objeto de estudo a relação entre a PE cabo-verdiana e o desenvolvimento.<sup>19</sup> Tavares seguiu o quadro teórico das RI e das teorias do desenvolvimento, para demonstrar que Cabo Verde é

---

<sup>14</sup> Christopher Clapham aborda esta questão, numa das suas obras de referência. O autor constata que grande parte dos Estados africanos dependem da esfera internacional para garantir a sua soberania e independência, mas sobretudo o seu desenvolvimento. Como tal tornam-se mais dependentes das dinâmicas do SI. In CLAPHAM, Christopher - *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>15</sup> Ver: ASHCROFT, Bill, GRIFFITS, Gareth & TIFFIN, Helen - *The Empire Writes Back – Theory and practice in post-colonial literature*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York: Routledge, 2002.

<sup>16</sup> GONÇALVES, Williams – Política Externa: Dimensões, Actores e Modelos. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 59.

<sup>17</sup> ROSENAU, James N. – Foreword- in SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim - *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008, pp. V-X.

<sup>18</sup> Ver: COSTA, Suzano - A PE Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. In SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo [Org.] - *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*. Praia: ISCJS, 2012, pp. 221-257.

<sup>19</sup> Veja-se: TAVARES, Adilson - *A importância da Política Externa no processo de desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – especialização em Relações Internacionais.

um caso paradigmático no contexto dos Estados Africanos, visto que apesar da escassez de recursos naturais, tem utilizado a PE como principal ferramenta de desenvolvimento, ao mesmo tempo que os financiamentos externos têm sido canalizados de forma profícua, granjeando credibilidade junto dos parceiros externos.

Atente-se, contudo, que relativamente ao estudo da política em Cabo Verde, interna ou externa, não se pode ignorar a condição migrante da sua nação. A diáspora é uma realidade presente na praxis política deste país, sendo que desde o seu gérmen que os fluxos migratórios acompanham a história desta nação. Como tal, é importante explorar não só o papel da diáspora, enquanto ator não-estatal para o Sistema Político cabo-verdiano, como os efeitos das migrações para a construção de uma identidade nacional, que se autointitula de Nação Global.

Por outro lado, o estudo da diáspora cabo-verdiana ganha interesse, fundamentalmente porque a sua população, ou seja, a população migrante, é superior à população residente nas ilhas. Segundo Camilo Querido Graça esta mesma diáspora, participou no processo de construção nacional, provando assim que outros atores poderão intervir neste processo – empresas nacionais, investimento dos imigrantes e agentes externos.<sup>20</sup> Kátia Cardoso analisou as várias faces da emigração cabo-verdiana prestando-se a dar um entendimento abrangente sobre as comunidades migradas de Cabo-Verde, e suportando-se no quadro teórico das RI. A autora estabeleceu uma ponte entre a PE cabo-verdiana e a sua diáspora, evidenciando o paradigma transnacionalista para explicar os seus contornos.<sup>21</sup> Neste sentido, o nosso estudo visa complementar as pistas deixadas pelo trabalho de Kátia Cardoso, trazendo originalidade, por um lado na exploração do quadro de análise teórico da Política Externa dos Estados do Sul Global e da Política Externa dos Estados Africanos, e por outro conjugando os ensinamentos do transnacionalismo com a visão pluralista da APE, na resenha teórica que apresentamos sobre as formações da diáspora e o seu potencial emergente na PIC.

Temos presente ainda, o debate em torno da identidade cabo-verdiana e as suas ambiguidades. Segundo Chalinor, o cabo-verdiano tem um sentido identitário

---

<sup>20</sup> Ver: GRAÇA, Camilo - *Estado e Democracia em África: O caso de Cabo Verde*. Praia: ISCJS, 2005.

<sup>21</sup> Ver também: CARDOSO, Kátia - *Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde. A Relação entre a Emigração e a PE Cabo-verdiana*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África.

ambíguo, na medida em que simultaneamente resiste e adota as suas raízes africanas ou europeias.<sup>22</sup> Existe um elemento de escolha na construção social da sua identidade, já que em algumas situações prefere acentuar as suas origens europeias, noutras realça o orgulho da sua raiz africana. A este respeito, Backer relembra que muitos dos africanos continentais questionam se os cabo-verdianos serão *real africans*.<sup>23</sup> Ainda assim, Cabo Verde é um dos poucos Estados no continente africano, detentor de uma sociedade etnicamente homogénea, livre de disputas étnicas e tradicionalismos radicais.

Em virtude da dificuldade inerente à análise da dimensão identitária de uma nação diaspORIZADA, sem incorrer numa visão que promova a mistificação da terra-mãe como princípio e fim, centro e catalisador da produção cultural e identitária, Iolanda Évora aponta que este é um momento em que a identidade surge como um conjunto sincrético, que não é conveniente, nem apropriado dissecar, já que quando analisada como um todo, é-lo com uma imensa construção mítica e mistificadora.<sup>24</sup> Acresce também que vivemos num contexto em que prevalece um forte discurso homogeneizante sobre as migrações cabo-verdianas e sobre Cabo Verde e a sua diáspora. Trata-se de um discurso amplamente partilhado, mas que deixa de fora muito do que deveria ser considerado para que nos constituamos, efetivamente, como diáspora.<sup>25</sup>

Sobre a literatura que explora o estudo das Diásporas na PI, há um conjunto de trabalhos que merecem referencia. Robin Cohen debate-se com o percurso evolutivo e histórico do estudo das diásporas à escala global<sup>26</sup>. Do seu contributo para a literatura, constitui-se uma definição genérica, daquilo que materializa a noção de diáspora – grupo de migrantes dispersos por diversos núcleos territoriais, que comungam uma identidade que os diferencia e partilham a mesma memória étnico-cultural coletiva,

---

<sup>22</sup> Elizabeth Chalinor citada por GOMES, Isabel Brigham [coord.] - *Estudo da caracterização da Comunidade Cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde em Portugal, IESE/GEOIDEIA, 1999, p. 145.

<sup>23</sup> BAKER, Bruce - Cape Verde: the most democratic nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*, vol.44, n.º4 (2006) p. 506.

<sup>24</sup> CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA, Cidade de Mindelo, 2001. ÉVORA, Iolanda - *Cabo Verde e a Diáspora: diálogos, mobilidades, produtos e relações contemporâneas*. Lisboa: CESA, ISEG, 2011, p. 2.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>26</sup> Ver: COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 2<sup>nd</sup> Edition. London and New York: Routledge, 2008.

estabelecendo contatos entre si e com o território de origem.<sup>27</sup> Tais grupos estão sujeitos à influência e em muitos casos a dinâmicas de aculturação, por parte das sociedades de acolhimento e dos vários fluxos que se conjugam. O mesmo autor publicou um ensaio que investiga novos desenvolvimentos relativos ao papel que as diásporas podem desempenhar na política dos seus países de origem, estabelecendo um tópico novo no estudo das diásporas e as RI.<sup>28</sup>

Por sua vez, Terrence Lyons e Peter Mandaville elaboram um estudo comparado sobre o impacto das diásporas na política dos países de origem, identificando alguma das oportunidades políticas e os desafios relacionados com a política das diásporas.<sup>29</sup>

Eva Østergaard-Nielsen examina conceitos-chave e as tendências inerentes ao envolvimento dos migrantes em práticas políticas transnacionais.<sup>30</sup> Tais práticas são influenciadas por um ambiente institucional composto por instituições políticas dos países que enviam e acolhem e pelas normas e instituições internacionais e as interligações entre outros atores não-estatais. Noutro artigo, a autora explora os padrões e as dinâmicas da relação ambígua entre as diásporas e os Estados. Neste contributo destacamos para este estudo as questões das lealdades e identificações das diásporas em relação aos seus países de origem e o peso que apoio ou não ao regime político vigente nos mesmos, pode ter no comportamento externo desses mesmos Estados.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> Michel Beine et al. definem diáspora no seu sentido económico, como um conjunto de migrantes que se reúnem em números relativamente significativos numa região ou país de destino particular e que têm influência no capital humano e nas finanças públicas dos países de origem e dos países de acolhimento. In BEINE, Michel, DOCQUIER, Frédéric & OZDEN, Çağlar. *Diasporas. Journal of Development Economies*, vol. 95, n.º1 (2011), pp. 30-41.

<sup>28</sup> Cohen argumentou que embora tenha havido antecedentes deste papel das diásporas na política dos seus países de origem, mesmo antes do período vigente da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e o fim da Ordem Internacional Bipolar alicerçados num aumento da importância das Organizações Não-Governamentais (ONG's), favoreceram o envolvimento das diásporas na política dos seus países de origem. In COHEN, Robin - *New Roles for Diasporas in International Relations. Diaspora*, vol. 14, n.º1 (2005), pp. 179-183.

<sup>29</sup> Veja-se: LYONS, Terrence & MANDAVILLE, Peter - *Diasporas in Global Politics*. Arlington: George Mason University, Centre for Global Studies, 2010.

<sup>30</sup> Ver: ØSTERGAARD-Nielsen, Eva - *The Politics of Migrants' Transnational Political Practices. International Migration Review*, vol. 37, n.º3 (2003), pp. 760-786.

<sup>31</sup> Ver também: ØSTERGAARD-Nielsen, Eva - *Diaspora in World Politics. In JOSSELIN, Daphné & WALLACE, William - Non-state Actors in World Politics: a Framework*. London: Palgrave Macmillan UK, 2001, pp. 218-231.

Por fim, o contributo sublime de Alfred Zack-Williams e Giles Mohan, que traçaram as dimensões das comunidades de diásporas de África, explorando as suas consequências para as RI do continente.<sup>32</sup> Os dois autores analisaram as dinâmicas inerentes aos espaços sociais transnacionais com génese nas migrações a partir do continente africano, contemplando a emergência de crenças partilhadas, sistemas de reciprocidade que operam tanto a nível local, como transnacional, religando pessoas e lugares que pertencem a espaços culturais distantes.<sup>33</sup>

Portanto, e em concordância com Iolanda Évora, quando falamos de diáspora, é a identidade nacional que está em causa, sendo que a emigração não deve ser vista de uma forma homogénea.<sup>34</sup> Há que perceber em que medida a diáspora constrange ou relativiza a identidade nacional. No interior da sociedade diaspórica, coabitam as coordenadas identitárias provenientes da sociedade de origem e das sociedades dos destinos de acolhimento, isto é, as identidades estão em contante construção e reconstrução. É com base nesta última máxima que fundamentaremos em capítulos mais avançados a autodenominação de Nação Global, propagada pelas elites políticas e intelectuais, e tendo como guia as dinâmicas transnacionais criadas pela diáspora.

### I. III. Desenho da Investigação

A presente dissertação de Mestrado está dividida em quatro partes fundamentais. Numa primeira parte, dá-se primazia à revisão da literatura que alicerça o nosso estudo, definindo o objeto e a metodologia a ser empregue neste trabalho. Seguidamente afluímos sobre a evolução do estudo teórico concetual da PE. Revisitaremos as fundações teóricas da APE e traçamos algumas considerações sobre a

---

<sup>32</sup> Zack-Williams destaca a transmutabilidade e os impactos das identidades da diáspora, particularmente, como é que as comunidades das diásporas relacionam-se e envolvem-se com os atores externos sobre as questões da sua terra-mãe. In MOHAN, Giles and ZACK-Williams, Alfred - Globalisation from below: conceptualising the role of the African Diaspora in Africa's development. *Review of African Political Economy*, vol. 29, n.º92 (2002), pp. 211–236.

<sup>33</sup> Sobre a relação entre as diásporas e o desenvolvimento, com incidência no universo das diásporas africanas, veja-se: MOHAN, Giles – Diaspora and Development: The Black Atlantic and African Transformation. In ROBINSON, Jenny – *Displacements and Development*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 77-139. Ver também: ZACK-Williams, Alfred – African Development and African Diaspora: Separate concerns? *Review of African Political Economy*, vol. 22, n.º65 (1995), pp. 349-358.

<sup>34</sup> Iolanda Évora, *Op. Cit.*, 2011, p. 7.

PE dos Estados do Sul e a PE dos Estados Africanos. Numa terceira parte dá-se prioridade ao estudo teórico-concetual das diásporas enquanto atores não-estatais e sobre o seu papel na PIC. Finalmente exploramos a relação entre a diáspora e a PE do país, atendendo por um lado à instrumentalização política da diáspora cabo-verdiana, e por outro à PE como ferramenta de defesa dos interesses dos emigrantes cabo-verdianos. Neste quarto capítulo temos em consideração o cariz migrante da identidade cabo-verdiana, como elo de ligação entre a PE e a diáspora do país. Em paralelo tentaremos problematizar o discurso homogeneizante sobre as causas das migrações cabo-verdianas e que desconsideram as adaptações que os seus emigrantes têm que realizar no seio das sociedades de acolhimento, construindo uma imagem ideal e estereotipada do emigrante como recetor de uma cultura tradicional, rígida e simplificada, estando a ela sujeito para ser reconhecido e identificado.

Opta-se pela baliza temporal de análise da PE de Cabo-Verde, a partir da década de 90, visto que tal período coincide com o advento do multipartidarismo nas ilhas, que consagrou a implantação do regime democrático. O nosso estudo estender-se-á até ao cenário atual, mais precisamente até ao início da IX Legislatura, marcada pela vitória do Movimento para a Democracia (MpD), nas eleições de março de 2016.<sup>35</sup> Considerando que após a sua independência em 1975 e até às primeiras eleições em 1991, a elite governativa de Cabo Verde, sob a égide do partido único de inspiração marxista-leninista, encabeçado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)<sup>36</sup> enveredou por uma via mais isolacionista, entendemos que a periodização 1990-2016 cobre as nossas pretensões. Se a diáspora já tinha tido uma importância relativa na independência do país, com o multipartidarismo e a democracia, assistimos à sua instrumentalização política e à celebração de vários acordos entre Cabo Verde e os países de acolhimento dos seus emigrantes, que justificam esta opção.

Paralelamente, a investigação atenderá a quatro dimensões que sustentam a compartimentação da questão principal. Para analisar a importância da diáspora cabo-

---

<sup>35</sup> No capítulo IV.II – secção Instrumentalização política da diáspora cabo-verdiana apresentamos uma tabela com as alternâncias de poder entre o PAICV e o MpD de 1975 até 2016, p. 90.

<sup>36</sup> Na verdade até 1980 este partido tomava a designação de Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Nesse ano, com um Golpe chefiado por Bernardino Vieira que derrubou Luís Cabral, o sonho de Amílcar Cabral de ver Guiné e Cabo Verde unificados desmoronou-se. Desde então o partido ganhou a designação de PAICV, tornando-se Aristides Pereira, o então Presidente de Cabo Verde, o Secretário-Geral do partido.

verdiana na orientação e estruturação da sua PE, ter-se-á em conta, os seguintes eixos problemáticos:

- Que importância têm as diásporas, enquanto atores não-estatais, para a PI – **dimensão teórica;**
- Em que medida o cariz migrante da identidade cabo-verdiana influencia o seu posicionamento externo, de pendor multilateralista - **dimensão histórica;**
- Qual a relevância da diáspora na prossecução dos objetivos de PE de Cabo Verde - **dimensão externa;**
- Poderá o capital humano, enquanto vantagem comparativa no contexto do continente africano, na figura dos migrantes, contribuir para a afirmação identitária e o granjear de credibilidade do país no mundo - **contexto regional.**

Perante este conjunto de questões, o presente estudo tem como objetivos primordiais:

- explorar as principais abordagens que edificam o subcampo de estudos da APE, como ponto de partida para introduzir o debate do papel das diásporas na PE.
- aferir qual o relevo atribuído à diáspora cabo-verdiana nos programas dos Governos que sucederam desde a década de 1990, até à atualidade;
- identificar as estratégias e medidas de proteção e garantia dos direitos dos migrantes pelos governos nacionais e pelos mecanismos institucionais do Estado;
- perceber de que forma a PE cabo-verdiana concebe a condição migrante da sua nação e o nexo identitário que a autodenomina como uma Nação Global.

O nosso estudo visa assim explorar estas avenidas, tendo como motores principais de análise a diáspora e a PE de Cabo Verde, com ênfase na dimensão identitária.

Importa precisar as variáveis – indicadores e descritores, a ter em conta nas dimensões de análise empírica. Na dimensão histórica, ter-se-á em consideração as históricas dependências exógenas e os valores comungados pela nação cabo-verdiana, como fatores explicativos das causas e destinos da migração cabo-verdiana. No contexto regional, interessa perceber particularidades que diferenciam Cabo Verde das suas congéneres africanas, sendo que uma vez mais interessa a variável valorativa, como necessária para compreender as relações de Cabo-Verde com África, Europa e

Américas, que se traduzirão nas ambiguidades em torno da sua identidade e na dispersão à escala global dos seus cidadãos (**ver anexo I**). No referente à dimensão externa, entender-se-á a materialização das políticas e os pontos de contato entre a PE e a diáspora cabo-verdiana, tendo como guia a dimensão identitária.

Por fim e atendendo aquilo que compreende as coordenadas de identidade geográfica do país, explorar-se-á a importância dos seus cidadãos e da sua mundividência, em matéria de consolidação dos propósitos de desenvolvimento, mas sobretudo do granjear de credibilidade externa do país no mundo – consolidação dos valores democráticos, aproximação a círculos de desenvolvimento, captação de investimento externo, remessas e afirmação de uma identidade global. No entanto, não deixaremos de reconhecer que existe uma apropriação, e quiçá abusiva, do termo diáspora, adjacente ao discurso que concebe as causas das migrações cabo-verdianas e os seus progressos simbólicos a nível identitário de forma homogénea, desconsiderando as dinâmicas resultantes dos processos de aculturação e assimilação que os emigrantes estão sujeitos nas sociedades de destino e os meios pelos quais a unidade e solidariedade são mantidas pela coletividade, pese embora a dispersão geográfica e a instalação em diferentes Estados.<sup>37</sup> Compreendemos que este desfazimento entre a retórica discursiva, promovido pela propaganda política e as elites intelectuais, e a ambivalência prática constitui um dos fatores que sustentam a promoção do rótulo de Nação Global, que caracteriza a identidade cabo-verdiana.

#### I. IV. Estratégia Metodológica

Trata-se essencialmente de um estudo qualitativo. Neste conjugaremos uma análise de tipo descritiva, com uma análise exploratória, já que não só pretendemos dar a conhecer as características da relação entre a diáspora e a PE cabo-verdiana, como também objetivamos identificar os significados e implicações desta relação, à luz das fundações teóricas da APE, enquanto teoria de alcance médio, que intercede entre as grandes teorias e a complexidade da realidade.

---

<sup>37</sup> ÉVORA, Iolanda – *Migration or Diaspora? Perceptions of the Cape Verdean Dispersion in the World?* Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, ISEG, *Working papers* 115, 2013, p.7.

Ao revisitar os fundamentos teóricos da APE, tendo como pano de fundo o contributo das principais Teorias das Relações Internacionais (TRI), optamos por nos guiar pelo seu legado metodológico (APE), que na génese era essencialmente norte-americana. A APE dedica-se ao estudo da PE, consubstanciando os Estudos de Caso como ferramenta de produção de conhecimento empírico. Por outro lado, tal como preconizam os ensinamentos deste subcampo de estudos das RI, não só nos interessa os resultados da PE em si, como os atores, o processo e os condicionalismos externos e internos que moldam todo o seu enredo.

Não obstante, temos presente as lacunas e inconsistências da APE enquanto grelha teórica. Tendo em consideração a natureza desta investigação e o caso que a suporta – Cabo Verde – contingências como a Globalização, o contexto político regional (africano e Sul Global), a inserção na Economia Internacional (EI), alicerçado a uma forte dependência estrutural relativamente às mudanças no SI, têm que ser considerados. Ainda neste rol de incoerências, a literatura alerta-nos para a ausência de uma teoria do Estado dentro da APE. Neste estudo, mais do que incluir uma teoria do Estado, importar precisar os trâmites gerais da ideia de Estado em África e discorrer sobre a PE dos Estados Africanos, atendendo à trajetória específica do Estado de Cabo Verde.

Adotamos o estudo de caso (*case study*) como método ou estratégia de pesquisa para aferirmos se o nosso modelo de análise e grelha teórica pode suportar as hipóteses que avançamos sobre a relação entre a PE e a diáspora cabo-verdiana, com enfoque na sua dimensão identitária. John Gerring define *case study* como o estudo aprofundado de uma unidade relativamente delimitada, com o qual o investigador pretende elucidar as características de uma classe mais ampla de fenómenos similares.<sup>38</sup> Os estudos de caso são uteis para explorar eventos reais ou históricos e permitem ilustrar ou testar teorias existentes. No que à profundidade dizem respeito, possibilitam a produção de conhecimento exaustivo sobre um determinado tópico pouco estudado, ou com carências explicativas. Por outro lado, nem sempre geram generalizações consistentes, visto se focarem em nuances

---

<sup>38</sup> GERRING, John - What is a Case Study and What is it Good For? *American Political Science Review*, vol. 98, n.º2 (2004), pp. 341-354.

específicas de determinadas unidades.<sup>39</sup> Em termos de representatividade, o estudo de uma única unidade providencia casos possíveis de serem comparados. Porém, ainda que a análise de um determinado fenómeno permita identificar mecanismos causais/processuais, não é tão eficaz na construção de teorias gerais, ao contrário do que acontece quando se aplica o método comparativo.<sup>40</sup>

No âmbito do presente estudo importa-nos contribuir para o aprofundar do conhecimento acerca de uma relação entre PE e diáspora na dimensão identitária. Não tendo o estudo qualquer pretensão de comparação, o estudo de caso é o mais adequado.

Apoiando-se nas ancoragens analíticas sobre a utilidade dos *case studies*, identificamos duas unidades no nosso estudo de caso: diáspora e PE. Entendemos que Cabo Verde possa constituir um caso paradigmático a dois níveis: em primeiro lugar a diáspora cabo-verdiana reúne um conjunto de particularidades que a distingue, não só das demais do continente africano, como também à escala mundial (a sua população é superior à população residente nas ilhas); de um outro prisma, Cabo Verde é um exemplo elucidativo da importância da PE enquanto garante da sua viabilidade enquanto Estado-Nação independente e soberano.

Devido a constrangimentos de tempo, optamos por não apostar nas entrevistas como método de recolha de informação, fato que teria sido interessante para apreender a voz, opinião e parecer dos emigrantes, sobretudo quando se trata de matérias relacionadas com as identidades. As diásporas por si só, também compreendem complexos objetos de estudo, dado à sua heterogeneidade e constante movimentação pelo espaço transnacional. Porém, para colmatar esta limitação, investimos na originalidade do quadro teórico que apresentamos e na contemplação de vários debates teóricos e cruzamento de perspetivas diversas recolhidas da literatura, sobretudo no que às ambiguidades em torno da identidade cabo-verdiana e das narrativas propaladas pelas elites dirigentes do país, dizem respeito.

---

<sup>39</sup> CRASNOW, Sharon - The Role of Case Study Research in Political Science: Evidence for Causal Claims. *Philosophy of Science*, vol. 79, n.º5 (2012), pp. 655-666.

<sup>40</sup> Ainda sobre os estudos de caso, veja-se: FLYVBJERG, Bent - Five Misunderstandings About Case-Study Research. *Qualitative Inquiry*, vol. 12, n.º 2 (2006), pp. 219-245. Ver também: GERRING, John - *Case Study Research: Principles Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Posto isto, dar-se-á primazia à análise bibliográfica de fontes primárias (Constituição de Cabo Verde, Programas de Governo, páginas Web sobre a diáspora cabo-verdiana) e fontes secundárias, nomeadamente obras literárias concernentes ao tema e pesquisa documental (livros, artigos, dissertações, enciclopédias, revistas e semanários). De referir que a análise das fontes primárias como os programas de Governo, desde o advento do multipartidarismo e a análise dos artigos da Constituição que regem sobre a diáspora, servem de matéria para o capítulo IV, no qual identificamos possíveis dinâmicas de continuidades ou roturas nos princípios e objetivos da PE cabo-verdiana, em matéria da sua diáspora e perscrutamos sobre a identificação da diáspora, por parte dos mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde. Igual importância será atribuída aos dados e informações retiradas de plataformas compiladas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), Banco Mundial (BM) e da União Europeia (UE).

Em síntese, acreditamos que o nosso estudo tem potencial para trazer à agenda o debate sobre a importância dos atores não-estatais na PI, procurando preencher um certo vazio na literatura da APE sobre a importância das diásporas na PE de um Estado. Escolher Cabo Verde como objeto de estudo, permite-nos seguir as pistas deixadas pelos já citados Chris Alden e Amnon Aran, que alertaram-nos para as lacunas da literatura na APE. Estes autores identificam na sua obra três lacunas referentes à literatura que edifica a APE enquanto subcorrente das RI: em primeiro lugar, não se contempla o papel da globalização na PE, e a influência que a PE tem na Globalização; em segundo lugar, a literatura da APE ignora os cenários de mudança e de que forma alterações repentinas no *status quo* afetam o processo e os resultados da tomada de decisão; por fim a ausência de uma teoria do Estado, na medida em que a APE debate-se sobre a sua centralidade, mas não diz o que é o Estado.<sup>41</sup>

Assim nesta dissertação não só teremos em conta o peso do fenómeno da globalização para a PE de Cabo Verde, como consideraremos os cenários de mudança e a ideia de Estado em África. Pensamos que ao incluir uma reflexão sobre a PE dos

---

<sup>41</sup> Chris Alden & Amnon Aran - *Foreign Policy Analysis – New approaches*. New York: Routledge, 2012, p. 3.

Estados do Sul Global e sobre a PE dos Estados africanos possibilitaremos um entendimento mais adequado das opções de PE de um pequeno Estado insular, periférico e detentor de uma nação diásporizada. Por fim ambicionamos prover matéria para debate, análise e crítica, de forma a enriquecer a produção literária sobre a PE cabo-verdiana e a sua diáspora, no período sob análise.

## II. Revisitando o Estudo da Política Externa

Nesta seção revisitaremos as principais abordagens e concepções que fazem parte do universo teórico das RI. Particularmente, o foco incidirá no estudo da PE enquanto fenómeno elementar, para qualquer investigador que ambicione compreender as dinâmicas do SI, tendo em consideração, os múltiplos atores que nele interagem: Estados, Organizações Intergovernamentais e atores não-estatais, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as diásporas.

Primeiramente descortinaremos a evolução histórica e concetual das múltiplas abordagens ao estudo da PE suportando-nos na APE e no contributo profícuo das suas demais vertentes. Traçar-se-á de seguida um panorama geral das dinâmicas principais e conjunturais da PE dos Estados Africanos e ainda sobre a PE dos Estados do Sul. Paralelamente teceremos o pano de fundo da “ideia de Estado” em África, concluindo com a operacionalização do conceito de PE, aplicada às particularidades do estudo da PE de Cabo Verde.

### II. I. Escopo e Conceito

A PE como campo de estudo desafia estudiosos e investigadores a explicar a estrutura abrangente do SI; perceber os principais desafios que os decisores políticos enfrentam; e julgar, à luz do contexto, se foi tomada a decisão correta, e em prol de quem.<sup>42</sup>

O que é a APE? Qual o seu enquadramento? Que metodologia emprega? Quais os conceitos fundamentais que a integram? Importa ter em conta estas interrogações, traçando-se igualmente o quadro evolutivo das principais asserções e obras de referência deste subcampo de estudos em RI.

Chris Alden & Amnon Aran definem a APE como o estudo da condução e prática das relações entre diferentes atores, principalmente Estados, no SI.<sup>43</sup> No cerne da sua

---

<sup>42</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne - *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 1.

<sup>43</sup> Chris Alden & Amnon Aran – *Op. Cit.*, p. 1.

investigação está a tomada de decisão e o seu processo, o papel dos decisores políticos (*decision makers*), as estruturas de tomada de decisão e o contexto abrangente no qual as escolhas de PE são formuladas.<sup>44</sup> O seu móbil analítico dá ênfase não só ao comportamento dos atores envolvidos nos aparatos formais dos Estados, como também ao papel desempenhado pelas variadas fontes sub-nacionais. Assim, tanto a diplomacia, *intelligence*, como as negociações comerciais e os intercâmbios culturais são matérias de análise da PE entre atores internacionais.

Num panorama geral, os propugnadores da APE advogam que é importante compreender não só as razões que levam os líderes a perfilar determinadas decisões, como também em que medida constrangimentos internos e oportunidades internacionais afetam as suas escolhas. David Easton reifica que as decisões são os *outputs* do Sistema Político, consistindo na distribuição de valores, investidas de autoridade, no seio de uma sociedade.<sup>45</sup> Neste contexto, é importante trazer ao debate, algumas definições clássicas apresentadas para o conceito de PE.

Walter Carlsnaes define PE como:

**Those actions which, expressed in the form of explicitly stated goals, commitments and/or directives, and pursued by governmental representatives acting on behalf of their sovereign communities, are directed towards objectives, conditions and actors – both governmental and non-governmental – which they want to affect and which lie beyond their territorial legitimacy.**<sup>46</sup>

Por sua vez, Christopher Hill fundamenta que a PE compreende a soma de relações externas oficiais conduzidas por um ator independente, geralmente um Estado, num SI cada vez mais interdependente e globalizado.<sup>47</sup> Já Steve Smith, Amelia Hadfield e Tim Dunne definem PE como a estratégia ou abordagem escolhida pelos governos nacionais para atingir os seus objetivos na relação com entidades externas. Tal pode incluir a decisão de não agir - *decisions to do nothing*.<sup>48</sup>

Ainda neste rol de definições do conceito de PE, destaque para Paul G. Adogamhe que a interpreta como a estratégia ou o conjunto de estratégias que

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>45</sup> EASTON, David – *The Political System*. New York: Knopf, 1953, p. 129.

<sup>46</sup> CARLSNAES, Walter - Foreign Policy. In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas & SIMMONS, Beth A. [Eds.] - *Handbook of International Relations*. London: Sage Publications, 2002, p. 325.

<sup>47</sup> HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2003, p. 3.

<sup>48</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne - *Op. Cit.*, p. 14.

retratam o comportamento de um Estado, resultando do processo de tomada de decisão, no qual os decisores políticos estão sujeitos a uma variedade de *inputs* das estruturas internas e do SI.<sup>49</sup> No âmbito deste estudo aplicaremos esta definição de Adogamhe, pois contempla o ambiente complexo que condiciona o raio de ação dos decisores políticos. Mais à frente (p. 54), destacaremos os aspetos das demais definições apresentadas que têm valor heurístico e operacionalizaremos o conceito de PE, enquadrado no contexto de Cabo Verde.

Alguns autores alertam para a distinção entre *foreign policy* e *foreign policy behavior*. Eugene J. Meehan substancializa que:

**Foreign policy behaviour consists of discrete actions of decision makers that are taken in response to an occasion for a decision created by the prior action of domestic or foreign entities.<sup>50</sup>**

O comportamento do Estado traduz-se numa tentativa de influenciar a esfera internacional empregando os instrumentos de PE para fazer ameaças, promessas, ou apelos normativos.<sup>51</sup> Para os académicos, Smith, Hadfield e Dunne a *foreign policy behavior* é constituída pelos artefactos observáveis da PE, como ações específicas e palavras usadas para influenciar outros atores no campo das relações externas.<sup>52</sup>

## II. II. Estudos Fundacionais, Principais Abordagens e Metodologia - o debate

Segundo Valerie Hudson, o despontar da APE como quadro teórico e analítico referencial data dos finais de 1950, e início dos anos 60.<sup>53</sup> Porém, o seu estilo de trabalho – enfoque nos decisores políticos, atuando individualmente ou em grupo, é

---

<sup>49</sup> ADOGAMHE, Paul G. - African Foreign Policy: Integrating Political Economy and Decision Making Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline, Anne - *The Foreign Policies of The Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers 2003, p. 85.

<sup>50</sup> Eugene J. Meehan - *The Foundations of Political Analysis: Empirical and Normative*. Ontario: Inwin-Dorsey Press, 1971, pp. 267-274.

<sup>51</sup> Paul G. Adogamhe, *Op. Cit.*, loc. cit.

<sup>52</sup> Estes artefactos, ou comportamentos podem incluir ações desempenhadas de forma acidental ou não intencional pelos governos, assim como decisões de não atuação (*decisions to do nothing*) que podem não ilustrar qualquer artefacto comportamental. In SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim - *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 14.

<sup>53</sup> Veja-se: HUDSON, Valerie M. *Foreign Policy Analysis - Classic and Contemporary Theory*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

vigente desde o tempo em que historiadores e outros estudiosos têm procurado perceber a razão dos governos nacionais optarem por certas decisões, na dinâmica de relações entre Estados.

A literatura<sup>54</sup> identifica três obras paradigmáticas que compõem a fundação da APE como subcampo de estudos:

- a primeira, que resulta do trabalho conjunto de Richard C. Snyder, H.W. Bruck e Burton Sapin<sup>55</sup>, contribui para o enfoque no processo de tomada de decisão (*decision making process*) como parte integrante da explicação das relações externas;
- a segunda, da autoria de James N. Rosenau<sup>56</sup> desenvolveu uma *actor-specific theory* que levaria à formulação de preposições generalizáveis ao nível de uma *middle-range theory* (teoria de médio alcance);
- a terceira obra fundacional da APE compreende os trabalhos de Harold e Margaret Sprout<sup>57</sup> que sustentam a tese de que a PE só pode ser explicada com referência ao *psycho-milieu*, ou seja os contextos psicológico, situacional, político e social dos indivíduos envolvidos na tomada de decisão.

De acordo com Smith, Hadfield e Dunne, a PE é uma matéria quase perfeita para examinar ao detalhe um debate fundamental que tem lugar no âmbito das Ciências Sociais: estrutura vs. agência humana<sup>58</sup>. Serão os fatores de ordem estrutural as principais fontes de explanação dos fenómenos sociais, ou antes é a agência, ou iniciativa humana, o principal catalisador de tais fenómenos?

Nesta ordem de ideias, é importante enfatizar que as raízes da APE encontram-se na sua reação ao domínio realista e à sua representação do Estado. O realismo concebe o Estado como um ator unitário e racional. O seu móbil metodológico, não vê como necessário analisar outras componentes do governo (sejam elas executivas, ou

---

<sup>54</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne - *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>55</sup> Veja-se: SNYDER, Richard C., BRUCK, H. W. & SAPIN, Burton - *Decision Making as an Approach to the study of International Politics*. Princeton: Organizational Behaviour Section, Princeton University, 1954.

<sup>56</sup> Ver: ROSENAU, James N. - *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*. In FARREL, R. Barry [editor] - *Approaches to Comparative and International Politics*. Evanston, IL: North-western University Press, 1966, pp. 27–92.

<sup>57</sup> Veja-se: SPROUT, Harold & SPROUT, Margaret - *Man-Millieu Relationship Hypotheses in the context of International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1956. Ver também: SPROUT, Harold & SPROUT, Margaret - *The Ecological Perspective on Human Affairs with special reference to International Politics*. Princeton: Princeton Centre of international Studies, Princeton University Press, 1965.

<sup>58</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne, *Op. Cit.*, p. 3.

legislativas), para estudar o fenómeno da PE.<sup>59</sup> Fundamental é, ter em consideração o interesse nacional. Esta é uma das noções basilares da concetualização realista. Hans Morgenthau<sup>60</sup> define interesse nacional como sinónimo de poder, entendendo que o poder é mesmo o melhor indicador para medir a capacidade dos Estados atingirem os seus objetivos – *state goals* – na esfera internacional.

Portanto, a teoria realista das RI concebe a matriz do SI e a sua natureza anárquica como guia primordial para compreender o comportamento dos Estados na esfera internacional.

Richard Snyder e os seus colegas procurariam contornar esta orientação sistémica abrindo a “black box”, caixa negra, da tomada de decisão em PE. Como tal, encetariam uma abordagem que apesar de comungar muitos dos princípios realistas, nomeadamente a centralidade do Estado e a preponderância dos *inputs* estruturais da esfera internacional, inauguraria a opção de analisar o processo de tomada de decisão em PE.<sup>61</sup> Estava estabelecida a ponte que traria maior ênfase à *agência* humana no campo de análise das relações externas.

A partir da década de 1970 o novo ramo de estudos consolidou-se na forma de Análise do processo decisório (*decision making process*). Este novo enquadramento poria em evidência a análise das interações dos grupos dedicados à tomada de decisão. Desde os pequenos grupos às grandes organizações burocráticas, a comparação entre PE e os estudos de orientação psicológica, certo é que o cerne da investigação deslocava-se da estrutura e das dinâmicas impostas pelo SI, para a apreensão das características pessoais dos decisores políticos – *decision makers*.

Destaque para as obras elementares de Allison e Halperin<sup>62</sup> que deram corpo à literatura das políticas organizacionais e burocráticas; Irving Janis<sup>63</sup> que à semelhança de Kenneth Boulding, Harold e Margaret Sprout e outros, focar-se-ia nos fatores de ordem psicológica e o seu relevo no processo de tomada de decisão; e claro está, o

---

<sup>59</sup> Chris Alden & Amnon Aran, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>60</sup> Veja-se uma das obras seminais da teoria realista das RI in: MORGENTHAU, Hans J. - *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*. 1<sup>st</sup> Edition. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

<sup>61</sup> Chris Alden & Amnon Aran, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>62</sup> Ver: ALLISON, Graham T. & MORTON, H. Halperin - Bureaucratic politics: A paradigm and some policy implication. *World Politics*. Princeton: Princeton University Press. vol.24, n.º51 (1972), pp. 40-79.

<sup>63</sup> Ver também: JANIS, Irving L. - *Victims of Groupthink: A psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes*. Oxford: Houghton Mifflin, 1972.

contributo de James Rosenau (1966) e da sua obra supracitada, que proporia uma tentativa de desenvolver uma teoria comparativa de PE (*Comparative Foreign Policy*).

Entenda-se que as várias ramificações da APE propuseram-se a desafiar o método de escolha racional. Assim é importante discernir sobre as suas principais abordagens e o seu contributo para que esta se tornasse numa das comunidades de investigação mais vibrantes, dentro da disciplina das RI.

Tanto o realismo como as correntes emergentes que enfatizariam preceitos racionalistas, sublinham o peso dos *inputs* sistémicos na moldagem das decisões externas. Vejamos como reagem as principais abordagens da APE a este legado teórico.

### **Behaviorismo**

Os *behavioristas* teriam a preocupação principal de investigar a fundo o processo de tomada de decisão em PE, em detrimento de evidenciar os seus *outcomes*. Jervis, Harold e Margaret Sprout focar-se-iam no papel do decisor político (indivíduo) e de outras influências que acompanham o fenómeno da PE. Centrando-se no *minds of men*, a abordagem behaviorista procurou criticar a *rational choice theory* – teoria da escolha racional – na sua asserção que concebia o Estado como ator unitário na tomada de decisão, assim como a crença de que o *self-interest* é a principal motivação dos decisores políticos.

Importa referir que pondo em evidência o papel dos decisores políticos, permitiria que os teóricos da APE introduzissem no debate a importância dos fatores psicológicos e cognitivos como fontes explanatórias das escolhas em PE. Segundo Jervis, a disposição psicológica do líder e a tendência de este optar pela escolha que compreende claramente a segunda melhor opção, alicerçados ao volume de informação disponível contribuíram para o degradar das decisões tomadas em matéria de PE.<sup>64</sup> Por sua vez, Kenneth Boulding acerva que as decisões externas são notoriamente condicionadas pelo rol de crenças, preconceitos e estereótipos que

---

<sup>64</sup> JERVIS, Robert - *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976, p. 19.

constituem a *image* – conceito por este encetado, para referir o padrão cognitivo que influencia os líderes.<sup>65</sup>

Harold e Margaret Sprout (1957) estabeleceram a distinção entre o meio operacional e o meio psicológico (*operational environment vs psychological environment*). O seu postulado estabelecia que os decisores políticos agem com base no seu meio psicológico, tendo como orientação as suas perceções da realidade – meio operacional. Por outro lado, a definição da situação introduzida – *definition of the situation* - por Snyder (1962), procurou demarcar a centralidade dos decisores políticos estimulados por fatores subjetivos, na definição, condução e interpretação dos eventos de PE.

Em contraponto, Joseph Frankel sustenta que a APE deve ter em conta o ambiente objetivo, pois nele se encontram os *inputs* de relevo que estabelecem limites aos resultados das decisões tomadas.<sup>66</sup> Michel Brecher defende que o ambiente internacional afeta diretamente os resultados ou os efeitos das decisões, assim como as escolhas ao nível das opções políticas disponíveis, ou seja, as próprias decisões como objetos filtrados pela imagem dos *decision makers*.<sup>67</sup>

Sublinhe-se igualmente, os trabalhos de Leon Festinger<sup>68</sup> e Robert Axelrod<sup>69</sup> que, como adeptos das teorias cognitivas, assumiram que os decisores políticos tendem a preservar um sistema bem integrado de crenças, que tanto é resistente à mudança, como serve de fonte única das suas escolhas. Já Irving Janis e Leon Mann<sup>70</sup> introduziriam um modelo motivacional da tomada de decisão em PE, que patenteava a noção de que os líderes são seres emocionais, sujeitos a dinâmicas internas de pressão e obrigatoriedade de dar respostas a conflitos externos.

---

<sup>65</sup> Veja-se: BOULDING, Kenneth E. - *The Image: Knowledge in Life and Society*. Ann Arbor. MI: Arbor Paperbacks, 1956; e BOULDING, Kenneth E. - National Images and International Systems. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. III, n.º2 (June of 1959), pp. 120-131.

<sup>66</sup> FRANKEL, Joseph - *The Making of Foreign Policy: An Analysis of Decision-Making*. New York: Oxford University Press, 1963, p. 4.

<sup>67</sup> BRECHER, Michael - *The Foreign Policy System of Israel: Settings, Images, Process*. New Haven, CT: Yale University Press, 1972, p. 4.

<sup>68</sup> Veja-se: FESTINGER, Leon - *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, California: Stanford University Press, 1957.

<sup>69</sup> Ver também: AXELROD, Robert - *Structure of Decision: The Cognitive Map of Political Elites*. Princeton: Princeton University Press, 1976.

<sup>70</sup> Ver: JANIS, Irving L. & MANN, Leon - *Decision Making: A Psychological Analysis of Conflict, Choice, and Commitment*. New York: New York Free Press, 1977.

Outros autores inspirados por princípios da psicologia social teriam como objeto de estudo a tomada de decisão nos pequenos grupos. Depreende-se que a *decision making* é ela própria sujeita a caprichos das dinâmicas de grupos, na medida em que para se manter o consenso e a aceitação pessoal, os líderes muitas vezes optam por uma decisão apaziguadora, em detrimento da escolha necessária. Resultado: assiste-se a uma deterioração da tomada de decisão.

Constata-se portanto, que grande parte do labor dos teóricos da APE clássica poria em causa a racionalidade associada à tomada de decisão por parte dos *decision makers*. Esta vanguarda instigada pelas teorias da tomada de decisão, com destaque para a sua vertente behaviorista, destacou influências como as percepções, crenças pré-existentes, preconceitos e as limitações cognitivas na canalização da informação. Para os behavioristas, quer as concepções realistas, quer os fundamentos da teoria da escolha racional, deixavam de parte, indicadores importantes que distorcem o processo de tomada de decisão. No fundo, a psicologia condiciona a racionalidade, tal como as divisões humanas e as divergências de opinião desafiam a ideia que concebe o Estado como um ator unitário.

Todavia, e tendo como ponto de partida o trabalho desenvolvido pelo economista Herbert Simon (1982), apesar dos decisores políticos não atingirem o patamar da racionalidade pura, medeiam as suas ações de acordo com as diretrizes da racionalidade processual, quando confrontados com um dilema político particular. Simon estipula que os decisores políticos operam num contexto de *bounded rationality* - racionalidade limitada, dispondo de informações parciais e limitados por outros fatores no exercício da escolha de qual caminho a seguir a nível externo. Este sugere que as unidades de decisão examinam, de forma sequencial, as alternativas disponíveis até chegarem a uma que corresponda aos níveis mínimos de aceitabilidade.<sup>71</sup>

Atente-se que o foco essencial da APE enfatiza a agência humana, muito em contraponto com abordagens que valorizam fundamentalmente os *inputs* sistémicos. Não obstante, Alden e Aran estabeleceram que: *Foreign policy decision-making theory*

---

<sup>71</sup> Simon desenvolveu o conceito de “racionalidade limitada” nas suas obras: SIMON, Herbert A. - *Models of Bounded Rationality*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982; e SIMON, Herbert A. - Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. *American Political Science Review*, vol. 79, n.º2 (1985), pp. 293-304.

*is predicated on systems approach.*<sup>72</sup> Tal deve-se ao fato de os decisores políticos estarem sujeitos a constantes fluxos de informação provenientes do ambiente externo, geradores de reajustamentos e inovações.

Como tal, alguns autores (Alden e Aran) defendem que a formulação do processo de tomada de decisão mantém um compromisso não reconhecido com o modelo racionalista, e com a sua aplicação, visto que a racionalidade está presente, nem que seja nos procedimentos, instituições e na inclinação pelo interesse nacional.<sup>73</sup>

### **Políticas burocráticas**

É inequívoco, que todas as decisões de PE são produto das instituições de PE, nas quais estas são tomadas. Nota para o histórico contributo de Max Weber. Parafraçando o autor, num Estado moderno, o dirigente é necessária e inevitavelmente a burocracia, pois o poder não é exercido, nem por discursos parlamentares, nem por enunciados monárquicos, mas sim através da rotina administrativa.<sup>74</sup> A burocracia dita assim como se deve proceder, moldando também o produto final da decisão. Por isso, as burocracias são de importância vital para o estudo da tomada de decisões.

Surgiria então um ramo dentro da APE que se debruçaria sobre o estudo da influência dos procedimentos institucionais e das burocracias no processo da PE. Atente-se que para os propugnadores das políticas burocráticas, mais do que explorar os fatores psicológicos e cognitivos do *decision maker*, importa investigar as instituições especificamente encarregadas de interpretar e implementar as questões de matéria internacional, de um Estado.

Esta corrente reconhece prioridade ao papel desempenhado pelos ministérios especializados, departamentos e agencias, que a par dos grupos *ad hoc* aos quais é entregue a pasta de PE referente a um mandato, ditam o percurso que leva à tomada de decisão. Estudiosos como Graham Allison e Morton Halperin enfatizaram a

---

<sup>72</sup> Chris Alden & Amnon Aran, *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>74</sup> WEBER, Max - *Economy and Society: An Outcome of Interpretative Analogy*. [Ed. por Guenther Roth and Claus Wittich], vol. 2, Berkeley: University of California Press, 1978. p. 1393.

interação entre os líderes, atores burocráticos, cultura organizacional e os fatores fora do aparelho formal do Estado. Os dirigentes modernos dependem muito dos conselheiros, chefes de departamentos e de agências governamentais e do seu papel burocrático para obterem informações relativamente às decisões de PE.

Halperin et al. demonstraram que a forma dos agentes oficiais entenderem os acontecimentos depende da sua posição e perspectiva, o que significa que os objetivos internos podem ser mais importantes do que os objetivos internacionais dos governos. Concluíram que as ações ou propostas de um governo para influenciar o comportamento de outro governo estão sujeitas a complexos processos burocráticos e a influência de pressões que não são totalmente compreendidas por aqueles que têm de executar as decisões.<sup>75</sup>

Nos anos 70, Graham Allison desenvolveu uma investigação sobre a Crise dos Misseis de Cuba (1962), na qual desafiaria o modelo clássico do ator racional, e as suas conceções que identificam o Estado como um ator unitário que age de forma racional calculando os custos e benefícios inerentes às varias escolhas políticas. Allison opôs-se a noção racionalista de maximização da utilidade das escolhas, alegando que embora o modelo racional seja útil em muitas circunstâncias, ignora o papel da burocracia na determinação da PE. Como tal, desenvolveria dois modelos:

1. o modelo do processo organizacional, ou modelo II;
2. o modelo das políticas burocráticas, ou modelo III;

Houve quem questionasse se o Modelo III não seria uma extensão do Modelo II, já que o último seria muito criticado por descurar a mudança e a inovação como componentes da PE em contextos de crises. No entanto, de modo geral, Allison procurou explicar que a burocracia gera outputs que estruturam situações nas quais os decisores políticos tomam decisões. Estes *outputs* incluem: informações que as burocracias fornecem aos governos; as alternativas de PE colocadas para os governos escolherem; e as *Standard Operating Procedures (SOP)*, que ditam em que moldes são implementadas as decisões. No que toca à perceção, fenómeno muito discutido pelos behavioristas, constata-se que as burocracias tendem a desenvolver 1) imagens

---

<sup>75</sup> Veja-se: HALPERIN, Morton H., CLAPP, Priscilla & KANTER, Arnold - *Bureaucratic Politics and Foreign Policy*. Washington, DC: Brooking Institution, 1974.

partilhadas e 2) atitudes padronizadas, influenciando o modo como os líderes apreendem os eventos de domínio externo.

A abordagem das políticas burocráticas seria alvo de inúmeras críticas<sup>76</sup>. Certo é que, esta abriria caminho para futuras considerações que descortinariam o papel dos atores sociais, como grupos de interesse, e o relevo da opinião pública, na orientação e execução da PE. Trata-se do paradigma que explora a dinâmica entre a esfera interna e a tomada de decisão externa. Aspeto que exploramos de seguida.

### ***Domestic Politics* e a Política Externa**

Para apresentar o contributo da abordagem das *domestic politics*, é importante referir uma tese defendida por Andrew Moravcsik. Esta tese determina que é preciso ter em consideração tanto as dinâmicas internas, como os *inputs* do contexto internacional. Moravcsik advoga que as teorias internacionais puras, apesar de serem atrativas, tendem a degenerar sob o peso coletivo das anomalias empíricas e das limitações teóricas, pelo que a análise dos fatores internos, torna-se necessária.<sup>77</sup>

O enfoque desta corrente da APE assenta na análise dos elementos fora das estruturas formais do Estado, mas dentro do domínio da sua soberania, que influenciam a tomada de decisão. Esses elementos, tais como os atores sociais, lóbis, os meios de comunicação social, divisões de classe, restrições constitucionais, são fulcrais, em determinados contextos, para a formulação da PE de um Estado.<sup>78</sup>

Note-se que, para perceber o impacto dos fatores internos na PE de um Estado, existe um mosaico complexo de subcorrentes que a analisam, de prismas diferentes. A primeira vê as estruturas do Estado (instituições e regimes) como

---

<sup>76</sup> Edward Rhodes reconhece a existência de uma política burocrática, mas questiona a sua importância e o seu valor para a compreensão do comportamento do Estado. É ainda mais incisivo, quando demonstra o seu ceticismo relativamente à premissa de que o conhecimento do processo burocrático permita igual ou melhor previsão da ação do Estado, do que o conhecimento das ideias e convicções que competem, no seio dos governos, pela hegemonia intelectual. In RHODES, Edward - Do Bureaucratic Politics Matter? *World Politics*, vol. 47, nº1 (1994), pp. 1-41.

<sup>77</sup> MORAVCSIK, Andrew - Introduction: Integrating International and Domestic Theories of International Bargaining. In EVANS, Peter B., JACOBSON, Harold K. & PUTNAM, Robert D., [eds.] - *Double-Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics*. Berkeley, CA: University of California Press, 1993, p. 6.

<sup>78</sup> Chris Alden & Amnon Aran - *Op. Cit.*, p. 47.

principal influência.<sup>79</sup> A segunda retrata a PE como um fenômeno conduzido pela natureza do sistema económico, cujo monopólio recai sobre uma determinada elite que age de acordo com o que entende por interesse nacional. A terceira corrente interpreta a PE como o resultado da dinâmica competitiva de um ambiente pluralista e da interação entre as políticas dos grupos de interesse, os decisores políticos e as estruturas do Estado.<sup>80</sup>

Interessa realçar o contributo sublimar da vertente proto-construtivista da APE que atestou a subjetividade do decisor político e paralelamente a noção de que a PE resulta de um processo mutuamente constitutivo que envolve indivíduos, sociedades e a construção de um “outro”. As decisões são moldadas intelectualmente pelo meio social em que operam os decisores. Neste paradigma, Jutta Weldes sugere que a tomada de decisão implica que os decisores políticos tenham conhecimento do ambiente que os envolve e da natureza da sua PE, o que implica que os decisores estabeleçam o interesse nacional com base nesta dinâmica.<sup>81</sup>

Robert Putnam introduz a tipologia dos *two-level games* que contempla um ambiente de interdependência complexa no processo de tomada de decisão externa. O balanceamento e a conjugação dos *inputs* entre a esfera interna e a esfera internacional ditam a tomada de decisão em PE.<sup>82</sup> Inserido na vertente pluralista da APE, pensadores como Putnam defendem que é crucial analisar as influências derivadas de fontes internas e transnacionais (não necessariamente ligadas ao Estado), para compreender os *outcomes* da PE. Os pluralistas concebem um ambiente de interdependência complexa onde coexistem ou competem múltiplos atores.

Se atendermos que o ambiente pluralista de interdependência complexa diminui o raio de ação do Estado na produção da PE, é possível introduzir um dos

---

<sup>79</sup> Nesta vertente destaque para o contributo de Thomas Risse-Kappen e Harald Muller, que estudaram a natureza das instituições políticas (Estado) e a sua relação com as estruturas básicas da sociedade e com os arranjos organizacionais e institucionais que ligam a sociedade ao Estado, canalizando as exigências sociais para o Sistema Político. Ver: MULLER, Harald & RISSE-KAPPEN, Thomas - From the Outside In and from the Inside Out: International Relations, Domestic Politics, and Foreign Policy. In SKIDMORE, David & HUDSON, Valerie M. [eds.] - *The Limits of State Autonomy: Societal Groups and Foreign Policy Formulation*. Boulder, CO: Westview Press, 1993, pp. 25-48.

<sup>80</sup> Chris Alden & Amnon Aran - *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>81</sup> WELDES, Jutta - *Constructing National Interests: The United States and The Cuban Missiles Crisis*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1999, pp. 12-14.

<sup>82</sup> Veja-se o contributo providencial de Robert Putnam para a teoria pluralista na obra: PUTNAM, Robert D. - *Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two-level games*. *International Organization*, vol. 42, n.º3 (1988), pp. 427-460.

debates fundamentais no âmbito da disciplina das RI. O debate sobre a preponderância do Estado, enquanto ator principal nas dinâmicas do SI.

Ora para muitos estudiosos das RI, o processo de globalização e interdependência económica, que ganharam ritmo nos anos 90, minaram a importância do Estado, enquanto ator central para explicar as tomadas de decisão em PE. Nesta perspetiva, Peter Koehn e James Rosenau arguíram que a PE deixaria de exprimir os interesses estatais, para antes figurar os interesses de organizações da sociedade civil de alcance internacional. Para estes, a sociedade civil formada por atores transnacionais competentes possuiria uma elevada capacidade de ação coletiva que transcenderia as fronteiras do Estado.<sup>83</sup> Verificou-se um aumento de ligações entre uma variedade de Estados e atores não-estatais que contribuiu para a erosão da primazia tradicional do Estado na PE.

No entanto, outros autores argumentariam que a globalização e interdependência não contribuíram para a perda de importância do Estado. De acordo com Smith, Hadfield e Dunne após a Guerra Fria, o papel do Estado tornou-se mais restrito, sem contudo perder a sua centralidade.<sup>84</sup> Na visão destes autores, o Estado viu-se mais constrangido, pois aumentaram o número de restrições à sua liberdade de ação; a globalização gerou uma rede de interdependência que diminuiu a capacidade do Estado controlar o seu próprio destino. Por outro lado, este manteve a sua centralidade, visto que as populações continuaram a olhar para o Estado como veículo capaz de mitigar os efeitos da globalização.<sup>85</sup>

Constatamos que é consensual na literatura que uma das principais características da globalização trata-se da possibilidade das multinacionais poderem exercer uma PE baseada nos seus recursos financeiros, ou as ONG's exercerem poder através da sua habilidade de mobilizar votos.<sup>86</sup> Portanto, a PE pode-se aplicar a outros atores, sendo perfeitamente possível falar de companhias, governos regionais e atores não estatais terem PE.<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> KOEHN, Peter & ROSENAU, James N. - Transnational Competence in an emergent Epoch. *International Studies Perspectives*, vol. 3, n.º2 (2002), p. 122.

<sup>84</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>85</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>86</sup> Chris Alden & Amnon Aran - *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>87</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne - *Op. Cit.*, p. 2.

## Sobre a Metodologia

Desde o seu gérmen que a APE tem desenvolvido um interessante diálogo com outras literaturas como por exemplo a Teoria da Escolha Racional, a Psicologia Política e a Teoria Cognitiva. No âmbito das RI sublinha-se a histórica envolvência com o Realismo, mais recentemente com o Construtivismo, com a Sociologia Histórica das Relações Internacionais, tendo alguns potenciais pontos de interseção com o Realismo Neoclássico.

Atribui-se o estatuto de corrente inovadora das RI à APE, muito porque esta adotou uma nova metodologia – *middle range theory* (teoria de alcance médio). Existem teorias generalistas, mais conhecidas por *ator-general theories* – que no fundo compreendem teorias que explicam o comportamento dos atores num prisma global. Por outro lado, existem as denominadas *actor-specific theories* – teorias que explicam o comportamento de atores específicos, tal como o faz a APE. A *actor-specific theory* é uma forma de *middle-range theory*, que pode ser generalizável, mas sob condições específicas de aplicabilidade.<sup>88</sup> Embora enfrentem restrições mais rígidas de generalização, em comparação com as *ator-general theories*, as *actor-specific theories* permitem uma explicação mais concisa e até predição dos comportamentos de PE de entidades particulares.<sup>89</sup>

Posicionar a APE como uma *middle-range theory* limita a sua capacidade de estabelecer considerações gerais sobre a natureza da PE. No entanto, como esta enfatiza a investigação do papel de elementos como os decisores políticos, as burocracias, os atores sociais e o Estado, parece estar bem colocada para examinar as interligações entre os elementos supracitados e o processo de tomada de decisão, a implementação e o comportamento da PE num contexto nacional cruzado.<sup>90</sup> Assim, como uma *middle-range theory*, a APE apresenta-se de grande utilidade para produzir conhecimento teórico-empírico intercedendo entre as grandes teorias e a complexidade da realidade (Rosenau, 1966).

Depreende-se que todo o legado bibliográfico da APE acentuaria a sua matriz metodológica como uma *middle-range theory*, sobretudo porque a maioria das obras

---

<sup>88</sup> Steve Smith, Amelia Hadfield & Tim Dunne - *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>89</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>90</sup> Chris Alden & Amnon Aran., *Op. Cit.*, p. 119.

que a compõem, debruçaram-se sobre a análise empírica das relações externas de alguns tipos de Estados ou a PE em contextos específicos (como crises).

### **Análise de Política Externa – o olhar que fica**

Na produção literária que edificaria os cânones da 1ª e 2ª geração de estudos da APE, em termos gerais procurou-se saber a partir de quais percepções e sob quais constrangimentos burocráticos e psicológicos os agentes governamentais espalhados pelos diversos órgãos do Estado participam na tomada de decisão relativa à PE. O foco de análise deslocou-se para a percepção que os indivíduos que participam no processo decisório têm do mundo e dos problemas que se apresentam à espera de respostas racionais. No fundo procurou-se aferir como é que os agentes envolvidos no processo interpretam a realidade exterior, visto que essa percepção, eivada de preconceitos e os mais diversos condicionamentos, determinam a decisão final sobre as questões em voga.

Na terceira vaga de estudos, impõe-se um aprimoramento metodológico. Paraphrasing Hudson, com o final da Guerra Fria, chegou o tempo de reavaliar as teorias e conceitos que compõem as ferramentas das RI, manter as que se revelaram úteis, descartar as que não e preencher os vazios na literatura.<sup>91</sup> Entre 1985 e 1995 assiste-se à aposta na interdisciplinaridade e à procura de gerar explicações multicausais, explorando múltiplos níveis de análise. O estudo de Jack Levy inserido nas teorias de prospeção demonstra um esforço de alguns autores em inserir informações de atores específicos na abordagem a teorias de escolha estratégica.

Efetivamente, tal como sublinha James N. Rosenau, todo este esforço metodológico compreendeu uma tentativa dos investigadores da APE em elaborar a tão ambicionada Teoria Geral. Rosenau postula que ainda não se conseguiu formalizar uma Teoria Geral, como acontece nas RI, devido à permanente comunicação entre o ambiente político interno e o ambiente político internacional.<sup>92</sup> Este contexto exige ao investigador um conhecimento profundo da história, das instituições e da cultura

---

<sup>91</sup> HUDSON, Valerie M. & VORE, Christopher S. - Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, Vol. 39, supplement 2 (Oct. 1995), p. 210.

<sup>92</sup> ROSENAU, James N. – Foreword- In SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008, pp. V-X.

política do país a ser analisado. Como tal os estudos de caso, permanecem como padrão metodológico empregue na APE.

O debate entre o behaviorismo, a corrente das políticas burocráticas e as *domestic politics* abriu caminho para revisitarmos outros debates relevantes como:

1) a predominância do Estado como ator-central no estudo da PE, p. 33 (debate que será aprofundado no capítulo seguinte, com a resenha teórica sobre a Política Externa dos Estados do Sul Global);

2) o debate que opõem os partidários das estrutura e das dinâmicas sistémicas como principais fontes explicativas dos fenómenos sociais, aos que defendem que a agência humana tem um papel primordial nos mesmos fenómenos.

Verificámos que o enfoque no papel do decisor político e no *minds of men* por parte dos behavioristas desafia as conceções da teoria da escolha racional e do realismo que concebem o estado como ator unitário. Não obstante, em concordância com Alden e Aren, o Estado apesar de não ser o único, mantêm a sua centralidade como ator principal, tal como as dinâmicas sistémicas continuam a merecer a atenção dos estudiosos.<sup>93</sup> No que toca à perceção, fenómeno muito discutido pelos behavioristas, constatamos que as burocracias tendem a desenvolver 1) imagens partilhadas e 2) atitudes padronizadas, influenciando o modo como os líderes apreendem os eventos de domínio externo. Ou seja a corrente das políticas burocráticas servirá de alicerce para um das problemáticas que analisamos no capítulo IV.II – A Política Externa e a Diáspora Cabo-verdiana – Mutualismo Relacional (secção Mecanismos Institucionais do Estado e a diáspora, pp. 86-89), sobre a forma como os mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde representam e identificam a sua diáspora. O ponto assenta na produção de imagens e atitudes partilhadas que dão corpo ao padrão identitário que influencia a diáspora, através das suas origens. Neste aspeto a rotina burocrática tem um papel importante a desempenhar.

Importa realçar que no âmbito do presente estudo, é da vertente pluralista das *domestic politics* que retiramos os contributos com maior valor heurístico, para

---

<sup>93</sup> Chris Alden & Amnon Aran., *Op. Cit.*, p. 110. Embora defendamos esta posição que concebe o Estado como ator central nas relações externas, na análise que fazemos sobre as dinâmicas da Globalização e do Transnacionalismo, constataremos que outros atores têm ganho um relevo na esfera externa que têm restringido o raio de ação estatal, nomeadamente as Diásporas. Este assunto será abordado no capítulo III.II – Diásporas – Globalização e Transnacionalismo, pp. 64-67.

analisar a relação entre a PE cabo-verdiana e a sua diáspora. Entendemos que o ambiente internacional afeta a orientação e os resultados da PE, tal como as escolhas ao nível das opções políticas disponíveis.<sup>94</sup> Se aplicarmos a lógica dos *two-level games* preconizada por Putnam, o ambiente de interdependência complexa que se gera entre as duas esferas – interna e externa, no caso de Cabo Verde, abre espaço a que o de fato grande parte do seu contingente populacional encontrar-se para lá dos seus limites territoriais físicos, exija uma imbricação entre a Política Interna e a PE, algo que está na génese do pluralismo e que mencionamos nas pp. 53, 59 e 115.

Todavia, e sendo o nosso objeto de estudo a PE cabo-verdiana e a sua diáspora, com ênfase na dimensão identitária, apresentar e seguir um quadro de análise que se revista apenas nestas fundações da APE, é escasso para as nossas pretensões. Procuramos também, contrariar as limitações que Alden e Aron apontam para a APE, no sentido que esta descarta as dinâmicas da globalização, não apresenta uma teoria do Estado e não contempla os cenários de mudança e o seu efeito no comportamento externo dos atores, sobretudo do Estado, no ambiente Internacional (fatores já aludidos na p. 19. Temos a ambição de suprir estas carências teóricas, provendo também uma revisão da literatura que estuda a PE dos Estados do Sul Global. Cabo Verde insere-se neste grupo de Estados.

Posto isto, a próxima seção debruça-se sobre as características gerais dos Estados do Sul Global, com a finalidade de aprofundar debates já iniciados (preponderância do Estado; estrutura vs. agência humana), e de clarificar a realidade envolta de um Estado como Cabo Verde, marcado pela forte dependência face à esfera externa para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

### II. III. A Política Externa dos Estados do Sul Global

A APE foi alvo de uma reconceptualização no século XXI, fruto de eventos já aduzidos como o final da Guerra Fria. Há um conjunto de forças que promoveram o refinamento do seu quadro teórico e que têm dominado a agenda dos debates dentro deste subcampo de estudos das RI, como: 1) o declínio do poder estatal; 2) a

---

<sup>94</sup> Michael Brecher – *Op. Cit.*, p. 4.

emergência dos atores não-estatais; 3) o efeito produzido pelas forças inexoráveis da globalização e das relações transnacionais.

No entanto, é importante destrinçar que desde o início dos anos 1970 que muitos políticos e estudiosos têm vindo a insistir que as preocupações tradicionais de segurança têm perdido espaço para as questões económicas na agenda de PE dos Estados. A discussão dentro do campo da APE parece estar a deslocar-se do foco nas questões de *high politics* para a incorporação de questões de *low politics*.<sup>95</sup> Para a alguns Estados do Terceiro Mundo que não estiveram envolvidos em conflitos armados no pós-independência o coração da suas PE é essencialmente social e económico. Como tal, e se tivermos presentes o ambiente internacional de oposição antagónica entre o bloco soviético e o bloco ocidental, importa realçar a condenação manifesta dos países terceiro-mundistas à corrida armamentista que opunha a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao Pacto de Varsóvia. O desarmamento nuclear constituiria uma avenida que possibilitaria a transferência dos recursos afetados à “quimera da dissuasão” para o desenvolvimento internacional.<sup>96</sup>

Atente-se que a década de 1970 marca o despontar da emergência dos Estados Terceiro-mundistas na agenda internacional. Jacqueline Braveboy-Wagner sustenta que esta afirmação dos países do Sul Global (*Global South*)<sup>97</sup> deve-se a inúmeras contingências, que passaremos a elencar: número considerável de países que se tornaram independentes entre os anos 60 e 70; a sua oposição conjunta às políticas nucleares Leste vs. Oeste; as suas demandas públicas a favor da descolonização e do desenvolvimento através dos fóruns políticos multilaterais (Movimento dos Não-

---

<sup>95</sup> Segundo Schordt as *low politics* compreendem transações como os fluxos de comércio e as relações económicas, enquanto que as *high politics*, na sua vertente mais tradicional, compreendem os tratados, conflitos e hostilidades, entre os Estados. Veja-se: SCHRODT, Philip A. - Event Data in Foreign Policy Analysis. In NEACK, Laura et al. [eds.] - *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey: Prentice Hall, 1995, pp. 145-166.

<sup>96</sup> Ver: SAADER & SEN, Somnath - Disarmament, Development and Military Expenditure. *Disarmament review*. United Nations Organization, vol. 13, n.º3 (1990) pp. 275-307.

<sup>97</sup> A autora prefere o uso do termo *Global South* (Sul Global) ao invés de Terceiro Mundo, pois o último contém conotações valorativas, no seu ponto de vista demasiado hiperbólicas. Terceiro Mundo está muito associado à ideia dos países pobres e periféricos do Sistema Internacional, sendo um termo que se aplica mais ao contexto da Guerra Fria e ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Identificar os países industrializados do Norte como “os ricos” e os países menos desenvolvidos do Sul em sentido oposto “os pobres” é uma simplificação obsoleta, se atendermos que há fortes assimetrias dentro dos Estados do Norte, tal como há disparidades evidentes dentro do contexto dos Estados do Sul. Este estudo utiliza o termo Sul Global por esta razão.

Alineados e Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio – UNCTAD); a contínua discussão para a implementação de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI); as ações dramáticas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973; e aos nacionalismos e experimentos socialistas do período pós-colonial e os conflitos internos, que foram agravados pelas rivalidades Leste – Oeste <sup>98</sup>.

Se tivermos em consideração que estes Estados juntos compreendem dois terços da comunidade global, entendemos que é importante aferir qual a sua relevância teórica para o Estudo da PE e de que forma as suas particularidades enriquecem as próprias RI. Este é um dos potenciais contributos do presente estudo que apresentamos neste capítulo e nas considerações finais.

Acresce que os países do Sul Global constituem unidades profícuas para se analisar a interação entre o Estado, enquanto principal interlocutor, as ONG's, Multinacionais, e as Organizações Intergovernamentais, numa ambiente internacional cada vez mais plural e difuso.

Paralelamente, a literatura alerta-nos que para uma compreensão rigorosa da realidade do grupo de países em questão, requer-se uma análise a três níveis e uma estrutura explanatória multivariável. Ora os níveis são: Global (Sul Global), Regional (África) e Nacional (Cabo Verde). Por outro lado, e se atendermos que as grandes TRI apostam numa abordagem macro, ao passo que a APE envereda por uma análise micro, deparamo-nos com uma lacuna. Os teóricos da APE ao focarem-se nas estruturas internas e no processo, deram pouca atenção a alguns fatores sistémicos enfatizados pelas grandes TRI, que são muito importantes para as análises orientadas para o Sul Global. Braveboy-Wagner advoga que no estudo da PE deste conjunto de países, não se deve ignorar a importância dos fatores sistémicos. <sup>99</sup>

O papel do Estado e o seu poder, a dependência e desigualdade têm constituído os padrões base para a análise da PE destes Estados. Neste sentido, parece-nos pertinente introduzir alguns dos fundamentos da teoria da dependência,

---

<sup>98</sup> BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne, editor - *The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, p. 2.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 8.

que tem sido bastante empregue pelos analistas que se debruçam sobre os países da região do Sul Global.

A teoria da dependência surgiu em cena durante os anos 70 como uma escola de pensamento dentro da Economia Política Internacional (EPI), de pendor estruturalista-globalista, cujo objectivo passou por explicar o fosso existente entre as nações ricas e as nações pobres do mundo. Na essência da sua teorização está a denúncia ao passado colonialista e ao imperialismo económico como fatores que terão sujeitado os Países em Desenvolvimento (PED) a um atraso em relação ao Estados do Norte Global (*Global North*). A tese defendida pelos “dependentistas” aponta que a relação entre o Norte (centro) e o Sul (periferia), longe de ser uma relação de cooperação para alcançar objetivos mútuos, implica a subordinação do segundo em relação ao primeiro e a exploração do segundo pelo primeiro.<sup>100</sup> Note-se que a teoria da dependência procura examinar o processo de integração da periferia no sistema capitalista internacional e verificar as implicações desenvolvimentistas do capitalismo periférico.<sup>101</sup>

Pois então, que regiões constituem a periferia do sistema capitalista? Quando se fala de Sul Global é inevitável a conotação a conceitos como países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O Sul (periferia) diz respeito aos continentes asiático e africano e aos países da América Latina e das Caraíbas. Há um conjunto de características que os assemelham. Em primeiro lugar revelam desigualdades flagrantes nos padrões de acumulação de riqueza e distribuição anual do rendimento. A maior parte sofre de taxas de crescimento demográfico, mortalidade infantil, malnutrição ou fome, doenças contagiosas e analfabetismo elevados ou acima da média. Carecem de estruturas de educação, saúde e assistência social adequados. Por último, são países que se deparam com o défice nas suas balanças comerciais, inflação, dívidas públicas avultadas e incapacidade/inabilidade interna para gerar índices produtivos competitivos e sustentáveis.

É ainda imperioso conceber o papel de agentes externos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco

---

<sup>100</sup> PFALTZGRAFF, Robert Jr. & DOUGHERTY, James E - *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Gradiva, 2004, p. 579.

<sup>101</sup> CARPORASO, James - Dependence and Dependency in the Global System. *International Organization*, vol. 32, n.º1 (1978), p. 2.

Mundial (BM) na criação de estruturas que têm trazido mudanças significativas nas opções disponíveis para os PED, quer a nível nacional quer a nível regional. Muitos países do Terceiro Mundo, subitamente apanhados numa rápida mutação social, têm sofrido pressões revolucionárias como resultado do processo de modernização.<sup>102</sup>

Perante tal cenário, a via multilateral tem sido a via pelo qual estes Estados se têm movido para contrariar as suas crónicas dependências. Debatem-se por atenuar as assimetrias Norte-Sul. No plano económico, tem-se fomentado um conjunto de propostas nas estruturas da ONU que visam a implementação de medidas de cariz regional. A OPEP, o grupo dos 15 e o grupo das 77 economias<sup>103</sup> são exemplo de convenções tricontinentais que ainda funcionam com alguma consistência. Como um grupo, os PED continuam a pressionar para o desenvolvimento sustentável, para a cooperação económica e técnica Sul-Sul, com a finalidade de reduzir a dívida e aliviar a pobreza.<sup>104</sup>

Na esfera internacional, os PED têm-se debatido com questões como o défice democrático em organizações como a ONU. Apesar de conscientes da divisão entre o Norte e o Sul a nível económico, político, social e digital, as ações dos países do Sul Global têm vindo a traduzir-se em meras iniciativas diplomáticas, do que propriamente em ações concretas. Privilegiam-se os canais regionais e bilaterais e do ponto de vista moral e valorativo, jamais se recuperou o espírito de Bandung.<sup>105</sup>

Todavia, Andrés Serbin alerta que não se pode falar numa agenda de PE global dos países do Sul. Existem sim fóruns regionais que bandeiram objetivos regionais,

---

<sup>102</sup> Robert L. Pfaltzgraff, JR. & James E. Dougherty - *Op. Cit.*, p. 578.

<sup>103</sup> O Grupo dos 15, ou G15, foi estabelecido na nona reunião de cúpula do Movimento dos Não-Alinhados em Belgrado, a Setembro de 1989. Nesta, foi proposta a cooperação e a entrada para outros ordenamentos internacionais, tais como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o grupo das oito nações ricas e industrializadas (G8). É composto por países da América do Norte, América do Sul, África, e da Ásia, unidos pelo anseio de crescimento e prosperidade. Por sua vez, o Grupo dos 77 é uma coligação de nações em desenvolvimento, que visa promover os interesses económicos coletivos dos seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. Atualmente, são 131 os membros, com Cabo Verde a figurar neste aglomerado, que nasceu em 1964.

<sup>104</sup> Jacqueline Anne Braveboy-Wagner, editor - *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>105</sup> A Conferência de Bandung de 1955 foi uma conferência afro-asiática que teve lugar em Bandung na Indonésia, que ainda hoje é reconhecida como um evento único e sem precedentes no que ao simbolismo e espírito de união diz respeito. Um total de 29 nações independentes da Ásia e de África que almejavam distanciar-se daquilo que era a competição bipolar que dominava a agenda da PI e fomentar a solidariedade. Acredita-se ter servido de inspiração para a criação do Movimento dos Não-Alinhados. Sobre este assunto, veja-se a obra de: MACKIE, James Austin Copland - *Bandung 1955: non-alignment and Afro-Asian solidarity*. Singapore: Editions Didier Millet, 2005.

sendo que é clara a distinção entre as várias regiões que compõem o Sul Global.<sup>106</sup> A integração global está a decorrer em simultâneo com uma tendência de fortalecimento dos laços regionais em cada continente. Embora os Estados do Sul apresentem no geral uma dependência face ao SI para lograr o tão almejado desenvolvimento, têm depositado nos círculos regionais os seus esforços para procurar contrariar esta tendência, ainda que com resultados práticos reduzidos.

No que se tange aos objetivos e princípios gerais de PE entre África, Ásia, e América Latina, as diferenças, atualmente, são mais evidentes que no passado. Na América Latina e nos países caribenhos as questões políticas primordiais na agenda regional são o comércio e a integração (não invalidando que os conflitos internos e o narcotráfico não sejam fulcrais para alguns países desta região).<sup>107</sup> Na região este e sudeste do continente asiático, as questões em torno do comércio são as de maior prioridade, refletindo-se no fortalecimento das redes de comércio inter-regional. Veja-se o papel da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA/ASEAN) e da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (CEAP/APEC). Na Ásia do Sul não se pode falar de uma agenda económica comum face ao conflito pela hegemonia regional entre o Paquistão e a Índia. No norte, os conflitos entre as Coreias dominam a agenda da região. Por sua vez, em grande parte do continente africano, a resolução de problemas étnico-políticos e a democratização têm mais preponderância que as questões comerciais na agenda política da região.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Andrés Serbin – Latin American Foreign Policies: Incorporating Civil Society Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline Anne - *The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, pp. 99-124.

<sup>107</sup> Temos como modelos de integração regional o Mercosul e a Associação dos Estados Caribenhos (AEC), que são organizações que patrocinam o comércio livre e a constituição de um mercado unitário. Sobre o Mercosul, atente-se ao trabalho de Alcides Vaz que analisa a constituição, os princípios e as negociações em torno deste ordenamento regional. In VAZ, Alcides Costa - *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: Ibri, 2002. Por sua vez, Andrés Serbin é autor de um ensaio que se debruça sobre a constituição da AEC. In SERBIN, Andrés - *Consenso Político e Integração na Bacia do Caribe: O Grupo dos Três e a Associação de Estados do Caribe*. *Contexto Internacional*, vol. 17, n.º1 (1995), pp. 7-22.

<sup>108</sup> Paul Adogamhe aponta que no continente africano o sentido dos movimentos incipientes de integração é mais em promover a autoconfiança entre os intervenientes, do que moverem-se propriamente para a integração regional. Ver: ADOGAMHE, Paul G. - African Foreign Policy: Integrating Political Economy and Decision Making Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline, Anne - *The Foreign Policies of The Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers 2003 p. 83.

Sendo assim, como estudar uma região que no seu conjunto aglomera carências e necessidades estruturais comuns, mas que ao mesmo tempo junta realidades e estratégias de condução de PE múltiplas?

Atente-se por fim às considerações teórico-metodológicas finais.

O estudo dos países da região do Sul Global deve conjugar uma abordagem interdisciplinar.<sup>109</sup> Por um lado, as teorias gerais das RI como o realismo e liberalismo auxiliam na identificação de fatores estruturais/sistêmicos de monta, mas fornecem explicações escassas para entender as influências estatais e sociais na PE. A teoria da dependência, apesar do seu contributo benéfico ao destacar a posição do Sul (periferia) na hierarquia mundial, está demasiado enraizada em considerações estruturais e abusa de um certo determinismo económico na sua teorização.<sup>110</sup> Ao passo, que a APE, sobretudo na sua vertente de Análise do Processo Decisório, não foi concebida para a realidade dos países do Sul. Não obstante, a sua ênfase na *agência* humana permite dar atenção aos fatores psicológicos em torno do decisor político.

Logo a PE dos Estados do Sul Global deve ter em conta os grandes princípios das RI, a EPI e da APE tradicional e da análise social do papel do Estado em relação a outros atores que procuram modificar o ambiente interno e externo. Esta interdisciplinaridade é fundamental para o estudo da PE na contemporaneidade, que se tem deparado com o incremento da importância da política interna, da sociedade mundial e das forças transnacionais, quer civis, quer informais. Com o aprofundar da globalização e continua partilha por parte do Estado das suas prerrogativas soberanas com outros agentes, a essência da PE tem mudado. Com efeito a APE está cada vez mais politizada e socializada, pois reflete questões de ordem económica, social e societal (étnicas e culturais) e preocupa-se com a construção nacional e a sobrevivência dos regimes.

---

<sup>109</sup> Relembramos que na página 35 fizemos alusão ao compromisso da 3ª vaga de estudos da APE, que teve o impulso de autoras como Valerie Hudson, em apostar na interdisciplinaridade para analisar as dinâmicas envoltas do fenómeno da PE, e tendo como base o ambiente de interdependência complexa do pluralismo, tal aposta revela-se necessária para cobrir a conjugação dos *inputs* entre a esfera interna e a esfera internacional.

<sup>110</sup> Robert Gilpin elenca um conjunto de críticas à teoria da dependência. Veja-se: GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987, pp. 303-304.

Depois termos revisto o estudo da PE dos Estados do Sul Global recentramos a nossa atenção na região onde se insere o nosso estudo de caso, até porque as considerações sobre a PE dos Estados do Sul Global, apesar de nos terem alertado para a importância dos fatores sistémicos e da dependência externa do grupo de Estados nele inseridos, não são suficientes para o conceito de PE por nós operacionalizado e que apresentamos no Capítulo II.V. – A Política Externa e o caso de Cabo Verde (p. 54).

#### II. IV. A Política Externa dos Estados Africanos

Tendo revisitado os traços gerais inerentes ao estudo da PE dos Estados do Sul Global, importa conduzir a análise para um outro nível – o regional. Como estudar África? Será que a disciplina de RI fornece perspectivas de análise e conceitos adequados para o estudo do continente africano?

Nesta seção começaremos por identificar as principais abordagens relativas ao estudo da PE na região africana, tendo presente as potencialidades e limitações das TRI na adequação à realidade africana. De seguida, desenvolveremos a ideia de Estado em África, sob o escrutínio do debate que explora em que medida as trajetórias de formação do Estado em regiões alvo do colonialismo europeu podem ser compreendidas a partir do modelo europeu do Estado de tipo ideal weberiano. Traçado o panorama conjuntural, analisaremos a PE dos Estados africanos, com intuito de estabelecer um quadro de análise adequado, que nos permita operacionalizar heurísticamente o conceito de PE adequado à realidade de Cabo Verde.

#### **África no Mundo**

É inequívoco que o continente africano tem assumido um papel marginal como objeto de estudos no que à disciplina das RI diz respeito. E se pensarmos no debate teórico, maior é o distanciamento e menor é o encaixe dos grandes paradigmas desta disciplina com a realidade que faz parte do universo político de África. Neste sentido, a Área de Estudos Africanos tem procurado fazer face a este *handicap*, ainda que com algumas limitações.

Para um estudante de RI é difícil conceber África, alheada das concepções ocidentais que dominam o móbil teórico e analítico da teoria. Por vezes, adotar uma perspetiva africanista, apesar de desafiante, carece de ancoragens empíricas de monta para se abraçar tal avenida.

Escrevendo sobre o estado da Área de Estudos Africanos, o pós-colonialista Bill Ashcroft identificou três representações principais em voga nos estudos sobre o continente africano:

- Emergência de uma agenda pós-colonial de pensamento intelectual, que se focou no legado colonial e no seu peso para definir as estruturas sociais e subjetividades de África.
- Tendência em descrever o que é ou não o continente em termos essencialistas.
- Concebe-se o continente em termos internacionalistas, na medida em que se identificam as dinâmicas políticas e económicas face a uma realidade global em constante mudança.<sup>111</sup>

No fundo, este conjunto de representações ilustram uma certa ambiguidade relativamente à posição do continente africano no mundo, sendo consensuais no ponto que África é largamente periférica numa vasta realidade sociopolítica e económica. Sobre este assunto, Mamdani aponta que o estudo de África era precedido com uma ideia particular da região, herdada de concepções colonialistas, que a concebia como o “outro”, a antítese da ordem institucional e a subjectividade do Ocidente.<sup>112</sup> O mesmo autor lança o repto de que é importante encontrar um equilíbrio perfeito entre a colocação de África no circuito global, para que esta não mantenha o seu lugar de excepção como sinónimo de atraso, e a capacidade de explicar as especificidades africanas para que o continente não se dilua no equilíbrio de forças na esfera internacional.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Ver: ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth & TIFFIN, Helen - *The Empire Writes Back – Theory and practice in post-colonial literatures*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York: Routledge, 2002.

<sup>112</sup> Ver também: MAMDANI, Mahmood - *Citizen and Subject: Contemporary Africa and The Legacy of Late Colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

<sup>113</sup> Na mesma linha de pensamento de Mamdani, Engel e Olsen sustentaram que grande parte das análises ao continente africano partem de pontos de partida de distanciamento, exclusão, desvio, daí África estar sub-representada nas correntes principais da escola das RI do mundo do atlântico Norte, sobretudo ficando de fora de grande parte do debate teórico que impulsiona esta disciplina. Veja-se: ENGEL, Ulf & OLSEN, Gorm Rye - *Africa and the North: Between Globalization and Marginalization*. New York: Routledge, 2005.

Em matéria de produção de conhecimento desta área, chamamos a atenção para algumas obras de referência. Christopher Clapham elabora uma obra ímpar que traça as condições endógenas que estruturam, e o ambiente exógeno que por sua vez condiciona, a PE dos Estados africanos.<sup>114</sup> Taylor e Williams focaram-se no estudo das relações do continente africano com o norte, procurando descortinar o lugar de África no mundo.<sup>115</sup> Por sua vez, Schatzberg<sup>116</sup> ou Davidson<sup>117</sup> enfatizaram fatores socioculturais como condições pelos quais o poder é exercido em África. Outras análises procuram identificar as formas como instituições políticas ocidentais, tal como o Estado historicamente mudaram no contexto específico africano.<sup>118</sup>

Neste sentido, importa analisar a ideia de Estado em África e aferir até que ponto a ideia de Estado exportada do Ocidente, se aplica à realidade dos países do continente. Segundo Clapham, quando se fala em Estados, primeiro deve-se equacionar estas estruturas como detentoras de governos que reclamam o exercício da soberania sobre um determinado território e a sua população.<sup>119</sup> Existe um controlo físico do território nacional, sendo que o governo é detentor do monopólio coercivo que extrai da sociedade os recursos necessários para conduzir o Estado.<sup>120</sup> Esta ideia de Estado preconizada por Clapham é conforme com a definição histórica de Max Weber, que define Estado como uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.<sup>121</sup>

---

<sup>114</sup> Ver: CLAPHAM, Christopher. *Africa and the international system. The Politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>115</sup> Veja-se: TAYLOR, Ian & WILLIAMS, Paul - *Africa in International Politics: External Involvement in the continent*. New York: Routledge, 2004.

<sup>116</sup> Ver: SHATZBERG, Michael G. - *Political Legitimacy in Middle Africa: Father, Family, Food*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.

<sup>117</sup> Ver também: DAVIDSON, Basil - *O Fardo do Homem Negro: Os efeitos do Estado-Nação em África*. Porto: Campo de Letras, 2000.

<sup>118</sup> Jean-François Bayart apelida de “extraversão” a lógica de importação das dinâmicas políticas do Ocidente para o continente africano. Bayart partilha uma visão pragmática que corrobora a *agency* dos Estados africanos na tentativa de aproveitar as oportunidades oferecidas pelos contatos com o resto do mundo. Veja-se: BAYART, Jean-François - *L'Etat en Afrique: La Politique du Ventre*. Paris: Fayard, 1989. Ver também: BAYART, Jean-François. - *Africa in The World: The history of Transversion*. *African Affairs*, vol. 99, n.º 395 (2000), pp. 217-267.

<sup>119</sup> Christopher Clapham - *Africa and the international system. The Politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 8.

<sup>120</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>121</sup> Ver: WEBER, Max et al. - *Politics as a Vocation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

Não obstante, os Estados Africanos trazem uma realidade que encerra uma pluralidade de estatalidades<sup>122</sup> – *statehoods*. Tal como enfatiza, Clapham podemos falar de graus de estatalidade – *degrees of statehood*. Robert Jackson contribui para este debate com a noção de Quase-estado, conceito que descreve aqueles Estados que, apesar do reconhecimento por outros Estados e pelas Instituições Internacionais dentro do SI, carecem de características credíveis e substanciais dentro daquilo que é a visão clássica Positiva do Direito Internacional.<sup>123</sup> No cerne da sua teorização, Jackson substancializa que os Estados consolidados gozam de uma soberania positiva, na medida em que têm governos que exercem um domínio efectivo sobre as suas pessoas e territórios e são capazes de se defender isoladamente ou com aliados contra ameaças externas.<sup>124</sup> Ao invés, os quase-estados gozam de uma soberania negativa, visto que a sua soberania assenta essencialmente no reconhecimento internacional. Tais Estados, normalmente, são incapazes de se defenderem militarmente contra ameaças externas de qualquer Estado industrializado que possua arsenais modernos.<sup>125</sup> Geralmente, não têm um total controlo do seu território, sendo que o seu Sistema Político é fraco e instável. Existem porque os Estados dominantes da Ordem Mundial assim o consentem.

Apesar da visão e concetualização de Jackson já se encontrar ultrapassada, tendo em conta que o autor escreveu esta tese mesmo no final da Guerra Fria é um bom ponto de partida para conceber a realidade dos Estados do Sul Global, nomeadamente os Estados Africanos. Obviamente estes fundamentos de Jackson não conseguem explicar porque razão Estados como as antigas União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Jugoslávia, que gozariam de uma soberania positiva, implodiram.

---

<sup>122</sup> Odaire Varela utiliza a expressão estatalidade como tradução de *statehood*, que no seu entender remetem para os requisitos que definem um Estado. In VARELA, Odaire – Crítica da Razão Estatal. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odaire (Org.) - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*, Praia: Edições ISCJS, 2014. Neste estudo também adotaremos esta tradução.

<sup>123</sup> JACKSON, Robert H. - *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 22.

<sup>124</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>125</sup> *Idem, Ibidem*

Odair Varela reifica que o continente africano tem as suas principais características de estatalidade caldeadas na sua história tanto milenar como recente.<sup>126</sup>

Sobre o assunto, Clapham alerta que não só é importante conceber a questão do poder efetivo do governo sobre o território do Estado, como também é fundamental que a ideia de Estado seja partilhada e implementada no seio da população.<sup>127</sup> Este constata ainda que todos os Estados dependem de uma combinação de reconhecimento externo e poder interno para se consolidarem.<sup>128</sup>

A maioria dos Estados africanos utilizaria os escudos da soberania, autodeterminação e descolonização para garantirem que a sua independência era assegurada. Alguns dos critérios chaves para se atingir uma soberania absoluta como a manutenção das fronteiras existentes, a insistência no princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e o apelo ao direito de cada Estado regular a gestão da sua própria Economia, viriam a ser consagrados em documentos como a Carta da Organização da Unidade Africana, atualmente União Africana (UA) e a Carta dos Direitos Económicos e Deveres do Estado.<sup>129</sup> Neste ponto, recuperamos a premissa corroborada por Braveboy-Wagner que os Estados do Sul Global concebem os canais multilaterais como vias para amenizar as assimetrias de poder dentro do SI.

Tendo presente o binómio reconhecimento externo vs. poder interno que muito se aplica à realidade dos Estados africanos, constatamos que a estrutura de poder global constituía muito mais uma fonte de suporte, do que uma ameaça para os estados recém-independentes. Para Stephen Wright os anos 90 ofereceram novos desafios e oportunidades para os Estados Africanos reorientarem as suas políticas num sentido positivo e construtivo. A PE dos Estados africanos, atualmente está a ser formada por mudanças rápidas nos ambientes internos e internacionais numa extensão que é difícil isolar políticas puramente externas.<sup>130</sup> Segundo Wright, no

---

<sup>126</sup> Odair Varela - *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>127</sup> Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1996, p. 15.

<sup>128</sup> CLAPHAM, Christopher - Degrees of statehood. *Review of International Studies*. British International Studies Association, vol. 24, n.º2 (1998), p. 145.

<sup>129</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>130</sup> WRIGHT, Stephen - *African Foreign Policies*. Boulder, CO: Westview Press, 1999, p. 1.

contexto dos Estados africanos: “the blurring of boundaries between domestic and international arenas has been so accentuated that such distinction hardly exists.”<sup>131</sup>

Paralelamente é importante constatar que a ordem internacional africana com o avançar do tempo teria como principal ameaça, a fraqueza da sua base económica e o declínio progressivo da capacidade dos líderes africanos em extrair os recursos necessários das suas economias para manterem as estruturas estatais, herdadas do colonialismo, diferenciadas e expandidas.<sup>132</sup> No seio dos estudiosos da PE dos Estados africanos, surgiu uma abordagem, cujo despontar data da década de 1980, que enfatizaria a dimensão das influências económicas exteriores ao continente e a sua penetração nas sociedades africanas.<sup>133</sup> Esta perspetiva da política económica dos Estados africanos apreendeu que as carências económicas que assolam a generalidade dos povos do continente limitam seriamente o leque de escolhas disponíveis para os seus decisores políticos.<sup>134</sup>

Os Estados Africanos encontram-se bastante dependentes da esfera internacional, na busca de recursos para se protegerem contra as consequências das suas políticas internas e do seu falhanço económico. Clapham defende que:

**The foreign policies of African states were, in short, most basically determined by the kinds of states they were. Created in large measure by the international system, they continued to need access to it as the condition for their own survival.**<sup>135</sup>

Esta asserção põe em causa a noção de quase-estado e soberania negativa – Estados mantêm-se independentes no SI, enquanto se mantêm dependentes do mesmo para garantirem a sua sobrevivência.<sup>136</sup>

---

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>132</sup> Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1996, pp. 44-45.

<sup>133</sup> Daddieh e Shaw com o estudo de caso do Biafra na Nigéria e do Movimento Popular de Libertação de Angola sustentam que as mudanças e as flutuações na PE dos Estados Africanos podem ser melhor entendidos, estudando os constrangimentos e oportunidades resultadas da posição ocupada por alguns Estados africanos no sistema capitalista mundial em evolução. Veja-se: DADDIEH, Cyril Kofie & SHAW, Timothy M. - The Political Economy of Decision-Making in African Foreign Policy Recognition of Biafra and the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA). *International Political Science Review*, vol. 5, n.º1 (1984), pp. 21-46.

<sup>134</sup> ADOGAMHE, Paul G. - African Foreign Policy: Integrating Political Economy and Decision Making Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline, Anne - *The Foreign Policies of The Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers 2003, p. 82.

<sup>135</sup> Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1996, p. 55.

<sup>136</sup> De acordo com Christopher Clapham esta dependência tornou-se evidente no momento em que os Estados Africanos eram sujeitos a qualquer desafio substancial, quer interno, quer externo. O autor elenca um conjunto de exemplos que elucidam a necessidade de ação externa para resolver problemas

Por outro lado, muitos dos líderes que detêm o poder, requereram apoio externo de outras potências ou das suas antigas potências coloniais para reprimirem as suas próprias populações. Clapham estabelece que:

**Governments had to engage in a complex bargaining process, in which they sought to buy external support by selling what they had to offer in terms of diplomatic clientage, strategic location, economic opportunity, or whatever else was available.**<sup>137</sup>

Os líderes mantêm o poder como parte do pacto para servirem os interesses dos seus protectores externos.<sup>138</sup> Esta conjuntura acabou por legitimar o que vem sucessivamente apelidado de neocolonialismo na literatura.<sup>139</sup>

Atendendo ao crescente peso das ONG's e ao papel dos Programas de Ajustamento Estruturais, verificamos que os Estados africanos tendem a perder o controlo do rumo das suas Economias, sendo que o fardo da dívida pública é um problema característico da realidade do continente. Odair Varela chama a atenção, para aquilo que ele define como colonialismo epistémico: a representação do outro a partir da normatividade estipulada no espaço colonial, como sendo o espaço de ordem, leva a que as medidas internas dos Estados africanos, assim como as políticas de Instituições Internacionais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial relativas aos mesmos, continuem a ser marcadas pela “colonialidade do saber” vindo do Norte Global.<sup>140</sup>

A uma considerável porção das ajudas externas, têm vindo a associar-se demandas de mudança política por parte dos seus credores, nomeadamente no que concerne no incentivo à liberalização e democratização. Na década de 1990, em particular, o continente foi palco de transformação política, económica e social sem precedentes. Um conjunto de países africanos enveredou pela via democrática com a

---

internos no continente africano. Veja-se: CLAPHAM, Christopher - Degrees of statehood. *Review of International Studies*. British International Studies Association, vol. 24, n.º2 (1998), pp. 146-147.

<sup>137</sup> Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1996, p. 20

<sup>138</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>139</sup> Christopher Clapham é um dos autores que segue esta linha de pensamento, na sua obra já supracitada. Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1998, p. 147.

<sup>140</sup> Odair Varela, *Op. Cit.*, 2014, p. 43. Sobre a noção de colonialismo epistémico, veja-se: VARELA, Odair - Para além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estrados “frágeis”, “falhados” ou “colapsados”. Coimbra: FEUC, 2005. Tese de Mestrado em Sociologia. A expressão “colonialidade do saber” encontra-se problematizada na leitura: QUIJANO, Aníbal - Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo [org.] – *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 201-246.

realização de eleições multipartidárias. A instauração da democracia teve implicações significativas para a PE dos Estados africanos, sobretudo em territórios onde as eleições multipartidárias resultaram numa transferência de poder de uma elite dirigente para outro grupo político, com postura tendencialmente pacífica. Em tais casos, assistiu-se à emergência de uma nova geração de líderes africanos que se comprometeram a respeitar a vontade das suas populações na formulação e aplicação da sua PE. Assim sendo, o processo de democratização foi fundamental para o desenvolvimento de um enquadramento dinâmico de PE orientado para os interesses dos povos africanos, acima das pretensões dosadores, credores e agentes externos.<sup>141</sup>

#### II.V. A Política Externa e o caso de Cabo Verde

Até ao momento, temos vindo a seguir um caminho trilhado pela resenha teórica daquelas que são as fundações que dão roupagem a uma das nossas unidades de análise – a PE. Neste sentido, importa estabelecer um ponto de situação e aclarar o quadro de análise que ancorará a exploração da nossa problemática principal.

Revisitamos o universo teórico da APE (capítulos II.I e II.II), visto que o seu enfoque nos decisores políticos, burocracias e fatores psicológicos possibilita explorar a interligação entre o processo, a tomada de decisão e os resultados da PE, envoltos num ambiente complexo de interação entre a esfera interna e a esfera internacional.

Este ambiente imbuído pela gestão da interdependência complexa<sup>142</sup>, é gerado pelo fluxo de *inputs* canalizados pelo ambiente interno e o ambiente externo, sendo que o equilíbrio entre estas duas esferas condiciona e molda a PE dos Estados. A tipologia dos *two-level games* de Robert Putnam tenta capturar os desafios impostos pela interdependência complexa na tomada de decisão em PE. O dilema identificado pelos pluralistas centra-se na diferença entre as regras e interesses predominantes na esfera interna e aquelas que vigoram na esfera internacional. Nesta perspetiva, a abordagem pluralista captura bem as tendências que moldam o ambiente externo no

---

<sup>141</sup> Paul G. Adogamhe - *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>142</sup> Veja-se: KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph. *Power and Interdependence. World Politics in transition*. Third Edition, Boston: Little-Brown, 2001.

qual a PE opera. Por outro lado, a vertente pluralista da APE também examina muitas das questões concernentes à globalização.

As razões explicitadas acima apontam, no nosso entender, para a abordagem pluralista da APE como sendo aquela que melhor se adequa ao nosso estudo de caso, por levar em conta as dinâmicas ambientais e dar igual ênfase aos *inputs* internos (tamanho, população, poderio económico e militar de um Estado) e externos (condicionalismos oriundos do SI) que atuam sobre a PE. Todavia, a APE não satisfaz por completo o enquadramento teórico necessário para conceber a realidade de Cabo Verde. Também, enquanto grelha analítica, apresenta algumas carências (ver p. 19).

Nesta linha de ideias, a escolha de Cabo Verde como unidade de estudo de caso permite-nos considerar algumas dimensões nas quais as RI são mais silenciosas, como o papel da cultura e da identidade nas orientações de PE de um Estado<sup>143</sup>, e concomitantemente contribuir para o debate que vislumbra a importância dos atores não-estatais para a PI.

Cabo Verde é um Estado do Sul Global e africano. Explorá-lo com suporte apenas num subcampo de estudos concebido essencialmente para a realidade dos Estados do Ocidente, seria ignorar o apontamento de Rosenau, no sentido em que o investigador deve ter em conta a génese das instituições e a cultura política do país a ser analisado.<sup>144</sup> O mesmo autor defende que a apreensão do comportamento dos Estados no SI só é possível, se atendermos aos múltiplos fatores que norteiam a sua interação com outros atores externos, entre os quais o tamanho e a sua capacidade de projeção internacional.<sup>145</sup> Em paralelo, não podemos descurar o papel das coordenadas de identidade geográfica e dos ensinamentos da geopolítica<sup>146</sup> no que toca aos Estudos Políticos de Área.

Como tal foi pertinente introduzir o debate que contempla o referencial teórico relativo à PE dos Estados do Sul Global, onde se insere Cabo Verde. Para entender a realidade desta região, há um conjunto de dinâmicas estruturantes que se evidenciam:

- o papel da globalização nas opções de PE dos Estados do Sul Global;

---

<sup>143</sup> Estas questões são abordadas pela perspetiva de análise do construtivismo.

<sup>144</sup> ROSENAU, James N. – Foreword- in SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim - *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008, pp. V-X

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. VIII.

<sup>146</sup> Sob a Geopolítica e a importância das coordenadas geográficas para as relações políticas, veja-se: MOREAU DEFARGES, Philippe - *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2013.

- a dependência destes Estados perante as flutuações/mudanças no SI;
- a imbricação entre a política interna e a PE;
- a porosidade das fronteiras provocada pela movimentação frequente e crescente de pessoas, ideias, capital, bens e serviços.

Por outro lado, tal como constata Braveboy-Wagner, os teóricos da APE, ao colocarem o enfoque nas estruturas internas e no processo de formulação da PE, desvalorizaram alguns fatores sistémicos enfatizados pelas teorias macro das RI.<sup>147</sup> No caso da PE dos Estados do Sul Global, os fatores sistémicos têm uma significância preponderante para o entendimento do seu posicionamento externo.

Face a este enquadramento, é fundamental enveredar por uma abordagem interdisciplinar, de forma a controlar as diversas dinâmicas que constituem o universo do estudo da PE na contemporaneidade. Para além de um estado do Sul Global, Cabo Verde é um Estado africano. Paul Adogamhe sugere a utilidade de um modelo que combine a análise do processo de tomada de decisão enfatizada pela APE com a análise de fatores político-económicos e sociais, para uma melhor perceção das decisões que são tomadas e dos fatores que as explicam. Adogamhe defende que uma abordagem de política económica possibilita a identificação de constrangimentos estruturais sob os quais as políticas estatais são concebidas e praticadas.<sup>148</sup>

No contexto dos Estados africanos e no que à PE dos mesmos diz respeito, o fim da Guerra Fria<sup>149</sup> alterou o envolvimento das potências dominantes e da UE em África, o que teve implicações mistas para o continente. Stephen Wright partilha a opinião de que as tendências dentro da EPI aumentaram a marginalização do continente, inserido no contexto de uma economia mundial globalizante, mas também flexibilizaram, em certa medida, as opções de escolhas políticas.<sup>150</sup> No período pós-independência pode-se falar de um conjunto de pontos/objetivos comuns da PE dos

---

<sup>147</sup> Jacqueline Anne Braveboy-Wagner, editor - *Op. Cit.*, 2003, p. 8.

<sup>148</sup> Paul G. Adogamhe, *Op. Cit.*, p. 82

<sup>149</sup> Stephen Wright aponta que o final da Guerra Fria antecipou-se no continente africano, com o acordo da Namíbia em 1988, que significou a retirada das tropas cubanas e o acordo que abriu caminho para a independência do país. Este enredo terminaria com o fim da competição entre as superpotências no continente. In WRIGHT, Stephen - *African Foreign Policies*. Boulder, CO: Westview Press, 1999, p. 7.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 2

Estados Africanos como: o não-alinhamento<sup>151</sup>, a oposição ao apartheid, o sentimento anticolonialista e o objetivo comum de modernização e desenvolvimento económico.

O enquadramento teórico da PE dos Estados do Sul Global e da PE dos Estados africanos serve de alicerce para o conceito de PE que pretendemos operacionalizar e que melhor se encaixa na nossa abordagem. Assim, compreendemos que a PE deve ser conceptualizada como a ou as estratégias que moldam o comportamento do Estado. Concordamos com Adogamhe, na medida em que entendemos que a PE é o resultado/output do processo de tomada de decisão, estando este sujeito à influência de uma grande variedade de *inputs* provenientes do ambiente interno e internacional.<sup>152</sup> A esta concetualização, acrescentamos o contributo de Clapham que sustenta que a PE de qualquer Estado deve refletir a forma como os seus governos definem a sua missão, na medida em que essa missão é partilhada pela sua população como um todo.<sup>153</sup> Portanto, e complementando o que foi previamente estipulado por Stephen, segundo Clapham, a PE que os Estados africanos seguiram após a sua independência refletiu as suas ideias de Estado, as quais foram partilhadas entre as suas populações, os Estados vizinhos e os Estados dominadores do SI.<sup>154</sup>

Também a nível do Estado, conforme Iolanda Évora, Cabo Verde desafia o pleonasma prático e teórico da modernidade a propósito do Estado e da soberania nacional, que se apoia na presunção de que todas as prerrogativas atribuídas ao Estado moderno se realizam na área delimitada onde este reivindica o monopólio dos

---

<sup>151</sup> O não-alíneamento tratou-se de uma estratégia encetada por alguns Estados do Terceiro Mundo, que traduziu um esforço destes encontrarem um lugar à margem do clima de competição bipolar da Guerra Fria, mas que como posicionamento político foi incapaz de ser inteiramente implementado, dado à dependência, sobretudo económica, que estes Estados tinham perante a esfera internacional. Alguns Estados optariam por tentar jogar as superpotências, uma contra a outra, de modo a fortalecer o seu controlo político interno. Sobre esta temática do não-alíneamento ver: DAVID, Steven R. - *Changing Sides: Alignment and Realignment in the Third World*. Baltimore: MD, 1991. No caso de Cabo Verde, no que respeita as suas relações com as duas superpotências do período da Guerra Fria, importa destacar o jogo-duplo por parte da elite governativa no PAICV no poder, que não só manteve boas relações com a URSS, como com os EUA. Com a ex-URSS, de assinalar a construção de alguns portos, a formação de muitos quadros superiores e militares. Ao passo que com os EUA, Cabo Verde garantiu ajuda alimentar, apoio no combate à desertificação e absorção de mão-de-obra ativa de emigrantes cabo-verdianos. In GRAÇA, Camilo – A Noção do “Pragmatismo” na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 272.

<sup>152</sup> Paul G. Adogamhe - *Op. Cit.*, p. 85

<sup>153</sup> Christopher Clapham - *Op. Cit.*, 1996, p. 45

<sup>154</sup> *Idem, Ibidem*

meios de coerção e o uso deles.<sup>155</sup> A descoincidência entre a territorialidade geográfica (dez ilhas) e o nacional (as ilhas e a diáspora) estão na base desta configuração singular de Cabo Verde, sendo que o Estado, que no seu caso surgiu depois da Nação, tem que atuar além-fronteiras e garantir que as noções sobre o real espaço de vida dos nacionais se firmem numa perspectiva de transcendência às fronteiras do arquipélago e num espaço social que existe dentro dos limites legais de muitos Estados-nações.<sup>156</sup>

Em contrapartida, se tivermos bem presentes as dinâmicas conjunturais referentes ao continente africano deparamo-nos com a necessidade de questionar até que ponto as concepções intra-estatais assentes numa lógica estatocêntrica são suficientes para apreender as especificidades inerentes a África. Há quem alegue que as RI e as suas ancoragens analíticas participam num exercício de hegemonia teórica neocolonial, que contribui para a marginalização de África no SI e enquanto região de hegemonia teórica neocolonial, que contribui para a marginalização de África no SI e enquanto região de estudo na disciplina.<sup>157</sup> Autores como Lenke<sup>158</sup> e Brown<sup>159</sup> debatem-se sobre em que medida o continente representa desafios e mudanças às TRI, destacando o reconhecimento do papel desempenhado pelos atores não-estatais. Na verdade, e de acordo com alguns autores para compreender as contingências que norteiam o campo de ação externa dos Estados africanos, tanto o domínio formal (Estados), como o domínio informal (atores não-estatais) têm igual importância na formação das RI africanas.<sup>160</sup>

Quanto a este assunto, Stephen defende que:

**Parliaments, pressure groups, civil society, and NGO's have become factors in the foreign policy equation, attempting to shift decision making away from a purely centralized command post<sup>161</sup>**

---

<sup>155</sup> Sobre este aspeto ver: BAUMAN, Zygmunt – Depois do Estado Nação, o quê? *In Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999, pp. 63-84.

<sup>156</sup> ÉVORA, Iolanda - A metáfora do Nacional. *Imaginário Magazine*. São Paulo. n.º7 (2001), p. 282.

<sup>157</sup> DUNN, Kevin C. – Introduction: Africa and the International Relations Theory. *In* , DUNN, Kevin C. & SHAW, Timothy M. [eds.] - *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Basingstoke: Palgrave, 2001. pp. 1-8.

<sup>158</sup> Ver: LEMKE, Douglas - African Lessons for International Relations Research. *World Politics*, vol. 56, n.º1 (2003), pp. 114-138.

<sup>159</sup> Veja-se: BROWN, William - Africa and international relations: a comment on IR theory, anarchy and statehood. *Review of International Studies*, vol. 32, n.º1 (2006), pp. 119-143.

<sup>160</sup> CORNELISSEN, Scarlett, CHERU, Fantu & SHAW, Timothy M. [eds] - *Africa and international relations in the 21st century*. Springer: Palgrave Macmillan, 2016., pp. 13-14.

<sup>161</sup> Stephen Wright - *Op. Cit.*, p. 8.

Esta asserção ilustra o ambiente de interdependência complexa, introduzido pelos pluralistas, no qual se configuram múltiplos atores, para além do Estado, que competem ou coexistem numa arena em constante mudança.

De entre estes diversos atores que compõem o SI como um todo, o nosso foco assenta nas diásporas. O repto de perceber o lugar das diásporas na PIC permite-nos abraçar o desafio de reconhecer as dimensões que não são usualmente consideradas no corpo analítico das RI.

Exemplo disso mesmo são a identidade e a cultura. Destaque para a abordagem que confere centralidade ao papel da etnicidade, uma categoria controversa que é vista recorrentemente como a força política motriz em África, tendo como referência os trabalhos de Jonh Lonsdale<sup>162</sup> e Crawford Young.<sup>163</sup>

Cabo Verde identifica-se como uma nação global, arquipelágica e diasporizada, deficitária em riquezas e recursos endógenos, cujas coordenadas de identidade geográfica constituem uma dimensão central na auto-perceção do povo das ilhas. Não obstante, o cariz migrante da identidade cabo-verdiana é uma realidade, também ela, incontornável da morfologia histórica, social e política deste Estado.

Como Estado do Sul Global e país africano, é nas relações económicas com a Economia que a soberania de Cabo Verde é desafiada com maior evidência. Desde a sua independência, a 5 de Julho de 1975, que as relações externas afiguram-se como um domínio primordial para os líderes dos governos nacionais que se têm sucedido. Efetivamente é notório neste país que as suas pretensões desenvolvimentistas tornam o seu acesso a recursos exógenos fundamental para a sua estratégia de sobrevivência e crescimento.

Os estudos sobre as formações da diáspora cabo-verdiana têm destacado a importância das remessas dos emigrantes para a saúde financeira do conjunto insular **(ver anexo II)**. Desta forma, a relevância da diáspora na PE do país é evidente, não fossem os principais parceiros de desenvolvimento e doadores externos, oriundos de contextos políticos onde existem comunidades cabo-verdianas expressivas. Suzano

---

<sup>162</sup> Ver: LONSDALE, John – Moral Ethnicity and Political Tribalism. In KAARSHOLM, Preben & HULTIN, Jan [eds.] - *Inventions and Boundaries: Historical and Anthropological Approaches to the study of Ethnicity and Nationalism*. Roskilde: Roskilde University, 1994, pp. 131-150.

<sup>163</sup> Ver também: YOUNG, Crawford - *The Politics of Cultural Pluralism*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1976.

Costa estabelece que a diáspora não só contribui financeiramente para a economia nacional através das remessas (umas das fontes principais do Produto Interno Bruto do país), como figura como um dos estandartes do fomento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e atração de receitas turísticas para as ilhas.<sup>164</sup> Segundo Kátia Cardoso, apesar das disparidades e constrangimentos decorrentes da ausência de meios institucionais e financeiros, a diáspora, sempre foi considerada como parte integrante da nação cabo-verdiana, tendo um peso determinante na estruturação da cultura política nacional, por via da transferência de conhecimentos, ideias e valores decorrentes da intensidade dos fluxos migratórios protagonizados pelo cidadão cabo-verdiano.<sup>165</sup>

Embora a geografia tenha um papel informador na matriz que condiciona a estratégia e orientação da PE de Cabo-Verde, a nossa dimensão central assenta no peso das migrações e no seu poder para redefinir fronteiras e espacializar o Estado. Tal como estabelece Iolanda Évora, no caso de caso de Cabo Verde, a terra-mãe está presente na memória, mas a diáspora apresenta o seu espaço descontínuo, reticular e policêntrico.<sup>166</sup> A adoção do conceito de diáspora pelos diferentes agentes nas migrações em Cabo Verde contribui para a perda da noção de limite territorial e enaltece a ideia de grupo para o qual as ilhas continuam a ser o espaço de referência comum. Estes agentes (elites governativas) reúnem esforços para assegurar que o Estado se mantenha como o guardião e promotor da rede comunitária que se constitui na génese dos fluxos transnacionais desenvolvidos pela diáspora.

Optar pela dimensão identitária como ponto central desta abordagem e como barómetro principal da relação entre a PE e a diáspora cabo-verdiana também oferece um veículo para se refletir sobre o fato da elite política do país partilhar interesses materiais e ideológicos com as elites nos países do Ocidente. A PE cabo-verdiana manifesta, em grande parte, uma orientação pró-ocidental. Tal prende-se fortemente com a génese do indivíduo cabo-verdiano, não tivesse este resultado da miscigenação

---

<sup>164</sup> COSTA, Suzano - A PE Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. In SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo (Org.) - Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS. Praia: ISCJS, 2012, p. 254.

<sup>165</sup> CARDOSO, Kátia - A Diplomacia Cabo-verdiana e a Diáspora (resumo). In COSTA, Suzano, CARVALHO, Francisco & TAVARES, Carlos (coord.) - *A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação – Actas do I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos*. Lisboa: AJIC, 2007, p. 242.

<sup>166</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p. 12.

entre senhores europeus e escravos negros.<sup>167</sup> Aliás, importa ter em mente que o próprio projeto migratório e a apetência pela importação de códigos de conduta tributários do mundo ocidental, além de conferir particular mundividência, possibilitaram uma interação e socialização permanentes com o ideário da cultura europeia.<sup>168</sup> Valores políticos de referência como a democracia, paz e direitos humanos têm prevalecido no ambiente político cabo-verdiano.

Posto isto, é central para este estudo analisar a identidade cabo-verdiana de modo a problematizá-la e refletir acerca da sua ambiguidade e sobre a autodenominação de Nação Global. É na vertente identitária que procuramos explicar a importância da diáspora na PE cabo-verdiana e no granjear de credibilidade no mundo, que muito tem contribuído para a aproximação deste Estado insular a eixos e a estágios de desenvolvimento ímpares no seio das suas congéneres africanas.<sup>169</sup>

Em suma, o nosso quadro de análise suportar-se-á no pluralismo enquanto engrenagem teórica para compreender a noção de PE que operacionalizamos. Essa noção, tal como já foi aduzido, contempla um ambiente de interdependência complexa entre as esferas interna e internacional, retratando a relação entre um Estado e um ator não-estatal – a diáspora - e perscrutando de que forma os governos cabo-verdianos têm gerido os *inputs* dentro e fora das suas fronteiras, no que às

---

<sup>167</sup> Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460, tendo sido a ilha de Santiago a primeira ilha a ser povoada. Era intenção dos portugueses proceder a um povoamento branco, tal como nos Açores e na Madeira, contudo os rigores do clima e a falta de cereais, base da alimentação dos europeus na altura, dificultaram o povoamento. O povoamento de Cabo Verde tornou-se possível através da concessão de uma carta de privilégios na qual D. Afonso V oferecia ao Infante D. Fernando uma espécie de jurisdição, em matéria civil e criminal sobre todos os mouros, brancos ou negros, livres ou escravos que fossem cristãos. Atribuía-se ainda aos habitantes de Cabo Verde o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné, à exceção da feitoria de Arguim, cuja exploração estava reservada à Coroa. Sobre este assunto veja-se: ANDRADE, Elisa Silva - *As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 35.

<sup>168</sup> Suzano Costa – *Op. Cit.*, p. 255.

<sup>169</sup> Na opinião de Adriano Moreira, entre todos os Estados nascidos da descolonização, não será fácil de identificar algum que exceda Cabo Verde no respeito obtido pela Comunidade Internacional, pela seriedade de administração, pela integridade no cumprimento do Direito Internacional e pelo rigor democrático do funcionamento da governação. MOREIRA, Adriano – *Ligação de Cabo Verde à Europa*. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 286. Outros aspetos a ter em conta é que o carácter pragmático – utilitarista da PE de Cabo Verde, as condições políticas internas, o rigor na gestão da APD, permitiu que o país granjeasse uma credibilidade política, reconhecida na esfera internacional. O carácter pragmático da PE cabo-verdiana será concretizado no Capítulo IV.II – Política Externa de Cabo Verde e a sua Diáspora – Mutualismo Relacional, secção O Mutualismo Relacional entre a Política Externa e a Diáspora cabo-verdiana, p. 105.

migrações se refere. Conforme estipula Jean-François Bayart, as dinâmicas “de fora” estão ligadas às “de dentro”, sendo o Estado pós-colonial o produto do ponto de interseção entre ambas.<sup>170</sup> Nesta afirmação está implícita a lógica de interdependência complexa entre a esfera interna e a esfera internacional, e a imbricação entre a política interna e a PE, manifestada de forma evidente no caso de Cabo Verde.

Visto que as ancoragens teóricas da APE na sua vertente pluralista não esgotam o nosso universo na totalidade, incorporamos as considerações teóricas relativas à PE dos Estados do Sul Global e da PE dos Estados africanos. Ambas fazem alusão a uma abordagem interdisciplinar que se medeia entre as teorias macro e as teorias de alcance médio para explicar a realidade em análise. Note-se que estas duas revisões contextuais permitem-nos contornar as lacunas apontadas por Alden e Aron à literatura que edifica o subcampo de estudos da APE. Estas incluem a ausência de uma teoria de Estado, a não inclusão das dinâmicas de globalização, a ignorância em relação aos processos de mudança e o seu peso para as decisões de PE. No âmbito do presente estudo, não só consideramos a ideia de Estado adaptada à realidade do continente africano, como revisitamos o grupo de Estados mais sensíveis às mudanças no SI e exploraremos com maior incisão as dinâmicas da globalização e os seus constrangimentos para a ação das diásporas na PI (Capítulo III.III, pp. 64-67).

Entendemos assim que o presente enquadramento teórico ressalva a utilidade do nosso estudo de caso para se aclarar o peso de um ator não estatal nas relações externas de um Estado. Graças à mundividência e ao cariz migrante da identidade cabo-verdiana, assim como ao triângulo relacional formado pela PE, diáspora e identidade, Cabo Verde é uma unidade de estudo paradigmática no âmbito de estudos das Migrações, impar no contexto político africano e igualmente singular no que à problemática da identidade nacional vs. global, diz respeito. Segue-se então, uma reflexão sobre o conceito de diáspora, o papel das dinâmicas de globalização e transnacionalismo e a conseqüente emergência das diásporas na agenda política internacional.

---

<sup>170</sup> Jean-François Bayart, 2006, citado por: GRAÇA, Camilo – A Noção do “Pragmatismo” na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 272.

### III. Diásporas na Política Internacional

Temos presente que a diáspora, enquanto objeto de estudo, têm ganho considerável importância por consequência do fenómeno que está na sua génese – as migrações. Nos últimos anos, verificou-se uma mediatização dos problemas inerentes aos fluxos migratórios, dos quais os principais intervenientes no SI, sobretudo os Estados, não podem, nem tendem a estar alheios. De fato, as migrações têm o potencial de ligar países numa complexa teia de relações sociais, económicas e políticas.

Neste capítulo, começaremos por traçar a evolução concetual do termo diáspora, operacionalizando-a ao nosso estudo. Segue-se uma análise sobre as dinâmicas impulsionadoras que têm propiciado a emergência das diásporas na agenda da PI. Concluiremos esta reflexão com a análise da influência das diásporas enquanto ator político transnacional.

#### III.I - Diásporas – Evolução teórica e concetual

Nas palavras de Giles Mohan e Zack-Williams, falar de diásporas implica aludir, a comunidades desterritorializadas, moldáveis e sobrepostas.<sup>171</sup> Certo é que o conceito de diáspora tem sido alvo de inúmeras interpretações, não reunindo um consenso rígido, entre os principais estudiosos que o exploram.

Tradicionalmente, o conceito de diáspora referia-se aos grupos de judeus exilados e vitimizados que estavam impedidos de regressar à sua terra mãe por razões políticas. Este é um termo de origem grega, simbolizando, em termos metafóricos, uma dispersão ou “semeadura”, sendo, assim, aplicável à dispersão de qualquer pessoa ou grupo étnico, voluntária ou forçada, da sua terra-mãe para outros

---

<sup>171</sup> MOHAN, Giles and ZACK-Williams, Alfred - Globalisation from below: conceptualising the role of the African diasporas in Africa's development. *Review of African Political Economy*, vol. 29, n.º92 (2002), p. 211.

destinos.<sup>172</sup> Na ótica de Marienstras, quase todos os grupos cuja consciência da sua identidade seja definida por uma relação de descontinuidade territorial com outro grupo estabelecido noutra parte do globo, constitui uma diáspora.<sup>173</sup>

Porém, se atendermos ao valor heurístico destas primeiras definições, não se verifica uma distinção que nos permita dissociar diásporas de comunidades transnacionais. Safrans considera que estamos perante uma diáspora assim que um contingente humano se dispersa de um centro de origem específico para duas ou mais regiões periféricas ou estrangeiras, sendo que estas concebem o centro de origem como local ancestral e ideal para o qual eles e os seus descendentes deveriam retornar.<sup>174</sup> Esta noção sustentada por Safrans introduz a ideia de regresso e continuação dos laços com o local de origem, muito importante para a distinção entre diásporas e comunidades transnacionais. Entenda-se, portanto, que a diáspora é tida como um grupo étnico, mas um grupo étnico não constitui necessariamente uma diáspora. Østergaard-Nielsen estabelece na mesma linha de pensamento, que o que distingue uma diáspora é a sua relação com o país de acolhimento e a sua contínua identificação com a terra mãe.<sup>175</sup> Esta identificação está enraizada num mito da terra-mãe consubstanciado num sentimento coletivo e idealizado pelos membros de uma diáspora, unidos pelo desejo de regresso.

Em Cohen, encontramos a definição mais completa e aquela que entendemos contemplar as principais características que singularizam as diásporas, enquanto atores não-estatais transnacionais. Eis uma definição genérica, daquilo que materializa a noção de diáspora (**ver anexo III**). Na perspetiva de Cohen a diáspora compreende: um grupo de migrantes dispersos por diversos núcleos territoriais, que comungam uma identidade que os diferencia e partilham a mesma memória étnico-cultural coletiva, estabelecendo contatos entre si e com o território de origem. Tais grupos estão sujeitos à influência e em muitos casos a dinâmicas de aculturação, por parte das

---

<sup>172</sup> BEINE, Michel, DOCQUIER, Frédéric & OZDEN, Çağlar. Diasporas. *Journal of Development Economics*, vol. 95, n.º1 (2011), p. 31.

<sup>173</sup> MARIENSTRAS, R. – On the notion of diaspora. In GHALIAND, Gérard [ed.] - *Minority Peoples in the Age of Nation States*. [trans. By A. Berret]. London: Pluto, 1989, p. 120.

<sup>174</sup> SAFRAN, William - Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol.1, n.º1 (1991), p. 83-4.

<sup>175</sup> ØSTERGAARD-NIELSEN, Eva - Diaspora in World Politics In JOSSELIN, Daphné & WALLACE, William - *Non-state Actors in World Politics: a Framework*. London, Palgrave Macmillan UK, 2001, p. 220.

sociedades de acolhimento e dos vários fluxos que se conjugam.<sup>176</sup> Esta é a definição adotada pelo presente estudo, sendo com base nela que depreendemos que os membros de uma diáspora celebram relações económicas, políticas e emocionais/culturais com o seu país de origem, assim como mantêm laços com os membros da diáspora que vivem noutros países, fora das suas origens.

No papel de atores não estatais, existe uma relação de mútuo desafio entre as diásporas e as dinâmicas estruturais e sociais em torno das mesmas, a nível nacional e internacional. A complexidade dos deslocamentos é tal que a *agência* humana desempenha um papel elementar, já que está relacionada com as normas e princípios do pluralismo político e cultural e por princípios internacionalmente reconhecidos, como os direitos humanos e a autodeterminação. É a interação entre as forças estruturais e a iniciativa humana que confere às diásporas a sua geometria difusa, imprecisa e inconstante.<sup>177</sup>

Cohen alerta-nos que é importante separar, no campo de análise, as diásporas que se formaram fruto de deslocações forçadas por ação militar das que derivam de fatores socioeconómicos, mas sem que os migrantes deixem de se identificar com as autoridades políticas do seu país de origem. O autor estipulou que:

**Being dragged off...being expelled or being coerced to leave by force of arms appear qualitatively different phenomena from the general pressures of overpopulation, land hunger, poverty or any unsympathetic political regime<sup>178</sup>**

Considerando o caso das diásporas africanas, é inequívoco que a sua evolução está intimamente ligada à expansão do capitalismo racial e globalizado.<sup>179</sup> De acordo com Harris<sup>180</sup>, temos três fases que explicam a dispersão original dos africanos para fora das fronteiras do seu continente. A primeira reporta-se ao comércio de escravos, em voga no período da escravatura. A segunda fase ocorre com os fluxos migratórios, dos primeiros pontos de receção para outros destinos, e a terceira fase é marcada pelo movimento circular entre os vários pontos, incluindo o regresso a África.

---

<sup>176</sup> Ver: COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 2<sup>nd</sup> Edition. London and New York: Routledge, 2008.

<sup>177</sup> Giles Mohan e A.B. Zack-Williams - *Op. Cit.*, p. 211.

<sup>178</sup> COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 1<sup>st</sup> edition. London and New York: Routledge, 1997, p. 27.

<sup>179</sup> Sobre este assunto veja-se: JOHNSON-ODIM, Cheryl – Unfinished Migrations: Commentary and Response. *African Studies Review* (Special Issue on the Diaspora), vol. 43, n.º1 (2000), pp. 51-53.

<sup>180</sup> Veja-se: HARRIS, Joseph E. [ed.] - *Global dimensions of the African diaspora*. Washington D.C.: Howard University Press, 1993.

É habitual identificar-se o comércio transnacional de escravos, como o ponto de partida para as formações da diáspora africana.<sup>181</sup> Contudo, parafraseando Cohen, a diáspora africana no novo mundo atrai um número considerável de mitos, sobre as suas reais origens.<sup>182</sup> Conta-se também que a diáspora etíope sobressaía entre as demais, do universo africano. A Etiópia era vista como o trono, a promessa, o símbolo e o coração da civilização africana. A defesa da negritude, da africanidade, aliada ao surgimento de movimentos como os Rastafáris na Jamaica, foi embrionária de movimentos migratórios conexos à Etiópia.<sup>183</sup> Facto é que a escravatura<sup>184</sup>, as políticas de trabalho do colonialismo e os conflitos pós-coloniais, alicerçados às dificuldades económicas, estão na base da expansão e difusão das diásporas africanas.

Ainda no que à geometria das diásporas diz respeito, interessa sublinhar o cariz transnacional destas comunidades. A transnacionalidade adjacente às diásporas assenta não só na relação que se estabelece entre o país de origem e o país de acolhimento, como também, tal como enfatiza Cohen, na interação entre as várias diásporas de uma nação. Perante esta rede complexa de relações, Clifford declara que:

**“Diasporas mediate the experiences of separation and entanglement of living here and remembering/desiring another place.”<sup>185</sup>**

Atente-se também que a força com que um determinado grupo se identifica com o seu país de origem em comparação com outros grupos depende da complexa interação do grupo com o seu país de acolhimento e com o país de onde provém, assim como da relação entre o país de origem e o país de acolhimento. As atividades que suportam e patrocina a cultura e a sociedade do país de origem, inseridas no contexto da comunidade de acolhimento, têm igual significância no futuro de ambas as partes. Por sua vez, Tarius considera que o cariz transnacional das migrações

---

<sup>181</sup> Sobre as origens, história e construção identitária das diásporas africanas, recomenda-se: OKPEWHO, Isidore; DAVIES, Carole Boyce & MAZRUI, Ali Al’Amin - *The African Diaspora: African origins and new world identities*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

<sup>182</sup> Robin Cohen – *Op. Cit.*, 2008, p. 43.

<sup>183</sup> Neste contexto, interessa acrescentar que o ataque à Etiópia em 1935 por parte da Itália fascista desencadeou uma série de manifestações sob a bandeira do orgulho negro. Inclusive, assistiu-se a ataques de afro-americanos aos seus vizinhos italianos, em East Harlem.

<sup>184</sup> Para um conhecimento abrangente sobre a história da escravatura desde a Antiguidade Clássica até ao Abolicionismo, em 1807, com especial incidência no tráfico negreiro, recomenda-se: WALVIN, James - *Uma História da Escravatura*. [tradução de Jorge Palinhos], Lisboa: Tinta-da-china, 2008.

<sup>185</sup> CLIFFORD, James - Diasporas. *Cultural anthropology*. Centre of Cultural studies, Vol. 9, n.º3 (1994), pp. 311-12.

contemporâneas e a fluidez dos contatos deve ser enaltecido como um dos principais definidores da experiência da diáspora.<sup>186</sup>

O bem-estar dos cabo-verdianos residentes nas ilhas e o dos emigrantes cabo-verdianos não devem ser dissociados, mas sim mutuamente implicados. Uma das dimensões-chave para se determinar a capacidade de apoiar as políticas e os objetivos do país de origem passa pelo grau de integração dos seus concidadãos nos países de acolhimento.<sup>187</sup>

Na resenha teórica sobre as fundações da APE, já fizemos menção ao debate em torno do papel do Estado na PI e à sua perda de preponderância face ao aparecimento de outros atores no SI. Se tivermos presente que a globalização e as migrações desregulam a territorialidade fixa característica do Estado, constatamos que novos atores transnacionais canalizam diferentes *inputs* externos, os quais têm impacto no ambiente interno dos Estados. Introduzimos assim o ponto referente à globalização e ao transnacionalismo como fontes catalisadoras da emergência das diásporas na agenda de PI.

### III.II - Diásporas – Globalização e Transnacionalismo

De facto, um dos conceitos estruturantes relacionados com o universo teórico das diásporas é o de transnacionalidade. A transnacionalidade compreende uma das expressões mais recentes do fenómeno migratório, e que consiste na existência de comunidades que vivem e procuram integrar-se, simultaneamente, nas sociedades de acolhimento e nas sociedades de origem, movimentando-se com relativa frequência entre os dois espaços.

Deirdre Meintel reifica que por transnacionalidade entende-se o conjunto de estratégias políticas e económicas levadas a cabo por indivíduos, com o objetivo de maximizar as suas ligações em vários Estados-Nação, donde são provenientes e onde

---

<sup>186</sup> Veja-se: TARRIUS, Alain, COSTA-LASCOUX, Jacqueline & HILY, Marie-Antoinette - Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 17, n.º2 (2001), pp. 37-61.

<sup>187</sup> Giles Mohan e A.B. Zack-Williams - *Op. Cit.*, p. 216.

residem.<sup>188</sup>Portes por sua vez, sustenta que a transnacionalidade reporta-se ao crescimento gradual das comunidades que permanecem à margem de fronteiras políticas e que, literalmente, “não se encontram, nem cá, nem lá”, na medida em que cultivam ligações territorialmente descontínuas.<sup>189</sup>Kátia Cardoso estabelece que a transnacionalidade representa uma nova vertente da emigração que é pautada pela criação de pontes ou redes entre sociedades distintas e que obriga os Estados-Nação a reinventar a sua noção tradicional de soberania, visto tratar-se de um fenómeno que gera novas expressões de pertença, novos engajamentos políticos e uma noção desterritorializada da nação.<sup>190</sup>

No mesmo sentido, Iolanda Évora estabelece que os fluxos transnacionais resultantes das movimentações dos elementos da diáspora contribuem para a construção de uma perspetiva global para emigração, ao mesmo tempo que promovem o estabelecimento de contatos entre a diáspora e a sociedade de origem, e entre as várias sociedades de destino dos emigrantes.<sup>191</sup> Assim a apreensão do espaço físico e simbólico da diáspora deve ir para além do local de origem (a fonte da memória étnico-cultural) e contemplar em igual proporção os sistemas de relações dentro do espaço que liga os diferentes polos da diáspora **(ver Anexo IV)**.<sup>192</sup>

É digno de nota que a noção de transnacionalidade é basilar dentro da grelha de leitura do transnacionalismo. Se a transnacionalidade é uma estratégia, o transnacionalismo compreende todo o processo através do qual as relações externas conduzidas pelos governos têm sido suplantadas pelas relações entre indivíduos, grupos e sociedades.<sup>193</sup>Já apontámos anteriormente, que toda esta lógica prende-se em primeiro lugar, com o cenário de interdependência complexa, que marca a relação entre uma pluralidade de atores na esfera internacional e, secundariamente, com o

---

<sup>188</sup> MEINTEL, Deirdre - Transnationalité et renouveau de la vie festive capverdienne aux États-Unis. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 16, n.º2 (2000), p. 78.

<sup>189</sup> PORTES, Alejandro - *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 133.

<sup>190</sup> CARDOSO, Kátia - *Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde. A Relação entre a Emigração e a PE Cabo-verdiana*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África, p. 13.

<sup>191</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p. 11.

<sup>192</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>193</sup> James Rosenau, 1980, citado por: VIOTTI, Paul R. & KAUPPI, Mark V. - *International Relations Theory, Realism, Pluralism, Globalism*. 2<sup>nd</sup> Edition. London: Macmillan Publishing Company, 1993, p. 239.

impacto do fenómeno da globalização e o seu peso enformador nas relações externas dos Estados.

Deste modo, o transnacionalismo, uma vez mais, comunga com quadros de análise adequados com os propalados pela vertente pluralista da APE. Tal permite identificar um cenário no qual os atores não estatais atuam na tomada de decisão política; o Estado não é um ator exclusivo, nem uma entidade unitária, uma vez que é composto por indivíduos, burocracias e grupos de interesse que influenciam a PE, não se restringindo às questões militares e de segurança, mas abarcando também questões económicas e sociais.

Paralelamente é notório o papel da globalização<sup>194</sup> no agudizar dos fluxos transnacionais e, por conseguinte, na eclosão das diásporas no ambiente internacional, antes dominado pelas relações estaduais. Para James Mittelman, a globalização reduz a margem de acesso dos Estados africanos aos processos produtivos da sociedade mundial.<sup>195</sup> No caso dos países e sociedades africanas coloca-se o grande desafio de contrariar as dinâmicas da globalização, já que as opções nacionais são bastante limitadas. Verificamos também que, com o avançar da penetração e dos seus efeitos, o cenário de mudanças formais e informais na Economia Mundial conduziu a uma integração seletiva dos Estados Africanos, o que acentuou as desigualdades e assimetrias em comparação ao Norte Global. Ainda dentro desta perspetiva do impacto da globalização, tendo como barómetro os Estados Africanos, Clapham constata que o fenómeno despoletou um conjunto de mudanças económicas, incluindo o incremento da mobilização de capitais, um aumento dos níveis de diferenciação estrutural e uma integração funcional na Economia Mundial.<sup>196</sup> Clapham também chamou a atenção para o fato de a deslocação dos recursos para os *skills* humanos constituir um critério elementar na criação de bem-estar, o que acabou por

---

<sup>194</sup> Segundo Barbosa, a globalização caracteriza-se pela expansão dos fluxos de informações, que restringem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais; pela aceleração das transações económicas, envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais; e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal. In BARBOSA, Freitas - *O Mundo Globalizado, Política, Sociedade e Economia*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

<sup>195</sup> Veja-se: MITTELMAN, James H. [ed.] - *Globalization: critical reflections*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1996.

<sup>196</sup> Christopher Clapham – *Op. Cit.*, 1996, p. 25.

distinguir as regiões que foram e não foram capazes de beneficiar do crescimento económico.<sup>197</sup>

Por outro lado, a globalização impulsionou um aumento nos fluxos de informação e na capacidade de processá-la, uma mudança encorajada pelos desenvolvimentos tecnológicos nos meios de comunicação. Destaca-se, ainda, a emergência correspondente de uma cultura global. Esta cultura globalizante veio desafiar as conceções particularísticas, pressionando os governos, dado que estes eram afetados por uma necessidade de controlar/gerir as suas economias de acordo com a procura global de vantagens comparativas e pelo impacto dos valores derivados da cultura global, sob a forma de demandas, quer pelos atores externos, quer pelas suas próprias populações.<sup>198</sup>

No contexto das diásporas, sublinhe-se que as tecnologias de transporte e informação facilitam as interações, tornando-as mais exequíveis e baratas, o que tem contribuído para o nexo de comunidade atribuído às diásporas. Os cabo-verdianos justificam o crescimento da intensificação das ligações da diáspora às ilhas, com a melhoria das telecomunicações e transportes, e também com os progressos na circulação transnacional entre as comunidades, a par de um desenvolvimento de uma identidade associada a múltiplos centros culturais.<sup>199</sup> Do exposto, concluímos que a globalização expandiu a margem de manobra das diásporas, no sentido em que as impeliu a exercer influência política direta nos seus países de origem, ao invés de apenas aspirarem a formar *lobbies* nos países de acolhimento.<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>198</sup> Ver: PASTERGIADIS, Nikos - *The Turbulence of Migration: Globalization, Deterritorialization and Hybridity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

<sup>199</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p. 10.

<sup>200</sup> Eva Østergaard-Nielsen – *Op. Cit.*, 2001, p. 3.

### III.III - Diásporas e a Política Internacional

**The nationalist project was to make space and identity coincide... practices and meanings derived from specific geographical and historical points of origin are increasingly transferred and regrounded outside national spaces<sup>201</sup>**

Passaremos a analisar, de seguida, o papel cada vez mais ativo das diásporas na PI. Já foi indicado que as diásporas são transnacionais por definição. Todas as suas ligações sociais, económicas, emocionais e políticas projetam-se além-fronteiras, num círculo relacional entre a terra-mãe, o país de acolhimento e outros segmentos da diáspora, sendo esta a génese e o motor do seu potencial peso político.

As diásporas surgiram no SI como atores no seu direito que estão na base de um círculo complexo de relações. Podem ser alvo das políticas dos seus países de acolhimento, estando naturalmente vulneráveis às mudanças nessas sociedades. Elas também influenciam o comportamento externo dos seus países de origem, na medida em que a questão das lealdades das diásporas é muito importante para as questões de política interna - apoio vs. oposição ao regime político vigente. No que se toca à relação entre os países de origem e os países de acolhimento, deparamo-nos com uma dinâmica interessante. Por um lado, os países de origem procuram garantir a representação dos seus concidadãos nos destinos das suas migrações e, para isso, há toda uma prática diplomática que engendra e estatui os direitos e deveres dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Os países de acolhimento procuram controlar os fluxos migratórios, os quais acarretam grande impacto para as suas sociedades, tendo o interesse de restringir ao máximo as migrações irregulares. Assim, os principais destinos de emigração têm-se movido no sentido de celebrar acordos e programas internacionais para combater os riscos inerentes ao fluxo descontrolado de migrantes.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> COHEN, Robin & VERTOVEC, Steven [eds.] - *Migration, diasporas, and transnationalism*. Northampton, Mass: Edward Elgar, 1999, p. XIII.

<sup>202</sup> Tome-se como caso exemplificativo, a política de migração externa da UE. Os Estados Membros da UE visam combater os fluxos de migração desregulada e restringir os acessos fronteiriços. Wuderlich defende que para tal é imperioso que os parceiros de implementação – Organizações Intergovernamentais, ONG's, UE e *Non-Member States* (NMS) - desenvolvam uma estratégia comum. Os Estados Membros têm desenvolvido parcerias de segurança com as NMS, provendo-os de financiamento, treino e intervindo em operações conjuntas, mas tudo numa ótica que visa o interesse

Terrence Lyons e Peter Mandaville corroboram que a emergência das diásporas na PI desafia as abordagens tradicionais de tomada de decisão em PE, que tendem a enfatizar as relações bilaterais entre Estados, Organizações Intergovernamentais e ONG's.<sup>203</sup> A forma como a vida política está organizada nos países com uma forte nação diaspORIZADA, tem sofrido alterações com o avançar do tempo.<sup>204</sup>

Não obstante, é sobretudo na esfera económica que se manifesta o contributo das diásporas, com especial relevo para os seus países de origem. Nos contextos em que prevalece um ambiente de incerteza económica e hiperinflação, as migrações podem afigurar-se como um mecanismo fulcral de ajustamento. Na verdade, as migrações tornaram-se uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias. As evidências provam que a decisão de emigrar está localizada no seio familiar, onde os parentes concebem as migrações como um meio de escapar às pressões internas e às carências económicas que os assolam. Tendo como exemplo as sociedades africanas, Mohan e Williams advogam que, tratando-se de uma decisão tomada dentro do quadro familiar, gera-se uma forte pressão para os emigrantes terem sucesso e enviarem dinheiro e bens de capital para os familiares que ficaram.<sup>205</sup>

Neste prisma, a importância das remessas e o interesse dos Estados em manterem tais fluxos conduzem-nos a novas políticas de identificação com os padrões culturais, o que se traduziu na criação de pastas e ministérios/estruturas especializadas, bem como na extensão do voto para as diásporas e na concessão de nacionalidade dupla.<sup>206</sup> Podemos concluir que as diásporas têm visto a sua relevância crescer enquanto atores não estatais, até porque, atualmente, os Estados concebem-nas cada vez mais como parceiros e veículos de promoção do desenvolvimento nacional e de afirmação cultural num mundo globalizado.

Esta extensa reflexão teórica culmina assim com a análise das diásporas enquanto objeto de estudo e a sua significância política enquanto atores transnacionais. No próximo e derradeiro capítulo, exploraremos a relação entre a PE e

---

nacional, e não da União, como um todo. Sobre este assunto, recomenda-se a leitura do artigo de Daniel Wunderlich, *In* WUNDERLICH, Daniel - Towards Coherence of EU External Migration Policy? Implementing a Complex Policy. *International Migration*, vol. 51, n.º6 (2013), pp. 26-40.

<sup>203</sup> LYONS, Terrence & MANDAVILLE, Peter - *Diasporas in Global Politics*. Arlington: George Mason University, Centre for Global Studies, 2010, p. 2.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>205</sup> Giles Mohan e A.B. Zack-Williams, *Op. Cit.*, p. 224

<sup>206</sup> Terrence Lyons e Peter Mandaville – *Op. Cit.*, p. 3.

a diáspora cabo-verdiana, escrutinando o cariz migratório da identidade cabo-verdiana como força motriz dessa relação. Assim, teremos em consideração o sustento da afirmação de Cabo Verde como um Estado detentor de uma Nação Global<sup>207</sup> e a forma como os governos nacionais, desde a transição para o multipartidarismo, têm assegurado a proteção e a garantia dos direitos dos seus concidadãos nos destinos que os acolhem. Do ponto de vista das diásporas, esmiuçaremos o seu potencial no granjear de credibilidade externa de Cabo Verde, servindo os interesses desenvolvimentistas do país, mas dando destaque, principalmente, à componente cultural da dita diplomacia pública participada.

---

<sup>207</sup> No próximo capítulo, teremos em atenção à relação ambivalente entre aquilo que é a propaganda política e a identificação de uma identidade global muito promovida pelas elites, e a prática, no sentido em que nos questionamos até que ponto se pode falar propriamente numa consciência nacional de identidade global. Existem sim, valores, símbolos e práticas tributárias da cabo-verdianidade, incorporadas e difundidas internacionalmente pela diáspora. Mas carece de prova empírica, e por conseguinte seria falacioso afirmar que um cidadão cabo-verdiano, que viva por exemplo numa zona rural ou isolada, se reveja nesta conceção de Cabo Verde enquanto Nação Global. Este debate é largamente explorado por Iolanda Évora, nas várias referências, que da autora, temos vindo a citar. Iolanda Évora partilha a opinião do que mais do que uma consciência nacional generalizada, que traduz um fenómeno de massas, estamos perante um fenómeno de elites e uma tendência para homogeneizar as causas e dinâmicas envoltas das migrações cabo-verdianas.

#### **IV. – Política Externa, Diáspora e Identidade cabo-verdiana**

Quando se pensa na nação cabo-verdiana, um postulado valorativo emerge: uma Nação Global. Tal premissa ganha o consenso e a aceitação, quer dos políticos, intelectuais e académicos cabo-verdianos<sup>208</sup>, quer dos autores internacionais que se debruçam sobre este estudo de caso. Ora, duas matrizes identitárias substanciam este rótulo – as vertentes, migratória e diásporizada, da identidade cabo-verdiana. A temática que passaremos a abordar prende-se com o cariz migratório da identidade cabo-verdiana e a sua Diáspora. Tendo por base certas etiquetas que concebem o povo cabo-verdiano como universalista, explora-se a importância que as migrações e a diáspora cabo-verdiana imprimem na matriz transnacional desta nação, autointitulada de Nação Global.

Posto isto, na primeira seção deste capítulo analisamos o cariz migrante da identidade cabo-verdiana. De seguida exploramos a instrumentalização política da diáspora, dando especial atenção aos artigos constitucionais que fazem alusão às migrações cabo-verdianas e analisando os programas de governo que se sucederam desde a implementação do multipartidarismo, de modo a identificar possíveis dinâmicas de continuidade ou rutura e interpretar a relação entre a PE cabo-verdiana e a sua diáspora. Temos ainda em consideração a problematização da autodenominação de Nação Global, finalizando com um olhar sobre o potencial da diáspora cabo-verdiana enquanto instrumento de valorização e capitalização de uma identidade ímpar, no contexto regional africano.

##### IV. I. – O Cariz migrante da identidade cabo-verdiana e a sua diáspora

Consta que o fenómeno migratório tem vindo a ser uma realidade incontornável que marca a história da nação cabo-verdiana desde a sua formação.

---

<sup>208</sup> Apesar de generalista, salvaguardamos que esta afirmação se resguarda no fato de existirem perspectivas diferentes sobre este postulado de Nação Global, como também, no fato de existirem autores que problematizem esta noção (Iolanda Évora), tal como referimos na nota de rodapé anterior, na conclusão do capítulo III – Diásporas na Política Internacional, p. 70.

Discorreremos, em primeiro lugar, acerca da influência das migrações na constituição do “eu” cabo-verdiano e na formação do seu consenso intersubjetivo.<sup>209</sup>

Atente-se ao fato de que o estudo de caso de Cabo Verde reúne singularidades frutíferas para o quadro analítico das Migrações e Identidades. Por um lado, a formação e o desenvolvimento do seu sistema migratório é relevante e enriquece o estudo dos povos migrantes, tendo em conta que a população migrada é relativamente superior à população que habita as ilhas.<sup>210</sup> Por outro, e atendendo ao processo de formação identitária desta nação, verificam-se particularidades que a demarcam das demais nações africanas e nele ter-se-ão em conta noções e ambiguidades como o conceito de cabo-verdianidade. E ainda, com o intensificar na entrada para o último século das deslocações dos emigrantes cabo-verdianos entre os diferentes países europeus da diáspora, vê-mos aplicada a lógica de envolvimento num modelo de uma globalização das migrações que contribuirá para a transformação das migrações tradicionais, na medida em que vislumbra o encontro de várias coletividades móveis.<sup>211</sup> Importa-nos assim perceber o papel da diáspora na qualidade de ator não-estatal e o peso identitário que as migrações imprimem no comportamento externo de uma nação cujas condições internas e ambientais ditaram a dispersão de grande parte do contingente da sua população.

Há um conjunto de trabalhos de natureza cultural sobre as diásporas que têm examinado de que forma as práticas culturais africanas sobrevivem no Novo Mundo ou que abordam a representação da terra-mãe no processo de formação da identidade diaspórica. As migrações e as deslocações têm-se tornado matérias centrais nas recentes estratégias de sobrevivência dos Estados. No contexto das diásporas africanas, Paolini defende que os estudos da globalização e pós-colonialistas desafiam as concepções estatocêntricas do mundo e apelam a um repensar das fronteiras, comunidades e fluxos.<sup>212</sup> Atualmente as teorias pós-coloniais têm-se focado no tecido

---

<sup>209</sup> Conceito desenvolvido por Emanuel Adler, que interpretaremos na p. 76.

<sup>210</sup> De acordo com os dados do último Censo realizado (2010), a população emigrada rondava os 700.00 habitantes, ao passo que a população das ilhas compreendia 471.895 habitantes.

<sup>211</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p.10.

<sup>212</sup> Veja-se: PAOLINI, Albert. The Place of Africa in Discourses about the Postcolonial, the Global and the Modern. *New Formations*, 31(1), pp. 83-106.

cultural avaliando em que medida os padrões ocidentais se apropriam, representam ou silenciam as dinâmicas do Terceiro Mundo.<sup>213</sup>

Patterson e Kelly desenvolveram um estudo de ordem antropológica que se focou na sobrevivência dos costumes tradicionais africanos nos principais destinos das suas migrações. Estes dois autores sustentam que é elementar ter presente que as identidades diáspóricas são socialmente e historicamente constituídas, reconstituídas e reproduzidas.<sup>214</sup> Falando da diáspora cabo-verdiana, nela, é visível a aplicação desta lógica de identidade constituída, reconstruída e reproduzida, na medida em que o processo migratório é em si mesmo, um canal de identificação e conduz, acima de tudo, à pesquisa e à afirmação de uma identidade marcada e remarcada.<sup>215</sup> Perante isto, está em causa a capacidade dos grupos de emigrantes desenvolverem um contato prolongado com outras comunidades no destino, absorvendo e incorporando as qualidades do lugar onde se encontram radicados, ao mesmo tempo que preservam a sua relação com a sociedade de origem.

### **As migrações e a Identidade cabo-verdiana**

“Té na Lua tem Kab’verdiánu”<sup>216</sup>

O fenómeno migratório constitui uma realidade intrínseca e uma variável explicativa da trajetória histórica do povo cabo-verdiano. A este respeito, Graça relembra que são vários os séculos de contato entre os cabo-verdianos e o mundo exterior.<sup>217</sup> Conta-se, aliás, que do conjunto dos territórios do antigo Império colonial português, os pioneiros dos movimentos migratórios livres - libertados do jugo

---

<sup>213</sup> Para uma leitura que examina as várias forças e práticas diaspóricas, transnacionais, fronteiriças e híbridas e que desafia as noções convencionais de identidades baseadas em padrões culturais pré-concebidos e ligados à ideia territorial de nação, veja-se: LAVIE, Smadar & SWEDENBURG, Ted - *Displacement, Diaspora and Geographies of Identity*. Durham, NC: Duke University Press, 1996.

<sup>214</sup> PATTERSON, Tiffany Ruby & KELLEY, Robin DG. - Unfinished Migrations: Reflections on the African Diaspora and the Making of the Modern World. *African Studies Review* (Special Issue on the Diaspora), vol. 43, n.º1 (2000), p. 19.

<sup>215</sup> CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA, Cidade de Mindelo, 2001. ÉVORA, Iolanda - Cabo Verde e a Diáspora: diálogos, mobilidades, produtos e relações contemporâneas. Lisboa: CESA, ISEG, 2011, p. 2.

<sup>216</sup> Em crioulo cabo-verdiano a expressão supracitada significa: “Até na lua estão/encontram-se cabo-verdianos”. Expressão retirada de: GÓIS, Pedro - *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. ACID, IP: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006, Tese de Mestrado em Sociologia, p. 23.

<sup>217</sup> GRAÇA, Camilo - *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*. Praia: IIPC, 2007, p. 198.

esclavagista, terão sido conterrâneos das ilhas. Pedro Góis constata que o cabo-verdiano já nasceu (e)migrante, dizendo, mais precisamente, que a emigração é um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana, antecedendo em muitas décadas a independência do país, ocorrida em 1975.<sup>218</sup>

Cabo Verde é um exemplo, talvez único de um Estado que nasce já transnacionalizado.<sup>219</sup> E Porquê? Existe um conjunto de forças profundas que ditam o percurso histórico e identitário do cidadão cabo-verdiano nas suas aventuras migratórias. António Carreira investigou apuradamente a sua sociedade no século XX. Para o historiador, perante uma situação de pobreza permanente, ausência de estruturas de base, e perante o desmedido crescimento natural de pessoas a alimentar, só havia uma alternativa...emigrar!<sup>220</sup> Pedro Góis vai mais longe, descrevendo Cabo Verde como um caso extremo no âmbito dos países de emigração subsaariana por reunir um conjunto de carências singulares: escassos recursos naturais – como a água ou solos férteis – e minerais; recursos materiais muito limitados, e recursos energéticos fósseis inexistentes.<sup>221</sup> A conjugação destes fatores, com um mau sistema de distribuição de terras a servir igualmente de fator agravante, está na génese das fomes que mancham a história de Cabo Verde, com elevados índices de mortalidade e miséria abundante.<sup>222</sup> Não admira que, durante muito tempo, a emigração tenha funcionado como via escapatória face às insuficiências da economia de Cabo Verde, nação que, na qualidade de Estado do Sul Global, tal como já aventámos no capítulo II.III<sup>223</sup>, padece de problemas estruturais como o desemprego, o défice na balança comercial e a dependência incontornável para com a esfera internacional para captar recursos necessários ao seu desenvolvimento (fontes exógenas de sobrevivência).

---

<sup>218</sup> Pedro Góis – *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>219</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>220</sup> CARREIRA, António - Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX. 2ª Edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p. 159.

<sup>221</sup> Pedro Góis – *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>222</sup> António Carreira estudou as secas e as fomes que assolaram a população das ilhas no século XX. In CARREIRA, António - *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX.* 2ª Edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984. É digno de nota também, que Cabo Verde passa a conhecer, oficialmente, a ajuda externa depois da sua última grande fome (1947-1948), quando após o relato de 20 mil mortos, Portugal, e depois os EUA, muito por influência das suas comunidades radicadas, acederam em enviar ajuda alimentar de urgência, de forma a combater os riscos da fome - LESOURD, Michel - *État et Société aux îles du Cap-Vert: alternatives pour un petit État insulaire.* Paris: Karthala, 1995, p. 407.

<sup>223</sup> Enunciamos estes problemas estruturais na página 40 do estudo.

No que respeita ao sistema migratório cabo-verdiano, desde a década de 1990 até à atualidade, este envolve um número significativo de núcleos, espalhados por países de três continentes: África, Europa e América do Norte. Em dimensões mais reduzidas, encontramos cabo-verdianos nos “quatro cantos” do mundo, nomeadamente, em países como Argentina, China, Cuba ou Rússia. O grau de dispersão das migrações cabo-verdianas torna-o um objeto de estudo interessante, no quadro dos povos migrantes. Importa referir que os fluxos migratórios de Cabo Verde compõem uma matéria que tem sido estudada com alguma profundidade, desde o período do comércio transnacional de escravos até ao século XXI.<sup>224</sup> O nosso intuito não passa por visitar estes fluxos, mas sim compreendê-los no período estipulado (1990-2016), de modo a aferir sobre o seu peso enformador na identidade cabo-verdiana, e claro está na orientação e comportamento da sua PE.

Não obstante, podemos resumir a história das migrações de Cabo-Verde num fluxo que iniciou-se obviamente com a ocupação do território das ilhas, então despovoadas, por escravos e senhores do tempo da escravatura. Em finais do séc. XVII e inícios do XVIII despoletou-se uma circulação de cabo-verdianos para os EUA, à boleia dos baleeiros americanos que atracavam no porto de São Vicente e da Brava. Em resultado deste fluxo, existe uma forte presença cabo-verdiana em regiões como New Bedford, Boston, Brockton, Pawtucket, Providence e Bridgeport. Com as restrições à migração<sup>225</sup> que os americanos começaram a adotar a nível das migrações,

---

<sup>224</sup> Para um entendimento da história, causas e consequências das migrações cabo-verdianas, desde o período da escravatura, passando pelo período colonial e até meados do século XX veja-se: CARREIRA, António - *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro, 2ª edição, 1984. Sobre os fluxos migratórios despoletados no século XX e na entrada para o novo século, com destaque para as migrações para os EUA, Portugal, França, Itália, Holanda e Suíça, veja-se: CARDOSO, Kátia - *Díáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde. A Relação entre a Emigração e a PE Cabo-verdiana*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África. Ver também: GOMES, Isabel Brigham [coord.] - *Estudo da caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde, IESE/GEOIDEIA, 1999. E ainda, para um entendimento aprofundado acerca da génese, motivações, inserção laboral e um mapeamento e reconstrução dos fluxos migratórios cabo-verdianos, com destaque para os mercados de Lisboa, Milão e Roterdão, ver: GÓIS, Pedro - *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. ACID, IP: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de Mestrado em Sociologia. Ver ainda: GÓIS, Pedro [coord.] - *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ISBN, 2008.

<sup>225</sup> Em 1917 os EUA lançam o *Immigration Act*, que veio tornar a admissibilidade de novos emigrantes dependentes da literacia, barrando a entrada a estrangeiros analfabetos. A partir dos anos 20 estas restrições tornaram-se mais severas com a imposição de um sistema de quotas que no fundo visava preservar o stock original americano. Após 1959, as quotas da emigração cabo-verdiana para os EUA ficaram incluídas nas quotas da emigração portuguesa. Sobre o assunto, veja-se: BAGANHA, M.I. -

a partir dos anos 60, Portugal e a Europa Ocidental afiguram-se como novos destinos de eleição dos cabo-verdianos. Portugal viria a funcionar como rota de escoamento, para os restantes países europeus, com destaque para França (Paris, Marselha e Nice), Holanda (Roterdão)<sup>226</sup>, Luxemburgo, Itália (Roma e Milão) - sobretudo mulheres, Suíça (Lausanne), Espanha, Suécia. As motivações de legalização também justificam este movimento circulatório que coloca Lisboa no centro, visto que Portugal é identificado como o país mais favorável para a obtenção de documentação legal requerida para o espaço Schengen e atuando como plataforma giratória para um novo começo, no caso dos emigrantes que não conseguem autorização para poder residir no país onde pretendiam estabelecer-se.<sup>227</sup> Sublinhamos também as migrações para destinos dentro do continente africano, visando países como a Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe<sup>228</sup> e Senegal (Dakar), e para o Brasil (Rio de Janeiro).

Entendemos assim que a realidade migratória tem vindo a acompanhar o percurso evolutivo e cognitivo da nação cabo-verdiana. Neste sentido, torna-se pertinente a conceitualização construtivista de Emanuel Adler e a noção de consenso intersubjetivo. Na sua teorização, o autor reconhece existir um relacionamento dinâmico entre forças históricas e forças estruturais que ajudam a explicar a natureza da mudança.<sup>229</sup> Tal, na sociedade cabo-verdiana, é patente com a histórica tradição migratória deste povo e as razões estruturais que sustentam este padrão identitário. O consenso intersubjetivo que se gerou assenta maioritariamente numa simples relação de causalidade entre a insularidade e a inexistência de recursos naturais susceptíveis

---

*Portuguese Emigration to the United States, 1830-1930*. New York: Dissertations-Garland, 1990. Ver também: SAINT-MAURICE, Ana. *Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*. Lisboa: Celta, Tese de Doutoramento em Sociologia (ISCTE), 1997.

<sup>226</sup> Para uma compreensão das migrações cabo-verdianas para a Holanda, ver: LIBERCIER, Marie-Hélène & SCHNEIDER, Hartmut - *Les immigrés cap-verdiens aux Pays-Bas. Les Migrants: partenaires par le développement*. Paris: Centre de Développement de l'OCDE, 1996.

<sup>227</sup> VI ANNUAL CONFERENCE OF PROJECT METROPOLIS INTERNATIONAL, "Paths & Crossroads: moving people, changing places", Lisbon, 2<sup>nd</sup>-6<sup>th</sup> of October 2006. ÉVORA, Iolanda - *Associativism and Transnational Practices on Capeverdean Migrants*. Lisboa: CESA, ISEG, 2006, p. 2.

<sup>228</sup> Historicamente, a emigração cabo-verdiana para o "Sul", não representou qualquer benefício, seja para os emigrantes, seja para Cabo Verde. A vida dos cabo-verdianos em São Tomé foi miserável. Forçada e dirigida de acordo com a estratégia de dominação colonial portuguesa, os emigrantes cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe compreenderam um fluxo que serviu para fornecer mão-de-obra para as explorações agrícolas de tipo capitalistas, iniciadas com as roças no final do século XIX. Estes emigrantes foram alvos das maiores privações. Sobre este assunto veja-se CARREIRA, António - *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro, 2ª edição, 1984.

<sup>229</sup> Veja-se o capítulo de Emanuel Adler – Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and Their Progress. In ADLER, Emanuel & CRAWFORD, Beverly [eds.] - *Progress in Post-war International Relations*. New York: Columbia University Press, 1991, pp. 43-88.

de inverter o percurso histórico do homem/mulher cabo-verdiano(a). Ambos os elementos causais contribuíram, indubitavelmente, para a intensificação das vagas de emigração para o Mundo Ocidental.<sup>230</sup>

### **Identidade Cabo-verdiana – noções e ambiguidades**

Se refletirmos sobre o tema da identidade cabo-verdiana, inúmeras ambiguidades se levantam. Para uma nação recentemente tornada num estado independente, com uma dimensão territorial micro e descontinuada, a cultura apresenta-se como uma vertente basilar no granjear de credibilidade externa e afirmação global. Há quem defenda que a nação cabo-verdiana nem é africana, nem é europeia. Ao mesmo tempo que reúne fortes ligações com a cultura ocidental, distancia-se em certos parâmetros. É, contudo, certo que as migrações têm um peso fundamental para a identidade de Cabo Verde.

Concordamos com a asserção de Pedro Góis, de que a principal marca da cultura crioula, o que a distingue, diferencia e singulariza é não mais que os incessantes fluxos migratórios.<sup>231</sup> Esta premissa está na base de três parâmetros que passaremos a aflorar: a mundividência, a autoatribuição do estatuto de Nação Global e a matriz diaspórica da identidade cabo-verdiana. A emigração contínua e continuada de uma parte importante da população cabo-verdiana ao longo dos últimos séculos assentou a habitual dispersão geográfica (quase) global das famílias, forjando os alicerces de uma nação territorialmente descontinuada.

Nesta questão, torna-se pertinente introduzir certos fundamentos teóricos sobre a identidade. Stuart Hall postula que a identidade é uma produção que nunca está completa, mas sim sempre em processo, e que é constituída dentro e não fora, da representação.<sup>232</sup> Hall identifica duas posições no estudo das Identidades: uma define a identidade em termos culturais, concebendo-a como o produto de uma cultura, história e ancestralidade partilhadas, um verdadeiro “eu” coletivo, que se esconde

---

<sup>230</sup> Suzano Costa – *Op. Cit.*, 2012, p. 247.

<sup>231</sup> Pedro Góis – *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>232</sup> HALL, Stuart - Cultural Identity and Diaspora. In RUTHERFORD, Jonathan [editor] - Identity: community, culture, difference. London: Lawrence & Wishart, 1990, p. 223.

dentro de muitos outros, mais superficiais e artificiais “eus” impostos; a outra parte do pressuposto que a identidade é mutável, sendo compreendida pelos nomes que damos às diferentes formas como nos posicionamos, dentro das narrativas do passado.<sup>233</sup>

A nossa visão abraça estas duas posições teóricas, na medida em que destacamos o hibridismo para capturar as amálgamas das características culturais da identidade cabo-verdiana. Tal como aponta Carling, alguns migrantes instalam-se de forma permanente no seu novo país, ao passo que outros assumem uma existência móvel em círculos de migração que podem envolver vários países.<sup>234</sup> Dessa forma, o hibridismo que defendemos comunga com o sentimento de pertença a um “eu” coletivo (valores, símbolos e génese cultural comum) e a questão da autoidentificação, ou seja como nos definimos individualmente ou em grupo, sem descurar a forma como os outros nos definem.

Por outro lado, a identidade cabo-verdiana na diáspora deverá ser vista como uma (re)construção social no tempo e no espaço, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação cultural e a reivindicação política que teria como referencial último, não apenas o “outro”, mas também o Estado-Nação no qual estão inseridos e as conjunturas sociopolíticas em que essa inserção decorre.<sup>235</sup> Parafraseando Luís França, é na interação com a sociedade recetora que os grupos constroem a sua identidade. Por diferença ou por oposição, marcam a sua exterioridade, a partir de representações que fazem dos outros e de si próprios, daí advindo que a identidade se defina, no momento em que existe a perceção da diferença.<sup>236</sup>

Iolanda Évora chama atenção para importância do processo de assimilação, ou seja a forma como os emigrantes interiorizam as culturas dos lugares onde se encontram.<sup>237</sup> A autora vai mais longe, ao defender que quando falamos da diáspora cabo-verdiana, devíamos fazer referência aos elementos que, em cada lugar da

---

<sup>233</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>234</sup> CARLING, Jorgen - Figuring Out The Cape Verdean Diaspora. *Cimboa*, vol. 4, n.º2 (1997), p. 3.

<sup>235</sup> Pedro Góis – *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>236</sup> Luís de França [coord.] - *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), 1992, p. 20.

<sup>237</sup> CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA, Cidade de Mindelo, 2001. ÉVORA, Iolanda - Cabo Verde e a Diáspora: diálogos, mobilidades, produtos e relações contemporâneas. Lisboa: CESA, ISEG, 2011, p. 3.

emigração, são acrescentados à cultura, e referi-los com igual incisão, tal como mencionamos os elementos de continuidade das construções originárias de Cabo Verde.<sup>238</sup> Esta tese reconhece os princípios propugnados por Michel Bruneau, ao evidenciar a importância do espaço entre lugares, o espaço transnacional, que se cria entre os lugares de emigração, e onde se conjugam as dinâmicas de coletividade entre as várias comunidades dispersas, nos vários âmbitos – comerciais, sociais e políticos.<sup>239</sup>

Para Schnapper as sociedades particularmente marcadas pela mobilidade tornam-se diásporas quando: os principais produtos comuns são criados no exterior; com o fim dos nacionalismos; e se identificarmos símbolos e signos criados entre lugares que afetam a sociedade diaspórica, incluindo a sociedade nacional.<sup>240</sup> Por outro lado, Cabo Verde tem um papel fundamental para a definição da sociedade diaspórica formada pelos seus migrantes, não fosse esta, produto das dinâmicas de assimilação, aculturação, sistema de relações transnacionais e identificação cognitiva e mística com a cultura e valores da terra-mãe. As ilhas revelam-se assim importantes para a produção, promoção e preservação da cultura cabo-verdiana para lá do limite físico das suas fronteiras territoriais.

O cabo-verdiano é dotado de uma mundividência singular, sendo que nesta perspectiva, destaca-se o papel histórico que o seu povo desempenhou no comércio triangular de escravos. Efetivamente, o passado colonial e as suas potências detiveram o poder de fazer os povos africanos verem-se como o outro, partilhando uma história comum – transportação, escravatura, colonização. Ainda assim, a identidade cabo-verdiana é ímpar, no que às suas influências diz respeito. Cabo Verde comunga e partilha laços e valores históricos, culturais, religiosos e linguísticos e que, aliás, têm sido patenteados nas dinâmicas de construção identitária forjadas pela elite intelectual e pelo projeto político arquitetado pela classe dirigente. De raça mestiça, a sociedade cabo-verdiana resulta da fusão e do diálogo entre as culturas africanas e europeias, transbordadas para lá do Atlântico pelos fluxos migratórios. A mestiçagem do povo

---

<sup>238</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>239</sup> Sobre as dinâmicas do espaço transnacional cultivado pelas diásporas, veja-se: BRUNEAU, Michel - Espaces et territoires de diasporas. *L'Espace géographique*, vol. 23, n.º1, (1994), pp. 1-18.

<sup>240</sup> Dominique Schnapper - De l'État-nation au monde transnational. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 17, n.º2 (2001), pp. 9-36, citada por: CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA, Cidade de Mindelo, 2001. ÉVORA, Iolanda - *Cabo Verde e a Diáspora: diálogos, mobilidades, produtos e relações contemporâneas*. Lisboa: CESA, ISEG, 2011, p. 6.

cabo-verdiano é fruto essencialmente das relações senhor branco/negra escrava ou dos membros do clero e as suas concubinas negras.<sup>241</sup>

Neste sentido, a noção de cabo-verdianidade debate-se como um postulado identitário. Advoga-se a este respeito, que tal noção está intimamente ligada à condição arquipelágica, insular e à ideia de que o cabo-verdiano desenvolveu um *ethos* próprio, que o distingue dentro do contexto regional, africano e universal.<sup>242</sup> Segundo Chalinor, o cabo-verdiano tem um sentido identitário ambíguo, por simultaneamente resistir e adotar as suas raízes africanas ou europeias.<sup>243</sup> Existe um elemento de escolha na construção social da sua identidade, já que, em algumas situações, prefere acentuar as suas origens europeias, enquanto noutras realça o orgulho na sua raiz africana. A este respeito, Bruce Backer relembra que muitos dos africanos continentais questionam se os cabo-verdianos serão *real africans* - africanos legítimos.<sup>244</sup> Gomes dos Anjos estabelece ainda que a identidade cabo-verdiana tende a contrastar a sua influência africana, incorporando a sua matriz europeia.<sup>245</sup> Não obstante, Cabo Verde é um dos poucos estados no continente africano, detentor de uma sociedade etnicamente homogénea, livre de disputas étnicas e tradicionalismos radicais.

Neste debate sobre as coordenadas de identidade cabo-verdiana, concordamos com Camilo Graça na asserção de que a matriz “eurocêntrica” que tem vindo a ser assumida amplamente pela elite dirigente cabo-verdiana, incita dúvidas e ambiguidades na assunção de uma personalidade identitária africana, permanecendo assim de forma híbrida (algures entre África e a Europa), no contexto das relações internacionais.<sup>246</sup> Adriano Moreira argumenta que Cabo Verde projeta-se com um perfil específico, definindo-se como uma valiosa plataforma de articulações entre a

---

<sup>241</sup> AMARAL, Ilídio do - *Santiago de Cabo Verde, a terra e os Homens. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*. Edição 48. 1964. Volume 2, p. 195.

<sup>242</sup> GRAÇA, Camilo - *Estado e Democracia em África: O caso de Cabo Verde*. Praia: ISCJS, 2005, p. 40.

<sup>243</sup> Elizabeth Chalinor citada por GOMES, Isabel Brigham [coord.] - *Estudo da caracterização da Comunidade Cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde em Portugal, 1999, p. 145.

<sup>244</sup> BAKER, Bruce - Cape Verde: the most democratic nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*, vol.44, nº4 (2006), p. 506.

<sup>245</sup> DOS ANJOS, José Carlos Gomes - *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2002, p. 82.

<sup>246</sup> GRAÇA, Camilo – A Noção do “Pragmatismo” na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 278.

Europa e a África, sendo o exemplo mais perfeito de integração cultural, terra onde os valores europeus se implantaram com harmonia, consistência e padrão do modelo político democrático.<sup>247</sup>

Apesar da dispersão populacional, fala-se de uma larga e imaginada comunidade, não só pelo fluxo constante de pessoas, capitais, tecnologias, e bens entre a diáspora e as ilhas, mas também porque as elites governativas de Cabo Verde a reconhece como tal.<sup>248</sup> A diáspora compreende assim um canal de partilha de vários símbolos identitários. Por conseguinte, a identidade nacional e cultural tem na diáspora o seu espaço de maior expressão. Neste sentido, a origem, ou a terra-mãe une os emigrantes espalhados por vários países do mundo, através de símbolos comuns como o crioulo (língua cabo-verdiana não oficial), o futebol, a música<sup>249</sup>, ou a gastronomia, sendo que, nas palavras de Gina Gibau servem de alicerce para a noção de cabo-verdianidade.<sup>250</sup>

Veja-se, que o crioulo ou cabo-verdiano é uma língua que materializa a história de uma nação, agregando palavras com origens em vários continentes, com uma forte base no português, mas com traços de múltiplas nações e etnias africanas e europeias. É imperioso sublinhar que o crioulo ilustra a mundividência e a força da nação cabo-verdiana, dado à sua sobrevivência translocalizada, num mundo globalizado e atendendo que é uma língua essencialmente marcada pela oralidade. A língua materna é um exemplo bastante elucidativo de uma componente importante da autointitulada Nação Global, já que incorpora na sua matriz palavras de origens diversas, e apesar da variância entre o *badiu* e o *sanpadjudu*<sup>251</sup>, o mesmo crioulo que se fala em Lisboa, é falado em Roterdão ou Paris. A respeito das línguas maternas, das ex-colónias portuguesas, José Negrão lança o repto:

---

<sup>247</sup> MOREIRA, Adriano – Ligação de Cabo Verde à Europa. *In Ibidem*, p. 286.

<sup>248</sup> Laura J. Pires-Hester, 1994 citada por Gina Giabu – *Op. Cit.*, p. 417.

<sup>249</sup> Estilos musicais como a morna, o funaná e o batuque constituem bandeiras da identidade cabo-verdiana muito ligadas às migrações que têm sobrevivido além-fronteiras.

<sup>250</sup> GIBAU, Gina - Contested Identities: Narratives of Race and Ethnicity in Cape Verdean Diaspora. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 12, n.º3 (2005), p. 410.

<sup>251</sup> Dentro do crioulo distinguem-se duas variantes. O *badiu* é o crioulo falado nas ilhas do Sotavento: Brava, Fogo, Santiago e Maio. Por sua vez, o *sanpadjudu* é falado nas ilhas do Barlavento: Boavista, Sal, São Vicente, Sal, São Nicolau e Santo Antão. No entanto, quando se fala no crioulo enquanto língua materna, alude-se a um crioulo apenas, ou seja, a uma língua única.

Esperemos que nesta época, apelidada de pós-colonial, não se mantenha o preconceito linguístico de inferioridade das línguas maternas africanas, mas que seja nessa diversidade um contributo inestimável para as formas de se produzir um conhecimento.<sup>252</sup>

Ainda sobre a importância do crioulo como língua materna e símbolo identitário da cabo-verdianidade, Suzano Costa e Odair Varela defendem que a ideia de lusofonia ancorada em preceitos neo-lusotropicalistas e escorada em torno da língua portuguesa como matriz fundacional reflete uma: “enorme nostalgia imperial e o ensejo de purificar e restaurar um passado colonial sombrio”.<sup>253</sup> No fundo, esta visão insere-se numa corrente de autores que defendem o reconhecimento do crioulo como língua oficial, sendo que Gina Gibau reforça que os emigrantes cabo-verdianos identificam a conservação do crioulo como língua materna aliada à manutenção dos laços familiares ligados às ilhas, como indicadores centrais da identidade cabo-verdiana.<sup>254</sup>

### **Sobre a diáspora cabo-verdiana**

As dinâmicas de identidade dentro das diásporas são extremamente complexas e compreendem o produto de outros fatores contingenciais. Os indivíduos na diáspora não são totalmente livres de determinar a sua própria identidade, sendo esta moldada pela influência de dinâmicas raciais, de género e estrato social. Paralelamente, se tivermos presente a literatura sobre as diásporas é fundamental lembrar que a identidade nestas, desenvolve-se, positiva ou negativamente, consoante o grau de inserção nas sociedades de acolhimento. Isto é, os processos de aculturação têm um peso enformador nas identidades que se definem, algo que se relaciona igualmente com a sobrevivência dos valores, costumes e tradições das sociedades de origem, nas sociedades de acolhimento, através dos emigrantes.

---

<sup>252</sup> NEGRÃO, José – *O contributo dos Cientistas Sociais africanos*. Intervenção na Sessão de Enceramento do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 18 de Setembro de 2004, pp. 1-3.

<sup>253</sup> COSTA, Suzano & VARELA, Odair - Comunidade “Lusófona” ou Fictícia? Uma (Des)Construção da Narrativa Hegemónica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa *In* COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, p. 529.

<sup>254</sup> Gina Giabu – *Op. Cit.*, p. 418. Ainda, sobre as raízes do crioulo, recomenda-se: DE OLIVEIRA ALMADA, Maria Dulce. *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Mindelo: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961.

Como já constatámos na resenha teórica sobre as diásporas, as identidades tendem a ser criadas e remodeladas no seio das mesmas (capítulo III.I). Sobre este assunto, Avtar Brah explana que a ideia de regresso e todo o misticismo a ela inerente elucida o grau de comprometimento de uma diáspora com a sua terra-mãe.<sup>255</sup> Acresce que, a ideia de regresso é um dos elementos que a literatura aponta como diferenciador entre as diásporas, das comunidades transnacionais.

No caso de Cabo Verde, observamos uma generalização, nos últimos anos, do uso do termo diáspora, em detrimento de conceitos como comunidade emigrada, comunidade transnacional ou comunidade expatriada. Todavia, Pedro Góis sustenta que o conceito de diáspora revela-se insuficiente para explicar as dinâmicas migratórias contemporâneas e que a noção de comunidades transnacionais explica de forma mais adequada a ligação que estas comunidades de migrantes estabelecem entre os países de origem e os locais de destino dos grupos migratórios, gerando verdadeiras nações desterritorializadas ou transnacionalizadas, impulsionadas pelo processo de globalização.<sup>256</sup> Outros autores apontam ainda que a dimensão limitada da presença permanente dos cabo-verdianos em comparação com as experiências migratórias dos indianos, chineses, judeus, põe em causa a aplicação do termo diáspora à realidade migratória do país.<sup>257</sup>

Na nossa conceção, partilhamos da opinião de Arnaldo Ramos, que defende a utilização da terminologia diáspora, no que ao caso de Cabo Verde se reporta. Ramos substancia que existem grandes vantagens na utilização do conceito diáspora em vez de outra expressão, visto ser um termo associado a uma visão mais positiva da relação entre os países de origem e os países de acolhimento. É, assim, mais fiel à realidade da emigração, pois ressalva a heterogeneidade dos cabo-verdianos no exterior, ao contrário da ideia de homogeneidade implícita nos conceitos de comunidade emigrada

---

<sup>255</sup> Avtar Brah envereda pelas teorias pós-estruturalistas e feministas para conceber questões como a cultura, identidade e política. A sua obra aborda várias outras temáticas polémicas como raça, género, etnicidade, sexualidade, classe social, gerações e nacionalismos em diferentes discursos, práticas e contextos políticos. Recomenda-se: BRAH, Avtar - *Cartographies of diaspora – contesting identities*. London and New York: Routledge, 1996.

<sup>256</sup> Góis entende que o conceito de diáspora, pelo seu hermetismo e rigidez, não permite abranger todas as dimensões e dinâmicas de migrações que associam diferentes lógicas, constituídas, por um lado, por um conjunto de migrações contemporâneas com redes migratórias ainda ativas, e por outro, de migrações passadas (de linhas inativas da rede), mas cuja memória e efeitos sociais ainda perduram. In Pedro Góis – *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>257</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p. 8.

e comunidade expatriada.<sup>258</sup> Para além deste aspeto, o conceito de diáspora por si usado aponta também para as ligações entre as formações da diáspora, ou seja entre os elementos da diáspora radicados nas diversas sociedades de acolhimento.<sup>259</sup>

Todavia, é importante que reconheçamos que o uso da terminologia diáspora no léxico das migrações cabo-verdianas alicerça-se na forte expectativa que os mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde depositam nos seus emigrantes para a transferência de recursos e competências, em prol do desenvolvimento das ilhas. Nas palavras de Iolanda Évora: “esvazia-se simbolicamente a categoria do ausente, criam-se metáforas nacionais em torno do mito de retorno (como um ato desejado e alcançável por todos), da constituição de uma cultura nacional sem fronteiras e de uma identidade cultural como sinónimo de identidade nacional.”<sup>260</sup>

Falando em particular da diáspora cabo-verdiana, prevalece, acima de tudo, a sua caracterização como uma diáspora de trabalho, que tem vindo a consolidar-se ao longo dos últimos anos, dando lugar a uma geografia multipolar. Muitos dos elementos da diáspora cabo-verdiana viajam para resolver problemas pessoais e participar em eventos de ordem familiar, nomeadamente casamentos e funerais. Estes acontecimentos potenciam o contato entre vários elementos da diáspora, que provêm não só dos países europeus, como dos EUA, pondo em evidência a ideia de transnacionalidade adjacente à nação cabo-verdiana diasporizada. Sublinhe-se ainda que existe uma forte coesão de grupo em torno da identidade cabo-verdiana e dos seus elementos culturais – como o crioulo, música, dança, gastronomia ou a religião católica. Afigura-se uma etnicidade “orgulhosa” e cultiva-se o ideário de regresso, ainda que com um excessivo misticismo, como indicadores estruturantes do padrão cognitivo e valorativo que, segundo Robert Keohane, diferenciam diferentes culturas, demarcando-se o “eu” dos “outros”.<sup>261</sup>

Em suma, no caso da sociedade cabo-verdiana, o próprio processo migratório é, pela sua regularidade, um elemento estruturante da identidade cultural. Por

---

<sup>258</sup> SEMINÁRIO AS RELAÇÕES EXTERNAS DE CABO VERDE: O CASO DA UNIÃO EUROPEIA, Cidade da Praia, 13 e 14 de Dezembro de 2002. RAMOS, Arnaldo Andrade – *A inserção da diáspora cabo-verdiana no espaço europeu: implicações nas relações UE – Cabo Verde*. Praia, 2002. Citado por Kátia Cardoso, *Op. Cit.*, 2004, p. 10.

<sup>259</sup> No Capítulo III.I – Diásporas – Evolução teórico concetual, pp. 61-62, clarificamos este aspeto.

<sup>260</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2001, p. 283.

<sup>261</sup> Robert Keohane citado por PFALTZGRAFF, Robert Jr. & DOUGHERTY, James E - *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva, 2004, p. 215.

consequente, depreende-se que a identidade deste país não é apenas influenciada pelas suas origens africanas e europeias, mas também pela forte tradição migratória para outros destinos. Entenda-se que a afirmação da identidade cabo-verdiana no mundo, da propaganda de uma nação global mediante uma diplomacia pública participada, vincadamente cultural, é subsidiária do forte envolvimento da sociedade civil e, particularmente da diáspora. Discorremos assim sobre a forma como a diáspora cabo-verdiana é percecionada, em diferenciação com os outros. Importa refletir sobre como esta mesma diáspora é definida pelos mecanismos do Estado, numa seção que explorará a instrumentalização política deste ator não-estatal, escalpelizando em que medida mecanismos institucionais como a Constituição cabo-verdiana e os programas de governo (de 1991-2016) concebem a condição migrante e diasporizada da sua nação. De igual modo, atestaremos a importância da diáspora na missão propagadora da cultura e identidade cabo-verdiana, atribuída pela orientação de PE que a suporta.

#### IV. II. Política Externa e a Diáspora cabo-verdiana – Mutualismo Relacional

Perceber o papel das diásporas e, especialmente canalizar o seu potencial de acordo com as políticas migratórias, é matéria fulcral, quer para os Estados que enviam, quer para os que recebem emigrantes.<sup>262</sup> Ao nível de atividades políticas, muitas diásporas não defendem formas transnacionais de organização como as da sociedade civil global. Para este tipo de diásporas, o Estado é um meio e um fim. Para outras, a diáspora tem tido uma contribuição bem-vinda, no sentido em que apoia a democracia na sua terra-mãe e tem ganho um sentido de responsabilidade apoiando a agenda de PE do seu país de origem.

Cabo Verde tem um conjunto de dependências históricas (turismo) e carências endémicas (ausência de recursos naturais de monta) que apelam à maximização do potencial das capacidades humanas e financeiras da sua diáspora para canalizar recursos, quer quanto a competências profissionais, como relativamente a

---

<sup>262</sup> BEINE, Michel, DOCQUIER, Frédéric & OZDEN, Çağlar. Diasporas. *Journal of Development Economies*, vol. 95, n.º1 (2011), p. 30.

remessas.<sup>263</sup> Posto isto, passaremos a observar em que medida Cabo Verde incorpora o cariz migrante da sua identidade na sua conceção enquanto Estado e na definição dos princípios orientadores da sua PE.

### **Mecanismos institucionais do Estado e a diáspora cabo-verdiana**

Em Cabo Verde, a abertura política foi anunciada em 1990 levando à criação das condições institucionais necessárias às primeiras eleições legislativas e presidenciais, num quadro de concorrência política. No plano regional, a Constituição Cabo-verdiana de 1992 afigura-se como uma das mais exemplares de África e do espaço lusófono por institucionalizar de forma inequívoca um Estado de Direito democrático.<sup>264</sup> Em seguimento, importa perceber se a Constituição cabo-verdiana em vigor, está alheia ao fato da sua população migrante ser superior à população residente nas ilhas.

O artigo 5º número 1 estatui que são cidadãos cabo-verdianos todos aqueles que por lei ou convenção internacional sejam considerados como tal. Os números 2 e 3 estipulam sobre a faculdade do Estado de concluir tratados de dupla nacionalidade, possibilitando que os emigrantes cabo-verdianos adquiram nacionalidades de outros países sem perder a sua nacionalidade de origem. Opinativamente, Kátia Cardoso entende que o artigo 5º espelha a visão de que os emigrantes são vistos como

---

<sup>263</sup> Sobre a importância das remessas para a Economia de Cabo Verde, veja-se a título de exemplo de um estudo de caso: TOLENTINO, Corsino - *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: Edição Alto Comissariado para a imigração e o diálogo intercultural, 2008.

<sup>264</sup> Esta constituição marca não só o período de transição democrática e implementação do multipartidarismo, como estatuiu um conjunto de direitos que espelham grande parte da matriz pró-ocidental da identidade cabo-verdiana. A Constituição de 1992 institui assim uma República soberana, unitária e democrática, onde se complementam, sem se antagonizarem (Estado de direito e democracia, limitação de poder e poder do povo, princípio da maioria e princípio de respeito pelas minorias) consagrando, assim, um vasto catálogo de direitos e princípios fundamentais como o respeito pela dignidade da pessoa humana e o reconhecimento da inviolabilidade dos direitos do homem, a igualdade dos cidadãos perante a lei e a sua efetiva participação do Estado, na sociedade e na vida democrática, a construção de um Estado democrático assente na soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática, a salvaguarda do princípio da constitucionalidade e o estabelecimento de um completo sistema de fiscalização da constitucionalidade, a institucionalização do recurso ao amparo, a regulamentação das eleições e o princípio da estabilidade da lei eleitoral, o princípio da separação e a interdependência dos poderes, a responsabilidade política, civil e criminal dos titulares dos cargos políticos, entre outros. *In* PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO – 20 anos da Constituição Cabo-verdiana (1992-2012): Liberdade, Democracia e Desenvolvimento. Lisboa, CULTURGEST, Sábado, 6 de Outubro de 2012.

“cidadãos de primeira”. A lei da nacionalidade garante também a possibilidade dos filhos de emigrantes nascidos no estrangeiro adquirirem a nacionalidade cabo-verdiana (**ver anexo V**), assegurando ainda que os cidadãos que tenham perdido a nacionalidade tenham a hipótese de a recuperar, caso o desejem (terão, para tal, de residir em Cabo Verde durante um período de seis meses).<sup>265</sup>

Por sua vez, o artigo 7º estipula que é dever do Estado:

- alínea a) defender a independência, garantir a unidade, preservar, valorizar e promover a identidade da nação cabo-verdiana, favorecendo a criação das condições sociais, culturais económicas e políticas necessárias;

(...)

- alínea g) apoiar a comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo e promover no seu seio a preservação e o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana;

(...)

- alínea l) garantir aos estrangeiros que habitem permanente ou transitoriamente em Cabo Verde, ou que estejam em trânsito pelo território nacional, um tratamento compatível com as normas internacionais relativas aos direitos humanos e o exercício dos direitos que não estejam constitucional ou legalmente reservados aos cidadãos cabo-verdianos.

Depreendemos assim que, à luz do artigo 7º e das alíneas apresentadas, o Estado de Cabo Verde concebe o emigrante cabo-verdiano como um cidadão plural, tendo na cultura uma das bandeiras da sua identidade global. Como país de emigrantes, a Constituição estipula o igual tratamento aos imigrantes que ocupem o território das ilhas e o respeito pelos ordenamentos jurídicos e institucionais vigentes na esfera internacional. Esta visão de Cabo Verde perante os fluxos de imigração no seu território rege-se por princípios de reciprocidade. A este respeito, o artigo 11º número 6 regulamenta que o Estado de Cabo Verde mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua oficial portuguesa e com os países

---

<sup>265</sup> CARDOSO, Kátia - A Diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contato entre a diáspora e a Política Externa cabo-verdiana. In GÓIS, Pedro [coord.] - *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ISBN, 2008, p. 198.

de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos. Ainda neste artigo 11º, a alínea 1 traduz o “eu” de Cabo Verde e as suas coordenadas de identidade geográfica enquanto Estado africano e do Sul Global ao estabelecer que as RI deste país regem-se pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo Direito Internacional e pelos direitos humanos, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos os outros povos e da coexistência pacífica.<sup>266</sup>

É no artigo 23º que os emigrantes cabo-verdianos são explicitamente referidos como cidadãos de pleno direito: “os cidadãos cabo-verdianos que residam ou se encontrem no estrangeiro gozam dos direitos, liberdades e garantias e estão sujeitos aos deveres constitucionalmente consagrados que não sejam incompatíveis com a sua ausência do território nacional”. Os emigrantes podem assim contribuir para a vida política do país, participando (como eleitores ou na condição de candidatos), nas eleições legislativas e presidenciais. Já o artigo 40º vem reforçar que: “nenhum cabo-verdiano de origem poderá ser privado da nacionalidade ou das prerrogativas da cidadania”. A própria liberdade de deslocação e de emigração está salvaguardada no quadro legal cabo-verdiano, com o artigo 51º regrando sobre o direito de todos os cidadãos saírem e entrarem livremente no território nacional, bem como o de emigrar.

Atendendo ainda, que o nosso enfoque na relação entre a diáspora e a PE cabo-verdiana assenta na dimensão identitária, remetemos a nossa atenção para o artigo 79º da Constituição Nacional. O ponto número 1 do artigo determina que: “todos têm direito à fruição e criação cultural, tal como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.” O número 2 estabelece que os poderes públicos devem promover e incentivar o acesso de todos os cidadãos à criação e usufruto cultural, em colaboração com outros agentes culturais. Segundo o número 3 do artigo 79º o Estado deve:

-alínea d) assegurar a defesa e a promoção da cultura cabo-verdiana no mundo;

(..)

-alínea e) promover a participação dos emigrantes na vida cultural do país e a difusão e valorização da cultura nacional no seio das comunidades cabo-verdianas emigradas;

---

<sup>266</sup> Alguns destes princípios foram defendidos na já mencionada Conferência de Bandung e estão estatuídos na carta constituinte da União Africana.

-promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o uso na comunicação escrita.

(..)

Assim a Constituição não só concebe a condição migrante da sua nação, como concebe a emigração como um canal privilegiado de divulgação e partilha da identidade cabo-verdiana com o fito de granjear credibilidade externa e de afirmação de uma nação, autodenominada de global.

Após a independência, foi louvável a preocupação da classe dirigente em garantir condições de segurança e integração nos vários países onde havia cabo-verdianos. Para esse fim, foi criado um departamento estatal destinado aos assuntos da emigração, a Direção Geral de Emigração e Serviços Consulares, integrado na estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros (atualmente designado de Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades). Em 1984, foi fundado o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE), com os objetivos de criar uma ponte entre o emigrante e os organismos estatais e serviços públicos e privados e de manter o emigrante ligado a Cabo Verde.

As primeiras missões diplomáticas abertas realizaram-se em países onde a diáspora cabo-verdiana se tinha radicado. Os governos também tomaram medidas, no plano externo, para garantir representação diplomática e apoio consular aos emigrantes, ao passo que, ao nível interno, criaram condições que facilitassem o melhor enquadramento possível dos emigrantes aquando do seu regresso temporário, em férias, ou do seu retorno definitivo. Analisaremos agora a instrumentalização política da diáspora cabo-verdiana, esmiuçando a relevância que tem sido atribuída à diáspora nas Legislaturas que se têm sucedido desde 1991 até à entrada de funções da IX Legislatura.

## Instrumentalização Política da Diáspora Cabo-verdiana

A par da inserção ativa de Cabo Verde na Economia Mundial, e do fato de estarmos perante um pequeno país insular e de desenvolvimento médio<sup>267</sup>, a existência de uma expressiva diáspora constitui uma das traves mestras que norteiam o comportamento externo do Estado cabo-verdiano. Em Cabo Verde, a emigração constitui indubitavelmente, um dos fatores que influencia e explica o sentido da orientação externa do seu Estado, estando presente em todas as áreas da esfera política, interna e externa. Portanto, qualquer que seja a decisão tomada pelo poder executivo ou pelas demais entidades envolvidas, ela tem de ponderar impreterivelmente a problemática da emigração.

Deveras, os programas de governo lançados desde 1991 têm respeitado, pelo menos no plano teórico<sup>268</sup>, a condição migrante da nação cabo-verdiana. Antes de analisá-los, importa contextualizar as alternâncias de poder entre o PAICV e MpD, que marcam 25 anos de multipartidarismo em Cabo Verde.

Primeiro - Ministro	Vigência do governo	Partido
Pedro Pires	8 de julho de 1975 – 26 de janeiro de 1991	PAIGC/PAICV <sup>269</sup>
Carlos Veiga	26 de janeiro de 1991 – 5 de outubro de 2000	MpD
Gualberto do Rosário	5 de outubro de 2000 - 1 de fevereiro de 2001	MpD
José Maria Neves	1 de fevereiro de 2001 – 22 de abril de 2016	PAICV
Ulisses Correia e Silva	22 de abril de 2016 – <i>em vigor</i>	MpD

Figura 1 – Alternâncias no poder entre PAICV e MpD de 1975-2016

A tabela por nós concebida ilustra que desde a independência até a atualidade, Cabo Verde teve 5 Primeiros-Ministros<sup>270</sup>. Desde o início da II República (1991),

---

<sup>267</sup> Cabo Verde logrou em 2008 uma transição suave, pacífica e bem-sucedida, pelo Sistema das Nações Unidas, do grupo de Países Menos Avançados (PMA), para o grupo de Países de Desenvolvimento Médio (PDM). Desde 1977 que o país pertencia aos PMA. Todavia, Cabo Verde ao preencher dois dos três critérios exigidos para um País de Desenvolvimento Médio – subiu o seu Índice de Desenvolvimento Humano e o rendimento *per capita*, conquistou tal distinção da ONU, que viria a premiar os seus bons resultados na matéria de desenvolvimento, apesar das debilidades estruturais que historicamente afetam a Economia das ilhas.

<sup>268</sup> Não passa pelos objetivos deste estudo verificar se existe redundância entre as medidas tomadas e a sua implementação e aplicabilidade. Tal foi feito por: CARDOSO, Kátia, *Op. Cit.*, 2008, pp. 198-205.

<sup>269</sup> Tal como já tínhamos constatado em nota na p. 14, até 1980 o atual PAICV, era designado de PAIGC.

contabilizamos 6 legislaturas: IV - 1991-1995; V - 1995-2000; VI - 2000-2005; VII - 2005-2011; VIII – 2011-2016 e IX 2016 – em vigor. Vejamos as principais referências de cada programa, até ao início de funções da IX Legislatura.

Com Carlos Veiga como Primeiro-Ministro, o primeiro governo a assumir funções na II República, propôs-se a romper radicalmente com o tratamento que os governos da I República reservavam às comunidades no exterior. Segundo o governo do MpD, tratava-se de um tratamento que excluía essas mesmas comunidades. Foi assim, que sob a bandeira da integração, a IV Legislatura – 1991-1995 se escudou no sentido da promoção da defesa dos interesses dos emigrantes cabo-verdianos. Das medidas tomadas pela IV Legislatura destacamos:

- O reconhecimento da plurinacionalidade pela nova Constituição (artigo 5º);
- Abertura de missões diplomáticas e celebração de acordos gerais de emigração e segurança social;
- Possibilidade dos emigrantes cabo-verdianos participarem e serem eleitos nas eleições;
- Participação na eleição do Presidente da República;
- Criação de três círculos eleitorais no estrangeiro que, conjuntamente elegem seis deputados para a Assembleia Nacional – proporcional a 10% dos deputados eleitos.
- Alargamento dos benefícios financeiros e fiscais associados às poupanças dos emigrantes.<sup>271</sup>

Neste sentido, depreendemos que as principais preocupações que moveram este governo relacionaram-se com: 1) as dificuldades de integração dos emigrantes nas sociedades de acolhimento, obrando pela sua proteção consular e representação diplomática; 2) inclusão da diáspora na esfera política do país, incitando e possibilitando a sua participação legal nas eleições; e 3) o reforço do sentimento de pertença à nação cabo-verdiana e a manifestação da cabo-verdianidade por parte da

---

<sup>270</sup> É importante esclarecer que Gualberto do Rosário subiu ao poder como Primeiro-Ministro Interino, no período de licenciamento de Carlos Veiga, que retirou-se para preparar a sua candidatura às eleições Presidenciais.

<sup>271</sup> MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA – *Movimento para a Democracia* [Em linha]. Praia: Mpd, atualizado 2016. [consult. 10 ago. 2016] Disponível na Internet <URL <http://www.mpd.cv/wp-content/uploads/2015/10/Balanço-do-anos-90.pdf>>, p. 28.

diáspora. É a partir desta legislatura que a utilização do termo diáspora ganha proporção no léxico político e intelectual de Cabo Verde.

O Programa de Governo de 1995-2000 consagrou a alteração dos Estatutos do IAPE e ditou a criação de um Conselho das Comunidades, órgão consultivo cuja matriz passaria por privilegiar a comunicação entre as comunidades residentes nos diferentes países e um parceiro fundamental do Estado em tudo o que respeitasse a políticas relacionadas com a diáspora cabo-verdiana. Esta legislatura deu igual ênfase à proliferação e partilha de informação adequada, pluralista e atualizada, de modo a aproximar a diáspora do quotidiano das ilhas e a provê-la de uma plataforma de informação fidedigna. De igual modo, a V Legislatura reconheceu no seu programa a importância e necessidade de estudar e conhecer a sua diáspora, incentivando estudos estratégicos sobre a emigração e as comunidades cabo-verdianas no exterior. Este segundo mandato de Carlos Veiga, seguindo a mesma linha que a primeira assumiu a lógica enfatizada pelos Estados de origem de tentarem estar no centro das relações entre a diáspora e o país de acolhimento, procurando garantir a sua contínua identificação da primeira, com a sua terra mãe.<sup>272</sup>

Por sua vez, o Programa de 2000-2005 reconhece a integração da diáspora no todo nacional como um imperativo da cabo-verdianidade. Este programa dá especial ênfase à vertente de diplomacia cultural, propugnando que a emigração não só deve ser encarada na perspetiva global do desenvolvimento económico do país, mas também enquanto agente importante para o seu enriquecimento e divulgação do património sociocultural no efetivo exercício do seu direito de cidadania. É durante a vigência da VI Legislatura, mais precisamente em 2001, que o IAPE passa a denominar-se de Instituto das Comunidades (IC), cuja missão centra-se em coordenar a problemática da emigração e auxiliar o emigrante na sua relação com Cabo Verde, nomeadamente, em relação à aplicação das suas poupanças, ou mesmo sobre os procedimentos em caso de retorno. Institui-se o Fundo de Solidariedade das Comunidades, destinado a apoiar os emigrantes mais lesados pelas carências, principalmente os residentes em países do continente Africano.

---

<sup>272</sup> Esta lógica vai de encontro com o argumento de Safrans e Østergaard-Nielsen, que apresentámos na p. 61, do capítulo III.I – Diásporas – Evolução teórico-conceptual.

A VII Legislatura encetou o Programa de governo de 2006-2011, que considerou as comunidades emigradas como “parte incontornável da nação global cabo-verdiana”, propondo várias medidas das quais destacamos as seguintes:

1. O reforço da ligação a Cabo Verde das comunidades no exterior, para que se identifiquem cada vez mais com os valores da cultura cabo-verdiana, dando especial atenção às novas gerações;
2. Continuar a incentivar e apoiar iniciativas empresariais da diáspora, prestando-se particular atenção à melhoria e clarificação do quadro de incentivos, dentro de uma política global e coerente de promoção de investimentos;
3. Garantir, no quadro da implementação e funcionamento das Casas dos Cidadãos<sup>273</sup> e das Casas de Direito<sup>274</sup>, tratamento adequado à especificidade da demanda do emigrante, em particular, no que respeita a habitação, direito de propriedade e actividades económicas.

Tal como constata Kátia Cardoso, verificou-se uma gradação nas medidas vocacionadas para os emigrantes. Ao leque de preocupações: proteção consular, incentivo ao envio de remessas, melhoria das condições em caso de retorno, acrescentaram-se a problemática da segunda geração, o incentivo à participação dos quadros da diáspora no associativismo e aos emigrantes apostarem no investimento nas ilhas.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> As Casas dos Cidadãos englobam serviços integrados para um atendimento público centrado nas necessidades do cidadão e da empresa, sendo os serviços prestados através de uma plataforma multicanal nas vertentes presencial, Internet e telefone. Com objetivo de aproximar cada vez mais os cidadãos e assegurar acesso das comunidades emigradas aos serviços da Casa do Cidadão foi criado balcão COL – Certidões Online na diáspora. *In* NÚCLEO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO – *Porton di nos Ilhas* [em linha]. Praia: NOSI – E.P.E., atualizado em 2016. [consult. 12 ago. 2016] Disponível na Internet <URL <http://www.portondinosilhas.gov.cv/portonprd/porton.portoncv?p=CEA6C9B9CBC4CECCDCBC9C4C4> >.

<sup>274</sup> As Casas de Direito são espaços vocacionados para promover o acesso à Justiça e ao Direito, e são pontos de encontro do cidadão, abertas a todos e entregues à comunidade, a fim de promover a cultura de paz e o pleno exercício da cidadania; promover o conhecimento dos direitos humanos e cívicos, da prevenção da violência, bem como as regras do direito vigentes em, Cabo Verde, estimulando o desenvolvimento da cidadania e a participação cívica dos cidadãos; podem ainda prestar serviços, remunerados ou não, de interesse para a comunidade. *In* NÚCLEO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO – *Porton di nos Ilhas* [em linha]. Praia: NOSI – E.P.E., atualizado em 2016. [consult. 12 ago. 2016] Disponível na Internet <URL <https://portondinosilhas.gov.cv/images/igrp-portal/img/documentos/1D1F38270D252D9FE053E600040AE293.pdf>>, p. 9.

<sup>275</sup> Kátia Cardoso – *Op. Cit.*, 2008, p. 202.

“Uma Nação Global sem limites e sem fronteiras”<sup>276</sup>

No Programa de Governo da VIII Legislatura 2011-2016, realçamos os seguintes compromissos, levados a cabo com o intuito de materializar a agenda de uma Nação sem fronteiras:

- Reforço da aposta na defesa da identidade nacional com a criação de casas de cultura, no desenvolvimento do ensino da língua cabo-verdiana e na promoção de intercâmbios culturais e de experiências;
- Criação de “Prémios da Diáspora”, destinados a cabo-verdianos e a descendentes seus que se tenham destacado nas mais diversas áreas;
- Encorajamento do empoderamento das “segundas gerações”, para que alcancem o sucesso nos países de acolhimento e reforcem laços com Cabo Verde;
- Prossecução da negociação de acordos com os países de acolhimento dos emigrantes, visando garantir um melhor tratamento às suas demandas e necessidades;
- Finalização das negociações com a União Europeia para a facilitação de vistos;
- Continuação do apoio aos segmentos da emigração que mais precisam da Nação, com atribuição de bolsas de estudo para formação superior, atribuição de uma pensão a muitos cabo-verdianos emigrantes em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Senegal, e garantias para uma reforma condigna;
- Melhoria das condições de receção e acompanhamento dos cidadãos deportados (**ver anexo VI**), bem como uma nova abordagem, de trabalho aprofundado e de proximidade, na prevenção das deportações nos países de acolhimento dos nossos emigrantes;
- Criação do Conselho das Comunidades, um espaço que promoverá uma maior participação dos emigrantes na vida da Nação.

Atualmente está em vigor o Programa da IX Legislatura 2016-2021, do qual enunciaremos as seguintes medidas:

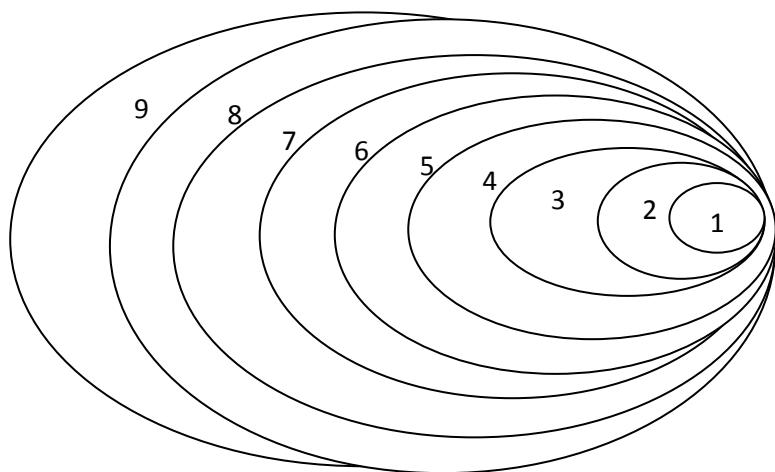
- Despartidarizar as questões relativas às comunidades emigradas.

---

<sup>276</sup> Excerto que introduz a análise do programa de governo de 2011-2016. *In* CONSELHOS DE MINISTROS – Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011-2016), Praia: Governo de Cabo Verde, 2011, p. 53.

- Assumir as comunidades cabo-verdianas emigradas como uma parte integrante da Nação e uma vertente prioritária do Estado no desenvolvimento das relações externas.
- Desgovernamentalização do Conselho das Comunidades Cabo-verdianas.
- Desenvolver uma nova diplomacia nos planos sociais, de integração e de desenvolvimento, dirigida às comunidades cabo-verdianas emigradas.
- Colocar a Diáspora como um elemento-chave da economia do conhecimento e do investimento.
- Integrar no perímetro das políticas sociais a Diáspora Cabo-verdiana.

Importa analisar o conjunto de medidas tomadas na VIII e IX Legislatura, no sentido de percebermos se existe uma rotura ou dinâmica cumulativa de intenções do Governo de José Maria Neves (2011-2016), presidido pelo PAICV, para o governo recém-eleito de Ulisses Correia e Silva (2016), com o MpD no poder. Mas antes passaremos a apresentar um esquema (por nós concebido) para ilustrar a evolução das medidas relacionadas com a emigração, desde 1991 até à Legislatura que decorre.



**Figura 2** – Círculos Concêntricos da evolução das medidas para a emigração em Cabo Verde 1991-2016  
 1 – Abertura de representações consulares; 2 – Assinatura de acordos gerais de emigração e de segurança social; 3 – Incentivo ao investimento e envio de remessas; 4 – Inclusão dos emigrantes na esfera política; 5 – Criação de estruturas institucionais que ligam os emigrantes a Cabo Verde (IAPE e depois IC); 6 – Incentivo na promoção da cabo-verdianidade; 7- Encorajamento das “segundas gerações”; 8 – Criação de condições para a receção de deportados e retornados; 9 – Despartidarização das questões relativas à diáspora.

Apesar da alternância do poder entre o MPD e o PAICV que tem marcado estes últimos 25 anos, os governos que se têm sucedido têm defendido que a Nação cabo-

verdiana ultrapassa em muito as fronteiras físicas e a população residente no país, projetando-se através da diáspora na Europa, nas Américas, em África e em todo o Mundo. No que toca aos Programas de Governo da VIII e IX Legislatura, de entre as medidas destacadas, verificamos que há um reforço na atenção da problemática da segunda geração e da sua identificação com os valores e símbolos da terra-mãe. O governo recém-eleito não quebra com nenhum dos princípios dos seus antecessores, mas compromete-se no plano prático a aproximar a diáspora às ilhas através da sua inclusão no leque de políticas sociais, despartidarização das questões com ela relacionada e reestruturação do Conselho das Comunidades, que foi criado pelo governo de José Maria Neves (2011-2016), retirando-o das estruturas governamentais.

Por outro lado, e atendendo à dimensão que temos vindo a enfatizar, diáspora é reconhecida pelos mecanismos institucionais e governamentais como um elemento de preservação, valorização cultural e de divulgação identitária. Desde a música à literatura, da pintura à dança, da gastronomia aos trajes e costumes tradicionais, envoltos pelo crioulo e pela identidade cabo-verdiana moldada pela história, existe um valor transversal que se expressa através de primeiras, segundas e terceiras gerações de emigrantes.

Temos presente que o Estado de Cabo Verde tem a missão de não só interpretar as dinâmicas provenientes da sua descontinuidade territorial física – país insular, como de apreender o espaço alargado fornecido pela sua diáspora que ultrapassa os seus limites insulares. De igual forma, tem a responsabilidade de representar e fazer os emigrantes sentirem-se representados pela sua unidade. Neste sentido, e tal como o nosso quadro teórico aponta, o processo de identificação da diáspora passa pelo seu autorreconhecimento, as identificações incorporadas das sociedades que a acolhe e a definição por parte dos mecanismos institucionais do seu local de origem. Tudo isto pressupõe que a constituição do “eu” do migrante passe por este círculo relacional, que apesar da retórica política o entender como homogéneo, tal como sustenta Iolanda Évora varia de migrante para migrante, estando pendente da sua classe social, motivação de partida e grau de integração na sociedade de destino. A autora defende que o Estado tem vindo a procurar o reforço de uma identidade com base na homogeneidade cultural-linguística, social, económica, política e religiosa que pretende repor a ilusão de uma ordem nacional perfeita, sem

contemplar as consequências radicais da divisão e da diversidade imposta pela migração.<sup>277</sup>

Constatamos que, quer o PAICV, quer o MpD reconhecem que a nação cabo-verdiana é global. E nas definições apresentadas pelos dois rivais políticos, não encontramos pontos de vistas contrastantes na sua conceção de Nação Global. Ora vejamos.

Para o PAICV:

**Num mundo cada vez mais globalizado, marcado pela intensificação das relações de interdependência e oferecendo importantes oportunidades de afirmação pela via da competitividade, inovação e desenvolvimento do conhecimento, Cabo Verde é, pelo seu posicionamento geoestratégico e pelo seu percurso histórico e cultural aliado a uma importante diáspora espalhada pelo mundo, uma nação aberta ao exterior e cada vez melhor integrada. Somos, de fato, uma nação global com ambição de futuro. Os cabo-verdianos assumem hoje e, cada vez mais, uma visão coletiva e um sentido de pertença nacional e global, independentemente de estarem no país ou na diáspora.<sup>278</sup>**

Enquanto que para o MpD:

**A Nação cabo-verdiana é global. E esta dimensão é um grande ativo para o País no contexto de um mundo cada vez mais globalizado. É pois tempo de novos compromissos. Nesse sentido, o Estado deve assumir as comunidades cabo-verdianas emigradas como uma das suas mais altas prioridades no desenvolvimento das relações externas e um pilar na promoção económica do País e na atração de capacidades e investimentos.<sup>279</sup>**

Neste sentido, é oportuno problematizar a autodenominação de Nação Global, muito veiculada pelos discursos e propaganda política das elites dirigentes, de ambos os principais partidos políticos de Cabo Verde.

O atributo de Nação Global é uma das bandeiras identitárias que se insere numa estratégia adotada pelas elites governativas no sentido de criar e manter noções de nacional, nacionalidade e cabo-verdianidade que ultrapassam fronteiras. Suportando-se na história das migrações cabo-verdianas, engendra-se todo um processo que exige critérios de afiliação, não apenas formais, mas sobretudo

---

<sup>277</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2001, p. 5.

<sup>278</sup> PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE – *Plataforma Eleitoral* [em linha]. Praia, PAICV, atualizado 2015. [consult. 10 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL [http://www.paicvapp.com/backofficefull/plataforma/Plataforma\\_01AF.pdf](http://www.paicvapp.com/backofficefull/plataforma/Plataforma_01AF.pdf) >, p. 64.

<sup>279</sup> GOVERNO DE CABO VERDE – *Programa de Governo da IX Legislatura* [em linha]. Praia, Gov CV, atualizado 2016. [consult. 22 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL [http://www.governo.cv/images/Programa do Governo da IX Legislatura 2016- 2021.pdf](http://www.governo.cv/images/Programa_do_Governo_da_IX_Legislatura_2016-2021.pdf) >, p. 34.

simbólicos, cuja pretensão passa por tornar as pessoas participantes ou: “partes de um empreendimento conjunto de longo alcance e abstração”.<sup>280</sup>No fundo, procura-se alcançar as práticas e as mentalidades dos que estão dentro e fora do país e garantir que os imigrantes se identifiquem e sejam identificados pelo Estado-Nação e transmitam o sentimento de nacionalidade aos que nascem na diáspora.<sup>281</sup>Assim sendo, e apesar de identificarmos símbolos comuns (crioulo, morna, gastronomia) que são transportados das ilhas e “consumidos” na diáspora, temos que nos interrogar, até que ponto que a esta autoatribuição do estatuto de Nação Global está adjacente a uma consciência nacional? Um cidadão cabo-verdiano que habite num meio rural e isolado, ou um elemento da segunda e terceira geração de emigrantes, se identifica com este rótulo?<sup>282</sup>O perigo de abraçar estas conceções hegemónicas reflete-se no risco de deixar de parte dinâmicas muito particulares, já que tal é a heterogeneidade e a constante mutação no seio da diáspora. Ela não é um substrato estático, e para isso muito contribuem os fluxos transnacionais, a ela inerentes.

Não obstante, uma política de preservação e valorização cultural tem de passar necessariamente pela diáspora através de conteúdos da comunicação social, do ensino, das tecnologias de informação e de telecomunicação, do apoio ao associativismo e de parcerias para a realização de eventos culturais nos países de acolhimento e em Cabo Verde.

Durante anos, Cabo Verde tem sido um país de emigração. Segundos dados do OIM, o número estimado de cabo-verdianos espalhados pelo mundo (700,000 mil habitantes) ultrapassa o dobro do número de habitantes das ilhas.<sup>283</sup>O país tem sido um dos pilotos da Iniciativa “Delivering as One”<sup>284</sup> das Nações Unidas. Através da

---

<sup>280</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2001, p. 283.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 284.

<sup>282</sup> Estas são duas interrogações que fazem parte do nosso leque de sugestões para estudos e investigações futuras, que incluiremos no capítulo final: Conclusão, na secção - Limitações e perspetivas de investigação futura.

<sup>283</sup> É importante ressaltar que estes dados não são 100% fiáveis, visto que reportam-se a 2014, e a plataforma do OIM faz alusão à dificuldade em elaborar um perfil migratório de Cabo Verde, não só dado à dispersão elevada da sua população, mas sobretudo à escassez de levantamentos estatísticos relativos à população emigrada. Ainda assim o OIM apresenta que dos 700, 000 mil habitantes, 260,000 encontram-se nos EUA e na Europa, incluindo 100, 000 em Portugal.

<sup>284</sup> A Iniciativa *Delivering as one* – Juntos na Ação, insere-se num programa da ONU que se compromete a auxiliar Cabo Verde a alcançar os seus Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento, ao mesmo

Parceria Especial com a União Europeia<sup>285</sup>, Cabo Verde assinou uma das primeiras Parcerias de Mobilidade, com a potência em questão. Paralelamente, o OIM tem apoiado os governos de Cabo Verde em alguns projetos relacionados com a diáspora nacional.

Destacam-se dois projetos da política de Migração e desenvolvimento encetada pelo arquipélago juntamente com atores externos como a OIM, a UE e as Nações Unidas:

- *Migration House*: é um programa do OIM que conjuga a parceria do Programa de Desenvolvimento da ONU (UNDP) e do Fundo para as Populações das Nações Unidas (UNFPA). Congrega investigações, análises e levantamentos de dados migratórios e afere a capacidade do governo de desenvolver estratégias de condução dos problemas migratórios;

- Projeto Dias da Diáspora: esta iniciativa que conta com o financiamento da Comissão Europeia e é cofinanciada pela cooperação portuguesa, visa estabelecer um elo de ligação entre as várias comunidades migrantes cabo-verdianas, espalhadas pelo globo. Propõe-se a potenciar setores-chave de desenvolvimento, como a educação, saúde, turismo e o setor infraestrutural. Este programa vem reforçar as ligações entre os membros da diáspora e os setores privados de Cabo Verde e da Europa, mas também contribuir para a consolidação dos laços transnacionais que ligam a diáspora cabo-verdiana em Portugal, Itália, e Holanda.

Na sua essência, estes projetos visam fortalecer a capacidade do país de gerir as migrações laborais e o regresso dos seus emigrantes, com suporte das ferramentas da Parceria de Mobilidade estabelecida com a UE. Pretende-se, com eles, instaurar e promover fluxos migratórios legais entre o Estado de Cabo Verde e a UE, possibilitados pela cooperação nas problemáticas de migrações e desenvolvimento, enquanto se combatem as migrações ilegais.

---

tempo , que procura abrir caminho para a transição suave de Cabo Verde do grupo de países menos avançados para o grupo de países de desenvolvimento médio.

<sup>285</sup> O acordo da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia aprovado, a 19 de Novembro de 2007, pelo Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, sob a presidência portuguesa, espelha a convergência política, económica e normativa entre as duas potências. Fundamentalmente objectiva-se promover a mobilidade entre os dois atores, com a bandeira da cooperação na migração e desenvolvimento. Sobre este assunto veja-se: COSTA, Suzano- *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009.

Nesta frente, o Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO)<sup>286</sup> assume um papel crucial. Esta entidade, agora integrada na Administração pública cabo-verdiana, por via do Ministério das Comunidades, viu as suas capacidades técnicas reforçadas, com a meta de dar resposta naquilo que é o seu propósito primordial: a promoção da mobilidade legal entre Cabo Verde e a UE, e entre Cabo Verde e os EUA, com a simultânea luta contra os fluxos migratórios irregulares. Muito importante também, tem sido o apoio de entidades como o Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD)<sup>287</sup>, os governos de Portugal e de Espanha, e por outro lado o envolvimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), do IC de Cabo Verde e do Alto Comissariado para as Imigrações e Diálogo Intercultural (ACIDI).

O país tem feito parcerias com vários países e tem reforçado as suas relações com os EUA e a UE e com as potências emergentes, como o Brasil, China e a Rússia. Tem integrado diversas organizações, tais como a ONU (desde 1975), *African Development Bank* (desde 1976), OUA, hoje UA (desde 1976), Comunidade Económica e de Desenvolvimento da África Ocidental CEDEAO (desde 1976), Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico – ACP (desde 1977) Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP (desde 1996), Organização Internacional da Francofonia – OIF (desde 1996), OIM (desde 2001) e OMC (desde 2008).

As elites dirigentes têm-se preocupado muito com a diplomacia pública, isto é, com a integração da diáspora cabo-verdiana no mundo, à qual se tem associado a crescente importância da diplomacia cultural. Resta-nos avaliar esta relação entre a diáspora e a PE cabo-verdiana, acima de tudo interpretá-la à luz do nosso quadro de análise teórico, ou seja, por via das considerações feitas sobre a vertente pluralista da APE, o transnacionalismo e a concetualização das diásporas, aliados ao papel da globalização, do Estado e dos cenários de mudança como guias de contextualização.

---

<sup>286</sup> O Campo visa de igual modo promover a correspondência entre as competências do potencial migrante e as vagas de trabalho existentes na UE e nos EUA, enquanto canal legal de migração. Em paralelo, esta organização propõe-se a facilitar a reintegração de cabo-verdianos que regressam de países da UE e dos EUA, no mercado de trabalho interno. A VIII legislatura (2011-2016) procurou através do CAMPO encetar uma estratégia sustentável e abrangente que acompanhasse os emigrantes no momento pré-partida, partida e retorno e reintegração. Tudo inserido numa lógica de maximização das potencialidades da diáspora, enquanto motor de desenvolvimento e investimento.

<sup>287</sup> O IPAD foi instinto, sendo o Camões, I. P. (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.) o seu organismo sucessor.

## O Mutualismo Relacional entre a Política Externa e a Diáspora cabo-verdiana

As diásporas são vistas como parceiros e agentes de promoção do desenvolvimento dos seus países de origem num mundo cada vez mais globalizado. Apurámos que existe um reconhecimento por parte dos mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde que assume a sua importância. Desde a IV até à IX Legislatura verifica-se um consenso comum em torno da especial atenção que a matéria das migrações merece nas preocupações e objetivos de PE de Cabo Verde. Com a instauração do regime democrático e a implementação do multipartidarismo, aliaram-se às motivações de sobrevivência, os anseios desenvolvimentistas, como meta fundamental do interesse nacional cabo-verdiano, aplicando assim um conceito da escola realista de RI.<sup>288</sup>

Apesar da evolução em torno das medidas que a figura 2 (p. 95) nos apresenta, constatamos que a PE cabo-verdiana manteve-se homogénea, relativamente às suas ilhas exteriores.<sup>289</sup> Assim, a alternância de poder entre o MpD e o PAICV não significou dinâmicas de rutura em relação à abordagem da PE aplicada à diáspora. Mas antes verificamos que existe um percurso cumulativo, no que ao tratamento da diáspora diz respeito. Atualmente, problemas como a identificação das segundas e terceiras gerações em relação às origens dos seus antepassados, a inserção dos quadros da diáspora no mercado laboral dos seus países de acolhimento e o fomento das redes patenteadas de conhecimento, mantendo as ilhas como centro e interceção das trocas e partilhas de experiências estão muito em voga. Tal como a questão dos repatriados. Contudo, as elites dirigentes, e nesse sentido a PE, não deixou de lado questões como o fomento da participação ativa da diáspora na esfera política, a continuação da negociação de acordos com os países recetores de emigrantes cabo-verdianos. Por

---

<sup>288</sup> Na página 25 apresentamos a definição realista interesse nacional, segundo Hans Morgenthau.

<sup>289</sup> Expressão cunhada por Michel Lesourd (1996), que remeta para a diáspora cabo-verdiana. Ou seja, as ilhas exteriores são uma metáfora de diáspora, citado por: CARDOSO, Kátia – *Cabo Verde e as suas "Ilhas Exteriores"*. Coimbra: Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2005, p. 1.

outro lado, e tal como substancializa Barros, a Constituição aprovada a 25 de Setembro de 1992 contribui para a inclusão da diáspora no Sistema Político cabo-verdiano.<sup>290</sup>

Constatámos que as principais fontes de desenvolvimento de Cabo Verde são exógenas, sendo elas a captação de ajuda externa para o desenvolvimento, as remessas e a atração de investimento externo. Neste sentido, passamos a apresentar um quadro, no qual constam a lista dos 10 principais doadores externos de Cabo Verde.

Figura 3 - Principais doadores de Cabo Verde (milhões de USD)

1	PORTUGAL	23
2	IDA <sup>291</sup>	13
3	JAPÃO	7
4	ADB <sup>292</sup>	7
5	LUXEMBURGO	7
6	HOLANDA	5
7	FRANÇA	4
8	EUA	4
9	ÁUSTRIA	3
10	ALEMANHA	3

Fonte: OCDE, BM<sup>293</sup>

Com este elenco de Estados e entidades (presentes na figura 3) Cabo-Verde tem mantido relações estreitas, tendo a diáspora um papel considerável a desempenhar. Lembramos que usando Portugal como rota de escoamento (tal como fizemos alusão na p. 76), os fluxos migratórios cabo-verdianos levaram à instalação da diáspora em países como o Luxemburgo, Holanda, França, Áustria e Alemanha. Nestes países, poucos são emigrantes cabo-verdianos que voltam definitivamente durante a vida ativa, mas numerosos são aqueles que gozam as delícias do regresso virtual e mantêm estreitos laços afetivos, culturais e económicos com as ilhas, o que se

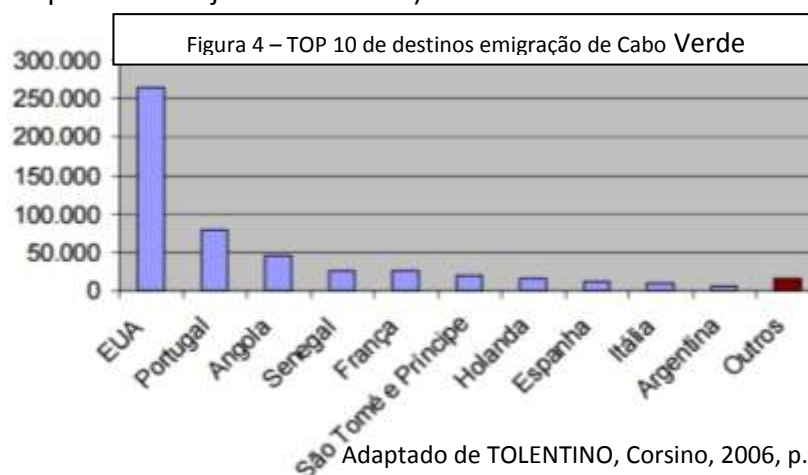
<sup>290</sup> BARROS, José de Borges – *Integração dos emigrantes no sistema político cabo-verdiano*. Lisboa:ISCTE, 2000. Tese de Mestrado em Estudos Africanos, pp. 125-126.

<sup>291</sup> O *International Development Association* (IDA) é uma das estruturas do Banco Mundial, cuja missão passa por conceder empréstimos, isentos de juros, assistência técnica e aconselhamento político aos países que não são elegíveis pelos seus programas.

<sup>292</sup> O *African Development Bank Fund* (AfDBF) é um dos alicerces institucionais do African Development Bank Group (AfDBG), criado em 1974, a sua função principal por fornecer recursos financeiros em termos concessionais aos países africanos menos favorecidos, reembolsáveis em 50 anos. Para mais informações sobre este mecanismo, veja-se: - AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP - *From Fragility to Resilience – Managing Natural Resources in Fragile States in Africa*. Cote d' Ivoire: AfDBG, 2016.

<sup>293</sup> Citados por Kátia Cardoso, *Op. Cit.*, 2004, p. 74.

explicará em parte pelo *ethos* próprio, e consenso intersubjetivo (conceito de Adler, explicitado na p. 76) que se gera, fruto de fatores como a luta contra a pobreza extensiva, a escravatura, a mestiçagem como transgressão e a transnacionalização.<sup>294</sup> O gráfico presente na figura 4 ilustra o top-10 dos países de destino das emigrações cabo-verdianas (em complemento veja-se **anexo VIII**).



Notámos que grande parte dos países com os quais Cabo Verde celebrou acordos de Segurança Social consta do gráfico acima apresentado. Neste sentido a figura 5, elenca o conjunto de acordos de Segurança Social celebrados com países que contabilizam um número significativo de emigrantes cabo-verdianos.

Figura 5 – Acordos de Segurança Social

Países	Data de Assinatura
Brasil	1979
França	1986
Itália	1980
Luxemburgo	1990
Países Baixos	1981 (revisto em 1985)
Portugal	1985 (substituído em 2001)
Senegal	1988
Suécia	1988

Adaptado de CARDOSO, Kátia, 2004, p. 46.

<sup>294</sup> TOLENTINO, André Corsino - *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Educação Comparada. Universidade de Lisboa, p. 252.

Para além dos acordos de Segurança Social, Cabo Verde tem celebrado outros acordos com países de destino das suas migrações e com entidades como a CEDEAO sobre a livre circulação de bens e pessoas. Veja-se a este respeito, o **anexo IX – Acordos/ Convenções de Emigração**, pp. 146-147. Em paralelo, outro fator de monta que elucida um forte ponto de contato entre a PE e a diáspora cabo-verdiana, prende-se com o estabelecimento de missões diplomáticas no estrangeiro. As embaixadas e os consulados são extensões da soberania de um Estado, e tal como observa Kátia Cardoso, têm uma dupla missão: proteger os nacionais e promover as potencialidades do país.<sup>295</sup> Cabo Verde conta com embaixadas em: Beijing, Berlim, Brasília, Bruxelas, Dakar, Havana, Lisboa, Luanda, Luxemburgo, Madrid, Paris, Roma e Washington. E ainda com Consulados Gerais em Boston, Roterdão e São Tomé e Príncipe. Conta também com consulados honorários espalhados por todos os continentes do mundo, excetuando a Oceânia. Ainda assim, o que importa destacar neste ponto é que devido à escassez de recursos, e às despesas avultadas inerentes à manutenção do corpo e das estruturas diplomáticas, a cobertura diplomática e consular de Cabo Verde, não é a ideal, qualitativa e quantitativamente, em proporção à diáspora que o país contém.<sup>296</sup>

Quando pensamos no papel das diásporas para o desenvolvimento do seu país de origem, é inequívoca a importância que as remessas têm. O peso das remessas manifesta-se no interesse dos Estados de origem em criar e investir numa política abrangente que retrate os padrões identitários e culturais da sua nação, com o intuito de atrair e manter o contato com as suas populações territorialmente dispersas. Sublinhe-se porém, que nos últimos anos têm-se verificado uma redução nos fluxos migratórios a partir de Cabo Verde. Isto prende-se com a melhoria das condições de vida nas ilhas e com o crescimento dos movimentos dos retornados, sobretudo de países como São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau, Senegal, que até não figuram na lista dos países cujo contributo das remessas é elementar para a saúde económico-financeira das ilhas, tal como apontam os dados presentes no **Anexo II – Remessas dos emigrantes – volume**, pp. 139-140.

---

<sup>295</sup> Kátia, Cardoso, *Op. Cit.*, 2004, p. 86.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 87.

Vários autores concordam que a PE cabo-verdiana tem-se pautado pelo pragmatismo<sup>297</sup> das ações e pela coerência nos princípios. A década de 90 trouxe a intensificação e a maturação da PE para o desenvolvimento. Passamos a explicitar o porquê. Cabo-Verde é um exemplo de sucesso, se atentarmos às asserções de Christopher Clapham (1996) concernentes à sobrevivência dos Estados africanos, marcadamente dependentes da esfera internacional e afetados pelo binómio reconhecimento externo vs. poder interno. Por um lado, a existência de eleições multipartidárias edificou um novo regime com legitimidade popular, que o capacitou a manter uma certa imunidade face à interferência externa. Por outro, o governo recém-eleito e os que se sucederam não só foram capazes de capitalizar proficuamente tal imunidade, como orquestraram, de forma habilidosa, mecanismos de extração de recursos económicos, necessários para manter as suas estruturas administrativas diferenciadas.

O ambiente de interdependência complexa que tem moldado o comportamento da elite dirigente cabo-verdiana reflete-se nas debilidades e carências internas do país e na acentuada dependência externa para o seu desenvolvimento (**ver anexo VII**). Mas também pela forte presença de grande parte do contingente nacional, em terras estrangeiras. Para sermos mais precisos, na esfera interna, deparamo-nos com uma economia estruturalmente frágil, com baixos índices produtivos e uma balança comercial deficitária. No plano externo, por sua vez, encontram-se os principais catalisadores económicos do país. Como tal, Cabo Verde é um caso elucidativo da importância da PE e da necessidade de uma gestão habilidosa das oportunidades que a esfera internacional proporciona. O economicismo determina as tendências já existentes de relacionamento entre espaços e povos, em nome do

---

<sup>297</sup> Camilo Graça sugere duas noções de pragmatismo referentes a contextos históricos diferenciados para se perceber as continuidades e discontinuidades, coerências e ambiguidades na definição de PE de Cabo Verde – são eles o pragmatismo ideológico e o pragmatismo utilitarista. Segundo o autor, o pragmatismo ideológico vigorou no período pós-independência, até à abertura democrática, com as primeiras eleições multipartidárias. Por sua vez, o pragmatismo utilitarista é o que tem vigorado desde 1991, até a atualidade, e cujas manifestações têm acentuado as ambiguidades já existentes do ponto de vista sociocultural, já que tem promovido ao máximo a ideia da assunção de uma personalidade identitária ocidental. *In GRAÇA, Camilo – Op. Cit.*, 2014, p. 269.

interesse nacional, da vulnerabilidade económica e da dependência externa.<sup>298</sup> Na verdade e no que traduz a lógica de interdependência complexa, Cabo Verde procura reduzir as dependências face à esfera Internacional, mantendo-se dependente de catalisadores externos (investimento externo, APD, remessas de emigrantes) para almejar tal estágio de independência. Ilustramos assim um ponto que foi referido no capítulo II.IV – Política Externa dos Estados Africanos (p. 49) e que reflete a dinâmica paradoxal apontada por Christopher Clapham – Estados africanos mantêm-se independentes no SI, enquanto se mantêm dependentes do mesmo para garantirem a sua sobrevivência.<sup>299</sup>

Tem-se, assim, que a maximização das potencialidades da diáspora se apresenta como um desafio a acrescentar à gestão coesiva e eficiente que tem sido preconizada pelos governos nacionais.

Se os emigrantes não tiverem condições para trabalhar legalmente ou se enfrentarem um ambiente hostil nos países recetores, eles estarão menos propensos a apoiar política e financeiramente o seu país de origem. O estatuto legal do emigrante é crucial, pois uma situação de ilegalidade ou de espera por uma autorização de residência colocá-los-á numa posição frágil para se organizarem e para serem apoiados seja por quem for.<sup>300</sup> A defesa do migrante pressupõe a existência de acordos diversos, regulamentando as condições de trabalho, os seus direitos e deveres civis e sociais, o regime dos seus bens, entre outros. Porém, implica também a existência de estruturas de representação diplomática no exterior que apoiem os emigrantes no cumprimento das formalidades que lhes são exigidas e que os orientem, informem, representem e defendam junto das autoridades do país de acolhimento.<sup>301</sup>

Os discursos políticos têm vindo a enfatizar a componente da informação e a componente cultural como meios para fomentar a ligação a Cabo Verde. Aliás, grande parte da propaganda política partidária tem incidido sobre questões como:

---

<sup>298</sup> Esta conjuntura traduz a ideia de que o pragmatismo ou realismo económico com base numa história de encontro civilizacional sobrepõe-se a qualquer veleidade de afirmação identitária ancorada no continente africano. *In Ibidem*, p. 275.

<sup>299</sup> Christopher Clapham – *Op. Cit.*, 1998, pp. 146-147.

<sup>300</sup> Giles Mohan e A.B. Zack-Williams - *Op. Cit.*, p. 224.

<sup>301</sup> Kátia Cardoso – *Op. Cit.*, p. 196.

- A necessidade e o reforço contínuo da imagem e credibilidade de Cabo Verde no mundo;
- A afirmação das comunidades cabo-verdianas nos países de acolhimento e o reforço do seu papel no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, em resultado da assunção plena da condição de Nação Global;
- A afirmação da identidade cabo-verdiana no mundo, por intermédio de uma diplomacia pública participada, com forte envolvimento da diáspora e da sociedade civil;
- A procura de alcançar as práticas e mentalidades dos emigrantes e garantir que estes se identifiquem e sejam identificados pelo Estado-Nação, e cultivem o nacionalismo e a cabo-verdianidade para que as gerações que já nascem no estrangeiro, ou seja a segunda e terceira gerações, se identifiquem com o local de origem e todos os mitos e símbolos a ele associados.

Deste modo, entendemos que existe uma forte relação entre a emigração, representada pela diáspora, e a PE de Cabo Verde. Passamos a elencar alguns indicadores que sustentam esta proposição:

- Os principais doadores ou parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde provêm de países onde a diáspora cabo-verdiana tem uma presença expressiva (figuras 3 e 4 e **anexo VIII**);
- A representação diplomática tal como está concebida, ao cruzar-se com os dados que fomos apresentando, revela que existem Embaixadas nos locais onde não só existe uma presença considerável da diáspora Cabo-Verdiana, como em países com o qual Cabo Verde celebra fortes relações de amizade e cooperação – ex.: Cuba e Brasil.
- No seguimento do ponto anterior, a celebração dos Acordos de Segurança Social dão-se em contextos em que a Diáspora revela-se numerosa (cruzamento de dados das figuras 4 e 5);
- A própria designação do ministério que tutela as relações diplomáticas de Cabo Verde – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.
- O reconhecimento por parte da Constituição de Cabo Verde do cariz migrante da sua identidade;

- A contemplação da diáspora nos Programas de Governo de 1991 a 2016 enquanto veículo promotor da cultura e identidade cabo-verdiana, e sustento da autodenominação de Nação Global, por parte dos dois principais partidos.

Sintetizando e concluindo, a diáspora cabo-verdiana constitui um exemplo prático da aplicação da visão pluralista da APE, na medida em que é evidente a influência de um ator não-estatal na PE do país. No ideário da PE, esteve sempre presente a defesa dos interesses das comunidades cabo-verdianas estabelecidas no exterior, o reforço das relações político-diplomáticas com as sociedades de acolhimento e a garantia da sua participação efetiva na vida política, económica e cultural de Cabo Verde. Existe um “mutualismo relacional”, expresso pelo fato de o Estado de Cabo Verde, enquanto país de emigração, ter sido levado a criar condições para a saída dos emigrantes e para a sua integração nos países de acolhimento (enveredando pela assinatura de acordos e parcerias estratégicas) – incitando, inversamente, a sua participação na vida económica, política e cultural das ilhas na difusão dos valores identitários de uma autointitulada Nação Global.

#### IV. III – Diáspora e o potencial do capital humano

Atendendo às já mencionadas carências estruturais e ao que, para alguns autores, constituem dependências externas endêmicas, como poderá Cabo Verde engendrar uma política de desenvolvimento sustentável? Como poderá esta nação arquipelágica, cuja terra não abunda em recursos naturais, mantendo uma dependência da importação de recursos primários que ronda os 80%, optar pela grandeza das suas ambições e pela sua afirmação internacional?

Após a independência, verificou-se uma clara aposta, por parte da elite dirigente, no capital humano como vantagem comparativa e competitiva a longo prazo. Inserido na conjuntura dos Estados recém-independentes no continente africano, cuja valorização passou muito pelas estratégias arquitetadas de potencialização de recursos naturais, Cabo Verde singularizou-se pela apreciação dos recursos humanos e pelo granjear da sua credibilidade externa.

De fato, existe um número considerável de Estados africanos que se focaram na exploração dos seus recursos, fossem eles extrativos (petróleo, gás, minerais) ou renováveis (terras aráveis, água, florestas) e que, para isso, tiveram que contar com o apoio administrativo de agentes externos (por exemplo, o *African Development Bank Group* ou a ONU), propiciando um maior engajamento externo.<sup>302</sup>

Inserido na conjuntura dos Estados recém-independentes no continente africano, cuja valorização passou muito pelas estratégias arquitetadas de potencialização de recursos naturais, Cabo Verde singularizou-se pela valorização dos recursos humanos e pelo granjear da sua credibilidade externa.<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> Camilo Graça – *Op. Cit.*, 2005, p. 107.

<sup>303</sup> Fruto desta credibilidade externa e dos bons resultados a nível democrático, Cabo Verde é beneficiário do *Millennium Challenge Account*, um programa instituído pelo governo norte-americano que se presta a combater a pobreza a nível mundial, promover o desenvolvimento económico sustentado e a boa governação, sob a bandeira democrática. Sobre esta assunto recomenda-se a leitura de: CARDOSO, Kátia – Das Baleeiras ao *MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT*. Os desafios das Relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América. In - COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 507-528.

Em termos de narrativa, crê-se que uma das grandes valências da nação cabo-verdiana é a sua diáspora, assumindo-se assim que o maior recurso natural deste país é não mais do que o seu migrante. Reflita-se então.

César Monteiro defende que o contato dos emigrantes cabo-verdianos de todas as classes sociais com países como a Holanda, Bélgica, Alemanha e os países nórdicos dotou-os de uma aprendizagem e vivência de valores democráticos e sociais, que transportaram para as ilhas.<sup>304</sup> O emigrante cabo-verdiano começou a ter uma formação política, com a qual iria influenciar familiares e outros elementos do seu círculo social, incutindo nestes a necessidade de cooperarem na democratização do país, depois de se terem libertado dos grilhos coloniais. Posto isto, a cultura política democrática é resultado de um processo de aprendizagem cognitiva e com forte dimensão valorativa. Uma vez mais, o entendimento da noção de consenso intersubjetivo sustentada por Adler é fulcral. Esta asserção de pendor construtivista declara que a fonte de aprendizagem coletiva reside na capacidade dos grupos transmitirem entre si as fontes das suas experiências cognitivas<sup>305</sup> Através da evolução cognitiva, os Estados imbuem-se desta dinâmica de aprendizagem que, introduzida no Sistema Político, revela-se posteriormente no seu código de conduta a nível internacional.

Do ponto de vista das estratégias de solidariedade entre os membros da diáspora, verificamos que muitos dos que já se encontram estabelecidos ajudam a incitar a chegada de outros elementos, familiares e amigos, providenciando contatos prévios, habitação e muitas vezes trabalho já assegurado. Há também um apoio e promoção para os membros da diáspora que circulam no espaço transnacional desenvolvendo atividades comerciais informais, vendendo e comprando produtos. Nestas vertentes podemos ver a lógica das redes patenteadas de conhecimento ser empregue. No fundo a vasta experiência migratória cabo-verdiana e a sua história, favoreceram uma conjuntura em que as migrações contemporâneas já ilustram um estudo prévio, uma partilha de informações e melhor circulação de conhecimento entre potenciais emigrantes e concidadãos já emigrados sobre os destinos mais

---

<sup>304</sup> MONTEIRO, César Augusto Monteiro - *Recomposição do espaço social cabo-verdiano*. Sem localização: Edição do autor, 2001, p. 132.

<sup>305</sup> PFALTZGRAFF, Robert Jr. & DOUGHERTY, James E. *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva, 2004, pp. 215-16.

apetecíveis e uma avaliação dos pontos fortes e fracos e das condições para a permanência num dado território, já contemplando os cenários de mudança conjuntural nos países recetores.<sup>306</sup>

Do exposto, é sabido que ao nível das relações internas e externas, Cabo Verde não se pode alhear ao facto de, possuir uma diáspora superior à população do arquipélago. A esta comunidade, muitos desafios se levantam. A literatura é consensual no reconhecimento da necessidade de um incremento do engajamento cívico da diáspora.

Na generalidade, as associações da diáspora reconhecem como missão principal o cultivo de tarefas que promovam e preservem a cultura e identidade cabo-verdiana, ao mesmo tempo que prestam-se a apoiar os emigrantes na adaptação nos seus destinos. Ainda assim, o transnacionalismo como uma característica por excelência das migrações cabo-verdianas contemporâneas desafia as Associações da diáspora e os mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde a adotar estratégias e a reunir um conhecimento mais profundo e rigoroso sobre a sua realidade migratória, visto que para os emigrantes, as vias transnacionais podem elas próprias tornar-se estratégias de sobrevivência ou ascensão social.<sup>307</sup> Requer-se um maior nível de associativismo no seio dos emigrantes cabo-verdianos e sobretudo um aumento da participação política, que infelizmente tem rondado valores mínimos. Reitera-se a importância dos cidadãos cabo-verdianos almejarem lugares de destaque na escala social dos países onde residem, de modo a influenciar os governos e os órgãos decisores, a favor da diáspora e do seu país de origem. O “petróleo cabo-verdiano”<sup>308</sup>, o seu capital humano – a sua diáspora é sem dúvida uma ferramenta estruturante da prossecução da PE para o desenvolvimento.

No plano interno, e para que os investimentos da diáspora possam ser canalizados e fomentados, há um conjunto de barreiras que precisam ser derrubadas: maior transparência nas leis; tratamento dado aos investimentos feitos pelos

---

<sup>306</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2001, p. 1.

<sup>307</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2011, p. 3.

<sup>308</sup> O parêntesis é nosso. Ao rotularmos o fenómeno da emigração, mais precisamente a diáspora cabo-verdiana como petróleo cabo-verdiano, pretendemos enfatizar que num país que ao contrário das suas congéneres africanas, carece de recursos naturais de monta, a aposta no capital humano como vantagem comparativa e competitiva torna-se uma solução diversificada para suprir as suas necessidades estruturais básicas. Pelo exposto o estudo conclui que a diáspora é um recurso, um meio e um instrumento potencialmente canalizável para o desenvolvimento do país e afirmação identitária.

emigrantes à semelhança do que é feito com os investidores estrangeiros não-emigrantes; melhoria na política monetária; garantia que os ativos dos emigrantes são protegidos; proteção das terras dos emigrantes contra as apropriações indevidas das autoridades locais/provincianas.<sup>309</sup> Em paralelo, e tendo em conta que em muitos casos verifica-se um comprometimento e integração profunda no seio das sociedades de acolhimento, é imperioso que a PE obre por uma contínua identificação com as origens, sob o risco de não só eclipsar-se o desejo ancestral de retorno, mas mais importante que isso, perder-se a ligação, o elo, o laço para com as ilhas.

Em suma, no caso da população cabo-verdiana, o próprio processo migratório é, pela sua regularidade, um elemento estruturante da identidade cultural. Por conseguinte, depreende-se que a identidade deste país, não é apenas influenciada pelas suas origens africanas e europeias, mas também pela forte tradição migratória para outros destinos. Entende-se que a afirmação da identidade cabo-verdiana no mundo, da propaganda de uma nação global mediante uma diplomacia pública participada, vincadamente cultural, é subsidiária do forte envolvimento da sociedade civil, e particularmente da diáspora. Ressalvamos contudo e em concordância com Iolanda Évora, que os contatos entre os vários polos da diáspora seja através dos laços familiares, seja através de eventos sociais e convívio com outras diásporas no espaço transnacional, leva a que tenhamos que questionar o discurso hegemónico envolto da diáspora. Este discurso de pendor nacionalista reforça os aspetos da ligação de cada comunidade com a origem e o papel desta como lugar de memória e culto, e na eventualidade de tornar-se dogmático poderá distorcer e não cobrir a heterogeneidade inerente aos fluxos migratórios transnacionais.<sup>310</sup> Ou seja, ainda que com um papel central, não só o estado de Cabo Verde importa na matéria de promoção e fruição cultural e identitária. Igual relevância deve ser dada ao espaço transnacional e às movimentações da diáspora, nesse ambiente intercomunitário. Sublinha-se assim que a diáspora cabo-verdiana compreende um conjunto complexo e heterogéneo em constante composição, que é marcada pelas diferenças associadas às

---

<sup>309</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2013, p. 6.

<sup>310</sup> Iolanda Évora – *Op. Cit.*, 2011, p. 5.

gerações, história migratória, língua e cultura de cada destino de acolhimento, e o estatuto social de cada emigrante que a constitui.<sup>311</sup>

---

<sup>311</sup> Gina Gibau – *Op. Cit.*, p. 410.

## V- CONCLUSÃO

Neste derradeiro capítulo, tecemos as principais conclusões originadas por esta dissertação e deixamos pistas de investigação futura, atendendo que a principal crença que nos moveu ao longo deste trilha, é que o conhecimento é cumulativo e passível de reformulação.

Posto isto, o presente estudo dispôs-se a analisar a relação entre a Política Externa de Cabo Verde e a sua diáspora, entre 1991 e março de 2016, investindo na dimensão identitária como canal desta relação. Enquanto estudantes de Relações Internacionais procurámos dentro das suas ramificações perceber em que medida o fato de existirem mais nacionais fora, do que dentro influencia o comportamento externo dum Estado do Sul Global, africano, mas cujas coordenadas de identidade alicerçados à história das suas migrações e ao crescimento dos fluxos transnacionais protagonizados pela sua diáspora, o tornam um caso híbrido, no que à sua identificação e posicionamento externo, dizem respeito. Concretizemos.

No primeiro capítulo, começámos por traçar o Estado de Arte da literatura que definiu o nosso objeto de estudo. Desde logo, identificámos os principais debates que suportariam o nosso quadro teórico: 1) perda ou não de preponderância do Estado na esfera internacional, face à emergência dos atores não-estatais na Política Internacional (p. 33); 2) estrutura vs. agência humana, no sentido de perceber qual a abordagem melhor equipada para estudar fenómenos sociais; noções e ambiguidades em torno da identidade cabo-verdiana, a par da prevalência de um discurso hegemónico propagado pelas elites políticas, que tendem a uniformizar as causas das migrações cabo-verdianas e promover uma narrativa que sustenta a autoatribuição de Nação Global a Cabo Verde. Definimos como método o estudo de caso e adotámos a Análise de Política Externa como subcampo de estudos dentro das Relações Internacionais, para explorar a importância da diáspora, enquanto ator não-estatal na Política Externa Cabo-Verdiana. Neste sentido serviu-nos de orientação, as pistas deixadas por Chris Alden e Amnon Aran, relativamente às incoerências da APE enquanto grelha de análise (pp. 19-20), pelo que tivemos em consideração as dinâmicas da globalização (Capítulo III.II, pp. 66-67), a análise contextual do grupo de

Estados, mais vulneráveis aos cenários de mudança no ambiente internacional (Capítulo II.III, pp. 40-42), e a teoria do Estado aplicado à realidade do continente africano (Capítulo II.IV, pp. 46-49).

No Capítulo II revisitámos as fundações teóricas que edificam a Análise de Política Externa enquanto subcampo de estudos das Relações Internacionais, a Política Externa dos Estados do Sul Global e a Política Externa dos Estados Africanos com a finalidade de operacionalizar o conceito de Política Externa por nós encetado (Capítulo II.V, p. 54) e explorar os debates, já aduzidos, que abrem caminho para a emergência das Diásporas na Política Internacional.

Efetivamente é no quadro de análise teórico que assenta a originalidade e as principais contribuições que este estudo traz, em complemento às investigações já existentes sobre a relação entre a Diáspora e a Política Externa Cabo-Verdiana (Kátia Cardoso, 2004; 2005 e 2008; Sorraia Cardoso, 2011). Ou seja, desenvolvemos um enquadramento teórico que:

- contempla o diálogo entre as correntes dentro da Análise de Política Externa como o behaviorismo, políticas burocráticas e *domestic politics*, que em reação ao realismo, chamam a atenção para a importância dos fatores psicológicos, papel dos decisores políticos, dinâmicas e rotinas burocráticas, e dinâmicas ambientais, na estruturação, processos e resultados da Política Externa (Capítulo II.II, pp. 36-37);
- realça a vertente pluralista das *domestic politics* como a melhor equipada para analisar a relação entre a Política Externa e a diáspora cabo-verdiana, na medida em que aplicada à lógica dos *two-level games* (Putnam), o ambiente de interdependência complexa que se gera entre as duas esferas – interna e externa, abre espaço a que o fato de grande parte do seu contingente populacional encontrar-se para lá dos seus limites territoriais físicos, exija uma imbricação entre a Política Interna e a PE, algo que está na génese do pluralismo (Capítulo II.II, p. 37);
- concebe a Política Externa dos Estados do Sul Global, no qual Cabo Verde se insere, apresentando o grupo de Estados mais sensíveis às mudanças no Sistema Internacional, com maior dependência da esfera internacional para a sua sobrevivência e desenvolvimento e cujas dinâmicas inexoráveis da globalização levantam desafios constantes; (Capítulo II.III, pp. 37-44)

- enquadra a Política Externa dos Estados Africanos e incorpora a ideia de Estado em África, de modo a inserir a Política Externa cabo-verdiana no seu contexto regional.

Seguindo este enquadramento e subjacente à descoincidência entre a territorialidade geográfica Cabo Verde (dez ilhas) e o nacional (as ilhas e a diáspora) – capítulo II.V, p. 55, abraçámos ainda o desafio de providenciar uma análise teórico-concetual das diásporas e da sua emergência, tendo em consideração as dinâmicas do transnacionalismo e da globalização como fontes impulsionadoras do aparecimento deste ator não-estatal na esfera internacional, como agente a ter em conta para a Política Internacional. De Robin Cohen (2008) retiramos a definição de diáspora que se adequou às nossas pretensões (páginas 11/12 e 61/62), tendo a lógica de relações entre país de origem, diáspora, país de acolhimento e entre os membros da diáspora dos diferentes destinos, servido de base para a representação daquilo que são os fluxos transnacionais em prática- criação de um espaço entre lugares, tal como referimos na p. 79 do estudo.

Verificamos assim que a diáspora cabo-verdiana compreende um complexo e produtivo objeto de estudo, não só dado às particularidades que a distinguem, mas sobretudo à importância que lhe é reservada, em matéria de Política Externa por parte dos decisores políticos de Cabo Verde. Tendo presente que o fenómeno migratório é uma realidade intrínseca e historicamente conexas ao processo de formação, consolidação, democratização do Estado cabo-verdiano, constatámos que: 1) Cabo Verde distingue-se no quadro das Migrações e Identidades pela proporção superior da sua população emigrada, face à população das ilhas; 2) existem um conjunto de ambiguidades (matriz eurocêntrica) em torno da identidade cabo-verdiana, que a singulariza no contexto dos Estados do Sul Global, e põe em causa, na opinião de alguns autores (Baker, José dos Anjos, p. 84) as suas raízes e influência africana; 3) a Política Externa cabo-verdiana não pode ignorar o cariz migrante da sua identidade e nem estar alheia à condição diasporizada da sua nação.

Precisamente, no Capítulo V – Política Externa, Diáspora e Identidade cabo-verdiana, analisamos o triângulo relacional entre estas três unidades. Falando particularmente em Política Externa, desde a independência tem primado um consenso em torno dos objetivos, natureza e princípios. A Política Externa cabo-verdiana investe na palavra desenvolvimento, um atributo, uma necessidade, um fim.

A sua natureza é clara – subsidiária do desenvolvimento. Norteia-se pela via do multilateralismo, coexistência pacífica e pelo pragmatismo utilitarista (a partir de 1991) das suas ações (p. 105), flexíveis e adaptáveis, à conjuntura internacional de interdependência. Da análise dos artigos da constituição e dos Programas de Governo lançados desde 1991 até ao início de funções da IX Legislatura, concluímos que os mecanismos institucionais do Estado de Cabo Verde: 1) concebem o cariz migrante da sua nação; 2) prestam-se a garantir a inclusão, participação e aproximação da diáspora a todas as esferas da vida social, económica e política das ilhas; 3) estimulam a vertente da diplomacia cultural, confiando na diáspora como um mecanismo de propagação e difusão de uma identidade, que se autointitula de global.

Tendo presente que já existem diversas publicações sobre o peso da diáspora e a importância das remessas para a saúde financeira e económica de Cabo Verde, optámos por explorar as dinâmicas identitárias como força motriz da nossa problemática principal. Chegamos à conclusão que a cultura compreende um dos alicerces fundamentais de legitimação da autodenominação de Nação Global, bastante veiculada e propagada na retórica discursiva e na propaganda político-partidária nas ilhas. As migrações são o elo e a ponte que expandem esta identidade cabo-verdiana global. De modo que quando se fala em cabo-verdianidade, pressupõem todo um substrato que é fruto de ramificações identitárias que provém das ilhas – como centro ancestral, e dos fluxos transnacionais que as migrações criam, cimentam e divulgam.

Neste sentido, embora o estudo reconheça a importância do arquipélago na legitimação e confirmação do padrão de identidade, através da música, arte, literatura, estilos de vida e produtos, para o consumo de todo o espaço cabo-verdiano, assume que nos discursos oficiais e na propaganda política existe uma tendência em homogeneizar as dinâmicas envolvidas da questão das migrações e de utilização, quiçá hiperbólica, do termo diáspora no léxico referente aos fluxos migratórios. É evidente que o Estado de Cabo-Verde tem todo o interesse em promover a marca cabo-verdiana e assegurar que a diáspora assimile e partilha dos seus objetivos. Existe contudo, todo um universo a ser explorado, dentro do espaço transnacional onde circulam e produzem-se elementos exteriores que a própria diáspora incorpora na sua identidade. No nosso entender, esta dinâmica é que está na génese que sustenta a premissa de que Cabo Verde é potencialmente um Estado detentor de uma Nação

Global, sendo o crioulo um exemplo da incorporação de elementos exteriores ao padrão identitário de origem ligado às ilhas e sobrevivência como símbolo no espaço transnacional. Contudo, não é claro, por falta de validação empírica, até que ponto esta noção de Nação Global é um atributo de consciência nacional. A literatura aponta no sentido de uma narrativa partilhada e difundida pelas elites políticas e intelectuais, tal como defendido nas páginas 97 e 98, desta investigação.

Concluimos por último que são vários os pontos de contato entre a Política Externa cabo-verdiana e a sua diáspora, cuja relação apelidamos de mutualismo relacional que se sustenta em fatos como: 1º os principais doadores externos pertencem a contextos no qual há uma presença expressiva da diáspora cabo-verdiana; 2º a representação diplomática está concebida em grande parte para fazer face às necessidades dos emigrantes no exterior, ainda que peca por escassa; e 3º reconhecimento por parte dos mecanismos institucionais do Estado e enunciados políticos da diáspora como instrumento de difusão identitária e fruição cultural. Por outro lado, ao que chama-mos intencionalmente de “petróleo cabo-verdiano”, para reforçar o sentido da comparação no contexto regional africano (p. 111), levantam-se desafios como: um maior engajamento cívico nas sociedades de acolhimento; incremento substancial na participação política nos momentos eleitorais do país de origem e incremento das iniciativas associativistas, na promoção cultural e dos laços transnacionais entre os espaços de circulação da diáspora.

#### V.I – Limitações e perspectivas de investigação futura

Na estratégia metodológica, já reconhecemos que o nosso estudo carece de voz, opinião e contributo pessoal dos emigrantes, dos membros da diáspora na primeira pessoa, algo que seria proveitoso, sobretudo para aferir em que medida há uma consciência nacional global? De que forma? Mediante a realização de entrevistas com várias gerações da diáspora, com cabo-verdianos da capital, de áreas urbanas e rurais. Todavia, estes eixos apontam para linhas de reflexão futura para além dos limites do presente estudo.

Uma outra perspectiva interessante para futuras investigações, prende-se com um estudo comparado que refletisse sobre as diferenças e o grau de aproximação aos

padrões identitários de Cabo Verde, enquanto terra-mãe, entre diásporas radicadas em diferentes destinos. Por exemplo: estudo comparado entre a diáspora radicada nos EUA e a diáspora cabo-verdiana presente em Portugal. Por tratar-se de uma coletividade heterógena, entendemos que seria importante traçar um perfil da diáspora cabo-verdiana, tendo como finalidade a identificação e avaliação das diferenças entre os países de acolhimento, e para que as políticas que advenham da análise desta informação possam, de alguma forma, complementar-se. Por outro lado, e com o desenvolvimento desta investigação, concluímos que a diáspora cabo-verdiana e os fluxos migratórios devem ser alvos de estudos aprofundados, até por uma questão de tentar colmatar a escassez de dados atualizados e a falta de material quantitativo (estatísticas e bases de dados) sobre os números relacionados com as migrações cabo-verdianas.

Finalizando, e porque ao longo da realização desta dissertação foram surgindo novas dúvidas, seria interessante perceber os efeitos das recentes vagas de imigração para o arquipélago (senegaleses e nigerianos), na estrutura social do país, que nos últimos anos têm desafiado os governos de Cabo Verde. Até porque não deixa de ser paradoxal, um país historicamente de emigrantes, deparar-se, atualmente, com os desafios da imigração

## Bibliografia

- ADLER, Emanuel - Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and Their Progress. In ADLER, Emanuel & CRAWFORD, Beverly [eds.] - *Progress in Post-war International Relations*. New York: Columbia University Press, 1991, pp. 43-88.
- ADLER, Emanuel & CRAWFORD, Beverly (eds.) - *Progress in Post-war International Relations*. New York: Columbia University Press, 1991.
- ADOGAMHE, Paul G. - African Foreign Policy: Integrating Political Economy and Decision Making Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline, Anne - *The Foreign Policies of The Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, pp. 79-97.
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E. - *Cabo Verde – Ficha de Mercado*. Lisboa: AICEP, 2015
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP - *From Fragility to Resilience – Managing Natural Resources in Fragile States in Africa*. Cote d’Ivoire: AfDBG 2016.
- ALDEN, Chris & ARAN, Amnon - *Foreign Policy Analysis – New approaches*. New York: Routledge, 2012.
- ALLISON, Graham T. & MORTON, H. Halperin - Bureaucratic politics: A paradigm and some policy implication. *World Politics*. Princeton: Princeton University Press. vol.24, n.º51 (1972), pp. 40-79.
- AMARAL, Ilídio do - Santiago de Cabo Verde, a terra e os Homens. *Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*. Edição 48. 1964. Volume 2.
- ANDRADE, Elisa Silva - *As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: L’Harmattan, 1995.

- ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth & TIFFIN, Helen - *The Empire Writes Back – Theory and practice in post-colonial literature*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York: Routledge, 2002.
- AXELROD, Robert - *Structure of Decision: The Cognitive Map of Political Elites*. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- BAGANHA, M.I. - *Portuguese Emigration to the United States, 1830-1930*. New York: Dissertations-Garland, 1990.
- BAKER, Bruce - Cape Verde: the most democratic nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*, vol.44, n.º4 (2006), pp. 493-511.
- BARBOSA, Freitas - *O Mundo Globalizado, Política, Sociedade e Economia*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BARROS, José de Borges – *Integração dos emigrantes no sistema político cabo-verdiano*. Lisboa:ISCTE, 2000. Tese de Mestrado em Estudos Africanos.
- BAUMAN, Zygmunt – Depois do Estado Nação, o quê? *In Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999, pp. 63-84.
- BAYART, Jean-François. - Africa in The World: The history of Transversion. *African Affairs*, vol. 99, n.º 395 (2000), pp. 217-267.
- BAYART, Jean-François - *L'Etat en Afrique: La Politique du Ventre*. Paris: Fayard, 1989.
- BEINE, Michel, DOCQUIER, Frédéric & OZDEN, Çağlar - Diasporas. *Journal of Development Economies*, vol. 95, n.º1 (2011), pp. 30-41.
- BOULDING, Kenneth E. - National Images and International Systems. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. III, n.º2 (June of 1959), pp. 120-131.
- BOULDING, Kenneth E. - *The Image: Knowledge in Life and Society*. Ann Arbor. MI: Arbor Paperbacks, 1956.

- BRAH, Avtar - *Cartographies of diaspora – contesting identities*. London and New York: Routledge, 1996.
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne, editor - *The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- BRECHER, Michael - *The Foreign Policy System of Israel: Settings, Images, Process*. New Haven, CT: Yale University Press, 1972.
- BROWN, William - Africa and international relations: a comment on IR theory, anarchy and statehood. *Review of International Studies*, vol. 32, n.º1 (2006), pp. 119-143.
- BRUNEAU, Michel. Espaces et territoires de diasporas. *L'Espace géographique*, vol. 23, n.º1, (1994), pp. 1-18.
- CARDOSO, Kátia - A Diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a diáspora e a Política Externa cabo-verdiana. In GÓIS, Pedro - *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ISBN, 2008, pp. 195-208.
- CARDOSO, Kátia - A Diplomacia Cabo-verdiana e a Diáspora (resumo). In COSTA, Suzano, CARVALHO, Francisco & TAVARES, Carlos [coord.] - *A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação – Actas do I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos*. Lisboa: AJIC, 2007.
- CARDOSO, Sorraia – A importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde. Braga: Universidade do Minho, 2011. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.
- CARDOSO, Kátia – *Cabo Verde e as suas “Ilhas Exteriores”*. Coimbra: Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2005.
- CARDOSO, Kátia - *Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde. A Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*. Lisboa: ISCTE, 2004. Tese

- de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África.
- CARDOSO, Kátia – Das Baleeiras ao *MILLENIUM CHALLENGE ACCOUNT*. Os desafios das Relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América. In - COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 507-528.
  - CARLING, Jørgen - Figuring Out The Cape Verdean Diaspora. *Cimboa*, vol. 4, n.º2 (1997), p. 3.
  - CARLING, Jørgen - *Policy challenges facing Cape Verde in the areas of migration and diaspora contributions to development*. Oslo: PRIO, 2008.
  - CARLSNAES, Walter - Foreign Policy in CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas & SIMMONS, Beth A. [Eds.] - *Handbook of International Relations*. London: Sage Publications, 2002, pp. 298-325.
  - CARPORASO, James - Dependence and Dependency in the Global System. *International Organization*, vol. 32, n.º1 (1978), pp. 1-12.
  - CARREIRA, António - *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. 2ª Edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
  - CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010.
  - CLAPHAM, Christopher - *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
  - CLAPHAM, Christopher - Degrees of statehood. *Review of International Studies*. British International Studies Association, vol. 24, n.º2 (1998), pp. 143-157.
  - CLIFFORD, James - Diasporas. *Cultural anthropology*. Centre of Cultural studies, Vol. 9, n.º3 (1994), pp. 311-12.

- COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 1st Edition. London and New York: Routledge, 1997.
- COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 2<sup>nd</sup> Edition. London and New York: Routledge, 2008.
- COHEN, Robin - New Roles For Diasporas in International Relations. *Diaspora*, vol. 14, n.º1, (2005), pp. 179-183.
- COHEN, Robin & VERTOVEC, Steven [eds.] - *Migration, diasporas, and transnationalism*. Northampton, Mass: Edward Elgar, 1999.
- CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA, Cidade de Mindelo, 2001. ÉVORA, Iolanda - *Cabo Verde e a Diáspora: diálogos, mobilidades, produtos e relações contemporâneas*. Lisboa: CESA, ISEG, 2011, pp. 1-9.
- CONSELHOS DE MINISTROS – Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011-2016), Praia: Governo de Cabo Verde, 2011
- CORNELISSEN, Scarlett, CHERU, Fantu & SHAW, Timothy M. [eds] - *Africa and international relations in the 21st century*. Springer: Palgrave Macmillan, 2016.
- COSTA, Suzano - A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. In SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo [Org.] - *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*. Praia: ISCJS, 2012, pp. 221-257.
- COSTA, Suzano - *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Tese de Mestrado.
- COSTA, Suzano & VARELA, Odair - Comunidade “Lusófona” ou Fictícia? Uma (Des) Construção da Narrativa Hegemónica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 529-552.

- COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014.
- CRASNOW, Sharon - The Role of Case Study Research in Political Science: Evidence for Causal Claims. *Philosophy of Science*, vol. 79, n.º5 (2012), pp. 655-666.
- DADDIEH, Cyril Kofie & SHAW, Timothy M. - The Political Economy of Decision-Making in African Foreign Policy Recognition of Biafra and the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA). *International Political Science Review*, vol. 5, n.º1 (1984), pp. 21-46.
- DAVID, Steven R. - *Changing Sides: Alignment and Realignment in the Third World*. Baltimore: MD, 1991.
- DAVIDSON, Basil - *O Fardo do Homem Negro: Os efeitos do Estado-Nação em África*. Porto: Campo de Letras, 2000.
- DE OLIVEIRA ALMADA, Maria Dulce. *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Mindelo: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961.
- DOS ANJOS, José Carlos Gomes - *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2002.
- DUNN, Kevin C. & SHAW, Timothy M. [eds.] - *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Basingstoke: Palgrave, 2001.
- EASTON, David - *The Political System*. New York: Knopf, 1953.
- ENGEL, Ulf & OLSEN, Gorm Rye - *Africa and the North: Between Globalization and Marginalization*. New York: Routledge, 2005.
- ÉVORA, Iolanda - A metáfora do Nacional. *Imaginário Magazine*. São Paulo. N.º7 (2001), pp. 273-288.

- ÉVORA, Iolanda – *Migration or Diaspora? Perceptions of the Cape Verdean Dispersion in the World?* Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, ISEG, Working Papers 115, 2013.
- FESTINGER, Leon - *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, California: Stanford University Press, 1957.
- FLYVBJERG, Bent - Five Misunderstandings About Case-Study Research. *Qualitative Inquiry*, vol. 12, n.º 2 (2006), pp. 219-245.
- FRANÇA, Luís [coord] - *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), 1992.
- FRANKEL, Joseph - *The Making of Foreign Policy: An Analysis of Decision-Making*. New York: Oxford University Press, 1963.
- FUKUYAMA, Francis - *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- GERRING, John - *Case Study Research: Principles Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GERRING, John - What is a Case Study and What is it Good For? *American Political Science Review*, vol. 98, nº2 (2004), pp. 341-354.
- GIBAU, Gina - Contested Identities: Narratives of Race and Ethnicity in Cape Verdean Diaspora. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 12, n.º3 (2005), pp. 403-438.
- GILPIN, Robert - *The Political Economy of International Relations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987
- GÓIS, Pedro - *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. ACID, IP: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de Mestrado em Sociologia.
- GÓIS, Pedro [coord.] - *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ISBN, 2008.

- GOMES, Isabel Brigham [coord.] - *Estudo da caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde, IESE/GEOIDEIA, 1999.
- GONÇALVES, Williams – Política Externa: Dimensões, Actores e Modelos. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 49-71.
- GRAÇA, Camilo – A Noção do “Pragmatismo” na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 267-283.
- GRAÇA, Camilo - *Estado e Democracia em África: O caso de Cabo Verde*. Praia: ISCJS, 2005.
- GRAÇA, Camilo - *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*. Praia: IIPC, 2007.
- HALL, Stuart - Cultural Identity and Diaspora. In RUTHERFORD, Jonathan [editor] - *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990, pp. 222-237.
- HALPERIN, Morton H., CLAPP, Priscilla & KANTER, Arnold - *Bureaucratic Politics and Foreign Policy*. Washington, DC: Brooking Institution, 1974.
- HARRIS, Joseph E. [ed.] - *Global dimensions of the African diaspora*. Washington D.C.: Howard University Press, 1993.
- HILL, Christopher - *The Changing Politics of Foreign Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2003.
- HUDSON, Valerie M. - *Foreign Policy Analysis - Classic and Contemporary Theory*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

- HUDSON, Valerie M. & VORE, Christopher S. - Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, Vol. 39, supplement 2 (Oct. 1995), pp. 209-238.
- HUNTINGTON, Samuel - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- JACKSON, Robert H. - *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- JANIS, Irving L. - *Victims of Groupthink: A psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes*. Oxford: Houghton Mifflin, 1972.
- JANIS, Irving L. & MANN, Leon - *Decision Making: A Psychological Analysis of Conflict, Choice, and Commitment*. New York: New York Free Press, 1977.
- JERVIS, Robert - *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.
- JOHNSON-ODIM, Cheryl – Unfinished Migrations: Commentary and Response. *African Studies Review* (Special Issue on the Diaspora), vol. 43, n.º1 (2000), pp. 51-53.
- JOSSELIN, Daphné & WALLACE, William - *Non-state Actors in World Politics: a Framework*. London: Palgrave Macmillan UK, 2001.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. - Power and Interdependence revisited. *International Organization*, vol. 41, n.º4 (1987), pp. 725-753.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph - *Power and Interdependence. World Politics in transition*. Third Edition. Boston: Little-Brown, 2001.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. - Transnational Relations and World Politics. *Political Science Quarterly*, Vol. 88, n.º1 (Mar., 1973), pp. 161-163.
- KOEHN, Peter H. & ROSENAU, James N. - Transnational Competence in an emergent Epoch. *International Studies Perspectives*, vol.3, n.º2 (2002), pp. 105-127.

- LAVIE, Smadar & SWEDENBURG, Ted - *Displacement, Diaspora and Geographies of Identity*. Durham, NC: Duke University Press, 1996.
- LEMKE, Douglas - African Lessons for International Relations Research. *World Politics*, vol. 56, n.º1 (2003), pp. 114-138.
- LESOURD, Michel - *État et Société aux îles du Cap-Vert: alternatives pour un petit État insulaire*. Paris: Karthala, 1995.
- LEVY, Jack - Prospect Theory and International Relations: Theoretical Applications and Analytical Problems. *Political Psychology*, vol.13, nº2 (1992), pp. 171-186.
- LIBERCIER, Marie-Hélène & SCHNEIDER, Hartmut - Les immigrés cap-verdiens aux Pays-Bas. *Les Migrants: partenaires par le développement*. Paris: Centre de Développement de l'OCDE, 1996.
- LONSDALE, John – Moral Ethnicity and Political Tribalism. In KAARSHOLM, Preben & HULTIN, Jan [eds.] - *Inventions and Boundaries: Historical and Anthropological Approaches to the study of Ethnicity and Nationalism*. Roskilde: Roskilde University, 1994, pp. 131-150.
- LYONS, Terrence & MANDAVILLE, Peter - *Diasporas in Global Politics*. Arlington: George Mason University, Centre for Global Studies, 2010.
- MACKIE, James Austin Copland - *Bandung 1955: non-alignment and Afro-Asian solidarity*. Singapore: Editions Didier Millet, 2005.
- MAMDANI, Mahmood - *Citizen and Subject: Contemporary Africa and The Legacy of Late Colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- MARIENSTRAS, R. – On the notion of diaspora. In GHALIAND, Gérard (ed.) - *Minority Peoples in the Age of Nation States*. [trans. By A. Berret]. London: Pluto, 1989, pp. 120-132.

- MEEHAN, Eugene J. - *The Foundations of Political Analysis: Empirical and Normative*. Ontario: Inwin-Dorsey Press, 1971.
- MEINTEL, Deirdre - Transnationalité et renouveau de la vie festive capverdienne aux États-Unis. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 16, n.º2 (2000), pp. 70-90.
- MITTELMAN, James H. [ed.] - *Globalization: critical reflections*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1996.
- MOHAN, Giles – Diaspora and Development: The Black Atlantic and African Transformation. In ROBINSON, Jenny – *Displacements and Development*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 77-139.
- MOHAN, Giles and ZACK-Williams, Alfred - Globalisation from below: conceptualising the role of the African diasporas in Africa's development. *Review of African Political Economy*, vol. 29, n.º92 (2002), pp. 211–236.
- MONTEIRO, César Augusto - *Recomposição do espaço social cabo-verdiano*. Sem localização: Edição do autor, 2001.
- MORAVCSIK, Andrew - Introduction: Integrating International and Domestic Theories of International Bargaining. In EVANS, Peter B., JACOBSON, Harold K. & PUTNAM, Robert D., [eds.] - *Double-Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics*. Berkeley, CA: University of California Press, 1993, pp. 3-42.
- MOREAU DEFARGES, Philippe - *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2013.
- MOREIRA, Adriano – Ligação de Cabo Verde à Europa. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair [Org.] - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 285-287.
- MORGENTHAU, Hans J. - *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*. 1<sup>st</sup> Edition. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

- MULLER, Harald & RISSE-KAPPEN, Thomas - From the Outside In and from the Inside Out: International Relations, Domestic Politics, and Foreign Policy. *In* SKIDMORE, David & HUDSON, Valerie M. [eds.] - *The Limits of State Autonomy: Societal Groups and Foreign Policy Formulation*. Boulder, CO: Westview Press, 1993, pp. 25-48.
- NEGRÃO, José – *O contributo dos Cientistas Sociais africanos*. Intervenção na Sessão de Enceramento do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 18 de Setembro de 2004, pp. 1-3.
- OKPEWHO, Isidore; DAVIES, Carole Boyce & MAZRUI, Ali Al'Amin - *The African Diaspora: African origins and new world identities*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- ØSTERGAARD-Nielsen, Eva - Diaspora in World Politics. *In* JOSSELIN, Daphné & WALLACE, William - *Non-state Actors in World Politics: a Framework*. London, Palgrave Macmillan UK, 2001 pp. 218-231
- ØSTERGAARD-Nielsen, Eva - The Politics of Migrants' Transnational Political Practices. *International Migration Review*, vol. 37, n.º3 (2003), pp. 760–786.
- PAPASTERGIADIS, Nikos - *The Turbulence of Migration: Globalization, Deterritorialization and Hybridity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- PAOLINI, Albert - The Place of Africa in Discourses about the Postcolonial, the Global and the Modern. *New Formations*, vol. 31, n.º1 (1997), pp. 83-106.
- PATTERSON, Tiffany Ruby & KELLEY, Robin DG. - Unfinished Migrations: Reflections on the African Diaspora and the Making of the Modern World. *African Studies Review* (Special Issue on the Diaspora), vol. 43, n.º1 (2000), pp. 11-45.
- PFALTZGRAFF, Robert Jr. & DOUGHERTY, James E. - *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- PORTES, Alejandro - *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

- PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO – 20 anos da Constituição Cabo-verdiana (1992-2012): Liberdade, Democracia e Desenvolvimento. Lisboa, CULTURGEST, Sábado, 6 de Outubro de 2012.
- PUTNAM, Robert D. - Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, vol. 42, nº3 (1988), pp. 427-460.
- QUIJANO, Aníbal - Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo [org.] – *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 201-246.
- RHODES, Edward - Do Bureaucratic Politics Matter? *World Politics*, vol. 47, nº1 (1994), pp. 1-41.
- RISSE-KAPAN, Thomas – *Bringing Transnational Relations back in - Non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROSENAU, James N. - Pre-theories and Theories of Foreign Policy. In FARREL, R. Barry [editor] - *Approaches to Comparative and International Politics*. Evanston, IL: North-western University Press, 1966, pp. 27–92.
- SAADER & SEN, Somnath - Disarmament, Development and Military Expenditure. *Disarmament review*. United Nations Organization, vol. 13, nº3 (1990) pp. 275-307.
- SAFRAN. William - Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol. 1, nº1 (1991), pp. 83-99.
- SAINT-MAURICE, Ana - *Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*. Lisboa: Celta (ISCTE), 1997. Tese de Doutoramento em Sociologia.
- SCHRODT, Philip A. - Event Data in Foreign Policy Analysis. In NEACK, Laura et al. [eds.] - *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey: Prentice Hall, 1995, pp. 145-166.

- SEMINÁRIO AS RELAÇÕES EXTERNAS DE CABO VERDE: O CASO DA UNIÃO EUROPEIA, Cidade da Praia, 13 e 14 de Dezembro de 2002. RAMOS, Arnaldo Andrade – *A inserção da diáspora cabo-verdiana no espaço europeu: implicações nas relações UE – Cabo Verde*. Praia, 2002.
- SERBIN, Andrés - Consenso Político e Integração na Bacia do Caribe: O Grupo dos Três e a Associação de Estados do Caribe. *Contexto Internacional*, vol. 17, n.º1 (1995), pp. 7-22.
- SERBIN, Andrés – Latin American Foreign Policies: Incorporating Civil Society Perspectives. In WAGNER-Braveboy, Jacqueline Anne - *The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, pp. 99-124.
- SIMON, Herbert A. - Human Nature in Politics: The Dialogue of Psychology with Political Science. *American Political Science Review*, vol. 79, n.º2 (1985), pp. 293-304.
- SIMON, Herbert A. - *Models of Bounded Rationality*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.
- SHATZBERG, Michael G. - *Political Legitimacy in Middle Africa: Father, Family, Food*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim - *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York: Oxford University Press, 2008.
- SNYDER, Richard C., BRUCK, H. W. & SAPIN, Burton - *Decision Making as an Approach to the study of International Politics*. Princeton: Organizational Behaviour Section, Princeton University, 1954.
- SPROUT, Harold & SPROUT, Margaret - *Man-Millieu Relationship Hypotheses in the context of International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1956.

- SPROUT, Harold & SPROUT, Margaret - *The Ecological Perspective on Human Affairs with special reference to International Politics*. Princeton: Princeton Centre of international Studies, Princeton University Press, 1965.
- TARRIUS, Alain, COSTA-LASCOUX, Jacqueline & HILY, Marie-Antoinette - Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 17, n.º2 (2001), pp. 37-61.
- TAVARES, Adilson - *A importância da Política Externa no processo de desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – especialização em Relações Internacionais.
- TAYLOR, Ian & WILLIAMS, Paul - *Africa in International Politics: External Involvement in the continent*. New York: Routledge, 2004.
- TOLENTINO, Corsino - *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: Edição Alto Comissariado para a imigração e o diálogo intercultural, 2008.
- TOLENTINO, André Corsino - *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Educação Comparada. Universidade de Lisboa
- VARELA, Odair – Crítica da Razão Estatal. In COSTA, Suzano, DELGADO, José Pina & VARELA, Odair (Org.) - *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re) Leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 2014, pp. 15-47.
- VARELA, Odair - *Para além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estrados “frágeis”, “falhados” ou “colapsados”*. Coimbra: FEUC, 2005. Tese de Mestrado em Sociologia.
- VAZ, Alcides Costa - *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: Ibri, 2002.

- VI ANNUAL CONFERENCE OF PROJECT METROPOLIS INTERNATIONAL, “Paths & Crossroads: moving people, changing places”, Lisbon, 2nd-6th of October 2006.
- VIOTTI, Paul R. & KAUPPI, Mark V. - *International Relations Theory, Realism, Pluralism, Globalism*. 2<sup>nd</sup> Edition. London: Macmillan Publishing Company, 1993.
- WALVIN, James - *Uma História da Escravatura*. [tradução de Jorge Palinhos] Lisboa: Tinta-da-china, 2008.
- WEBER, Max - *Economy and Society: An Outcome of Interpretative Analogy*. [Ed. Por Guenther Roth and Claus Wittich], vol. 2, Berkeley: University of California Press, 1978.
- WEBER, Max et al. - *Politics as a Vocation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.
- WELDES, Jutta - *Constructing National Interests: The United States and The Cuban Missiles Crisis*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1999.
- WRIGHT, Stephen - *African Foreign Policies*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.
- WUNDERLICH, Daniel - Towards Coherence of EU External Migration Policy? Implementing a Complex Policy. *International Migration*, vol. 51, n.º6 (2013), pp. 26-40.
- YOUNG, Crawford - *The Politics of Cultural Pluralism*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1976.
- ZACK-Williams, Alfred – African Development and African Diaspora: Separate concerns? *Review of African Political Economy*, vol. 22, n.º65 (1995), pp. 349-358.

## Páginas Web

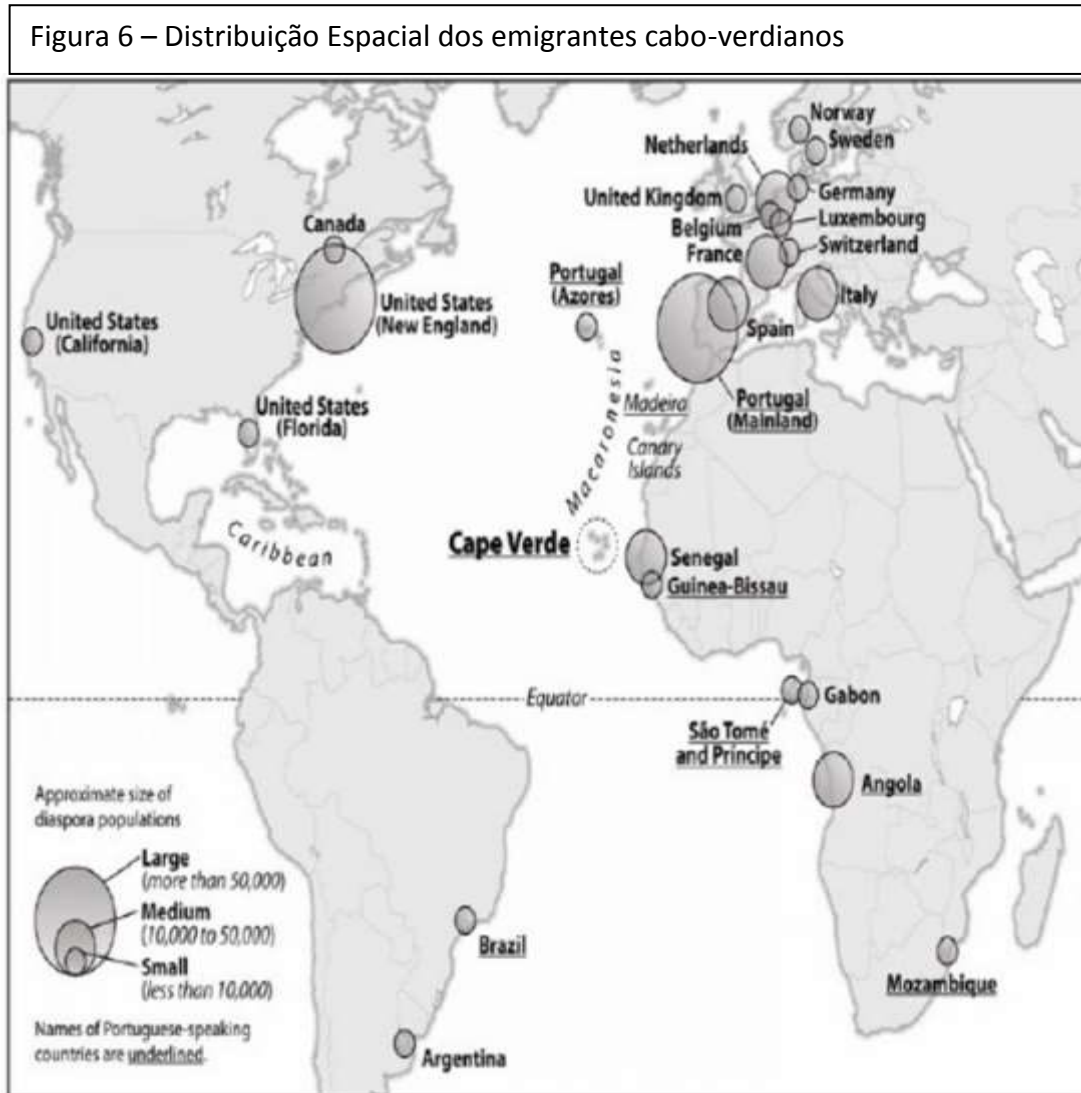
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E. *Cabo Verde ficha de mercado* [em linha]. Lisboa, AICEP, atualizado 2016. [consult. 25 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.http://www.portugalglobal.pt/pt/biblioteca/livrariadigital/caboverdefichamercado.pdf>>.
- GOVERNO DE CABO VERDE – *Programa de Governo da IX Legislatura* [em linha]. Praia, Gov CV, atualizado 2016. [consult. 22 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL[http://www.http://www.governo.cv/images/Programa\\_do\\_Governo\\_da\\_IX\\_Legislatura\\_2016-2021.pdf](http://www.http://www.governo.cv/images/Programa_do_Governo_da_IX_Legislatura_2016-2021.pdf)>.
  - MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA – *Movimento para a Democracia* [Em linha]. Praia: Mpd, atualizado 2016. [consult. 10 ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.http://mpd.cv/wp-content/uploads/2015/10/Balanço-do-anos-90.pdf>>.
  - NÚCLEO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO – *Porton di nos Ilhas* [em linha]. Praia: NOSI – E.P.E., atualizado em 2016. [consult. 12 ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.https://portondinosilhas.gov.cv/portonprd/porton.portoncv?p=CEA6C9B9CBC4CECCDCBC9C4C4>>.
  - NÚCLEO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO – *Porton di nos Ilhas* [em linha]. Praia: NOSI – E.P.E., atualizado em 2016. [consult. 12 ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.https://portondinosilhas.gov.cv/images/igrportal/img/documentos/1D1F38270D252D9FE053E600040AE293.pdf>>.
  - PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE – *Plataforma Eleitoral* [em linha]. Praia, PAICV, atualizado 2015. [consult. 10 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL[http://www.http://paicvapp.com/backofficefull/plataforma/Plataforma\\_01AF.pdf](http://www.http://paicvapp.com/backofficefull/plataforma/Plataforma_01AF.pdf)>.
  - PÚBLICO– *Cabo Verde o país que tem mais gente fora do que dentro* [em linha]. Lisboa, Público, atualizado 2016. [consult. 11 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-pais-que-tem-mais-gente-fora-do-que-dentro-1700904>>.

- UNITED NATIONS IN CAP VERDE – *Delivering as one* [em linha]. Praia, UNCV, atualizado 2016. [consult. 11 de ago. 2016] Disponível na Internet <URL<http://www.un.cv/deliveringasone-pt.php>>.

-

## ANEXO(S)

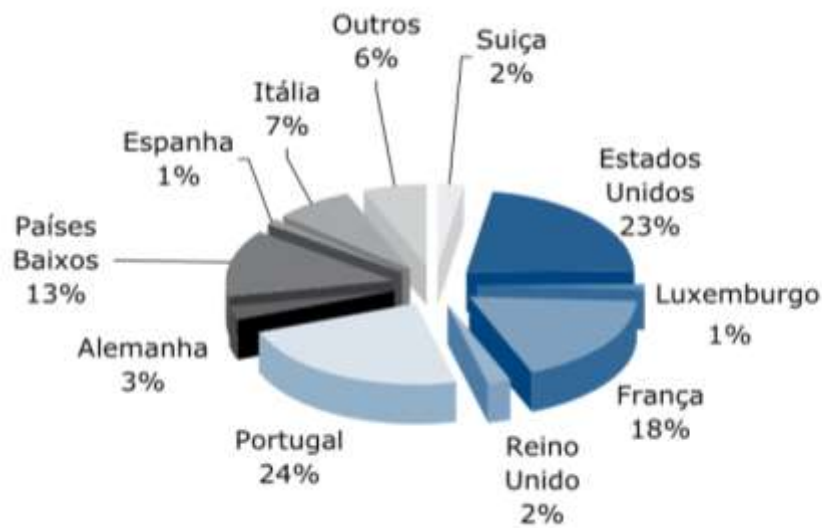
### I. Dispersão Geográfica da população cabo-verdiana



In CARLING, Jørgen - *Policy challenges facing Cape Verde in the areas of migration and diaspora contributions to development*. Oslo: PRIO, 2008.

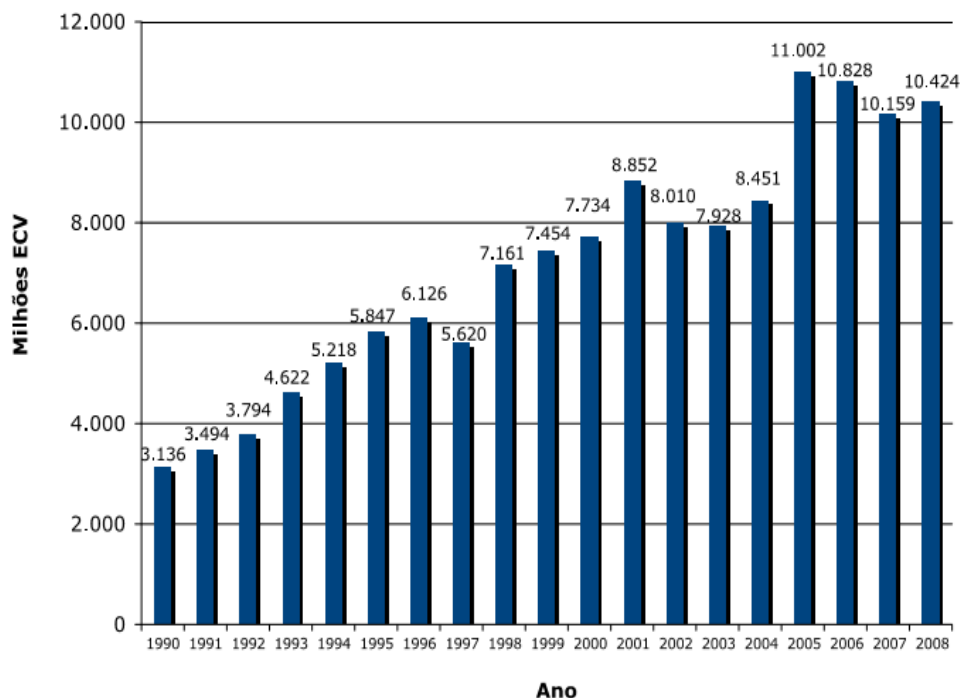
## II. Remessas dos Imigrantes – Volume

Figura 7 – Volume de remessas por país – 1990-2008



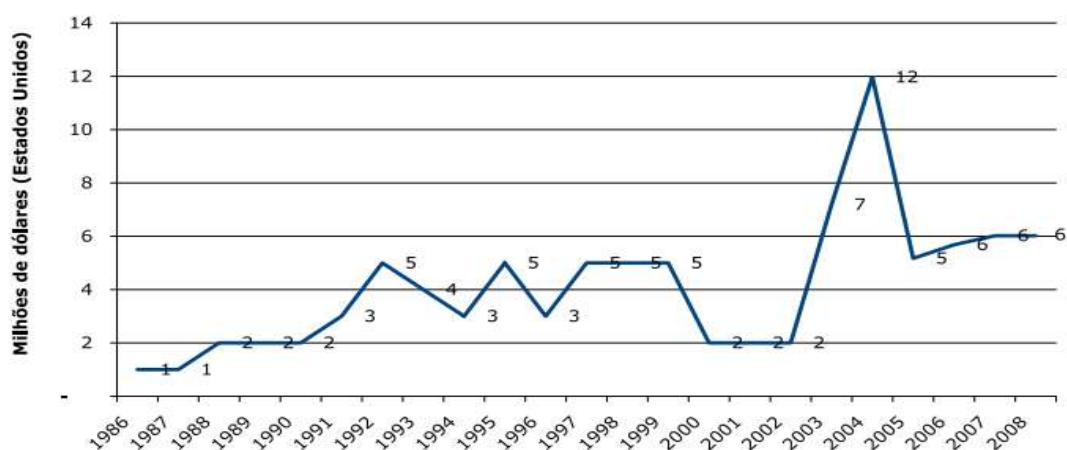
In Banco de Cabo Verde citado por: CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010, p. 60.

Figura 8 – Evolução do volume de remessas em milhões de escudos - 1990-2008



In Banco de Cabo Verde citado por: CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010, p. 59.

Figura 9 – Evolução das remessas de emigrantes em milhões de dólares - 1986-2008



In Banco de Cabo Verde citado por: CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010, p. 45.

Figura 10 – Remessas de emigrantes por país de origem (divisas), milhões de escudos cabo-verdianos

	2007	2008	2009	2010		
				<b>Os 3 primeiros países</b>	<b>volume</b>	<b>Crescimento %</b>
Estados Unidos	1.672,9	1.474,9	1.537,2	Estados Unidos	1.683,3	9,5
Holanda	1.039,3	1.206,9	924,6	França	2.354,9	5,5
França	2.253,6	2.276,6	2.232,1	Portugal	3.195,1	3,4
Itália	698,5	713,9	663,7			
Alemanha	140,1	145,6	131,7			
Portugal	3.094,1	3.138,9	3.089,2			
Reino Unido	223,3	254,9	314,8			
Suíça	199,3	242,1	273,0			
Angola	31,2	52,7	33,3			
Luxemburgo	246,7	294,1	311,1			
Espanha	334,5	353,1	415,4			
Outros	225,6	270,5	268,3			
<b>Total</b>	<b>10.159,0</b>	<b>10.424,3</b>	<b>10.194,0</b>	<b>Total</b>	<b>10.333,4</b>	<b>1,4</b>

In Banco de Cabo Verde

### III. Critérios de definição de uma Diáspora

Figura 11 – Elementos constitutivos de uma diáspora, segundo Robin Cohen

“However, he maintained that the concept of a diaspora can be applied when members of an ‘expatriate minority community’ share several of the following features:

- They, or their ancestors, have been dispersed from an original ‘center’ to two or more foreign regions;
- they retain a collective memory, vision or myth about their original homeland including its location, history and achievements;
- they believe they are not – and perhaps can never be – fully accepted in their host societies and so remain partly separate;
- their ancestral home is idealized and it is thought that, when conditions are favorable, either they, or their descendants should return;
- they believe all members of the diaspora should be committed to the maintenance or restoration of the original homeland and to its safety and prosperity; and
- they continue in various ways to relate to that homeland and their ethnocommunal consciousness and solidarity are in an important way defined by the existence of such a relationship.”

COHEN, Robin - *Global Diasporas: An Introduction*. 2<sup>nd</sup> Edition. London and New York: Routledge, 2008, p. 6.

#### IV. A Diáspora no espaço entre lugares – espaço transnacional

Figura 12 – Práticas transnacionais dos emigrantes cabo-verdianos		
	Migrantes cabo-verdianos	
	Individuais/Familiares	Coletivas
<b>Esfera Económica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envio de remessas e investimento (habitação, negócios e terrenos;</li> <li>- Envio de bens diversos;</li> <li>- Empréstimos de âmbito familiar;</li> <li>- Depósitos bancários no país de origem;</li> <li>- Envio de bilhetes de avião ou ajuda na sua aquisição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização de festas religiosas;</li> <li>- Festivais de música.</li> </ul>
<b>Esfera social-cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção do uso da língua materna (crioulo cabo-verdiano);</li> <li>- Consumo da música cabo-verdiana;</li> <li>- Emigração e retorno;</li> <li>- Visitas regulares;</li> <li>- Associativismo (cooperação e intercâmbio);</li> <li>- re-emigração;</li> <li>- Visitas aos parentese conterrâneos em países terceiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Circulação de músicos e de música;</li> <li>- Estruturação e desenvolvimento do crioulo;</li> <li>- Circulação de escritores e literatura;</li> <li>- Criação de editoras musicais;</li> <li>- Organização e participação em torneios desportivos;</li> <li>- Casamentos mistos.</li> </ul>
<b>Esfera política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação eleitoral;</li> <li>- Participação esporádica em actividades políticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Circulação de candidatos às eleições de Cabo Verde (círculos de emigração);</li> <li>- Organização exterior dos partidos de Cabo-Verde;</li> <li>- Organização dos congressos dos quadros na diáspora.</li> </ul>
<b>Esfera Informação/Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contactos pessoais na internet (e-mail, programas tipo <i>Messenger</i>);</li> <li>- Criação de sites, blogues, etc.;</li> <li>- Utilização de espaços de intercâmbio ( Youtube, my space, etc.);</li> <li>- Correspondência, telefonemas e envios de sms;</li> <li>- Procura de ligações ancestrais.</li> </ul>	

*In GÓIS, Pedro - Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana. Lisboa: ISBN, 2008, p. 100.*

## V. Aquisição de Nacionalidade cabo-verdiana

Figura 13 – Aquisição de Nacionalidade cabo-verdiana, segundo os dez principais países de nacionalidade de origem, 1997-2008

País de nacionalidade de origem	Nº de indivíduos	%
Guiné-Bissau	123	18,1
Portugal	65	9,5
Senegal	65	9,5
Nigéria	64	9,4
Cuba	51	7,5
China	44	6,5
Itália	27	4,0
Guiné Conacri	21	3,1
França	20	2,9
Rússia	20	2,9
Outros	181	26,6
<b>Total</b>	<b>681</b>	<b>100</b>

CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010, p. 34.

## VI. A problemática dos deportados em números

Figura 14 - Cabo-verdianos repatriados, 1992 a 2008

Ano	Nº repatriados	%
1992	5	0,5
1993	0	0,0
1994	61	6,7
1995	12	1,3
1996	42	4,6
1997	65	7,1
1998	81	8,9
1999	62	6,8
2000	40	4,4
2001	40	4,4
2002	67	7,4
2003	44	4,8
2004	68	7,5
2005	68	7,5
2006	61	6,7
2007	128	14,1
2008	66	7,3
<b>Total</b>	<b>910</b>	<b>100</b>

CARVALHO, Francisco Avelino [org.] – *Migração em Cabo Verde – Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM, 2010, p. 103.

## VII. O quadro das debilidades económicas

Figura 15 – Principais indicadores macroeconómicos

\*a – valores atuais; b- previsões

	Unidade	2012 <sup>a</sup>	2013 <sup>a</sup>	2014 <sup>a</sup>	2015 <sup>b</sup>	2016 <sup>b</sup>	2017 <sup>b</sup>
População	Milhares	506	512	518	525	531	538
PIB a preços de mercado	10 <sup>6</sup> USD	1 752	1 838	1 871	1 641	1 747	1 877
PIB <i>per capita</i>	USD	3 463	3 589	3 584	3 127	3 288	3 488
Crescimento real do PIB	%	1,2	1,0	2,7	2,2	2,5	n.d.
Formação bruta de capital fixo	% do PIB	40,3	39,6	37,6	40,7	41,6	44,0
Taxa de inflação	%	2,5	1,5	-0,2	0,3	1,3	2,5
Saldo do sector público	% do PIB	-10,0	-9,4	-7,6	-6,6	-6,8	n.d.
Dívida externa	% do PIB	87,1	96,1	108,2	118,8	117,5	115,1
Saldo da balança corrente	10 <sup>6</sup> USD	-220,2	-90,2	-142,4	-115,8	-132,5	-152,0
Saldo da balança corrente	% do PIB	-12,6	-4,9	-7,6	-9,7	-6,6	-8,1
Taxa de câmbio (média)	1USD=xCVE	85,8	83,1	83,1	83,1	97,6	n.d.
Taxa de câmbio (média)	1EUR=xCVE	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3

*In* The Economist Intelligence Unit (EIU); FM citado por AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E. – *Cabo Verde – Ficha de Mercado*. Lisboa: AICEP, 2015, p. 6.

## VIII. Destinos migratórios dos emigrantes cabo-verdianos

Figura 16 - Emigrantes cabo-verdianos por país de acolhimento

País de acolhimento	Número	Principais ilhas de origem
EUA	264.900	Fogo, Brava, St.º Antão, S. Nicolau
Argentina	5.200	St.º Antão, S. Vicente
Brasil	3.000	St.º Antão, S. Vicente
Canadá	3.000	S. Vicente
<b>Total América</b>	<b>273.400</b>	<b>Fogo, Brava, S. Antão, S. Nicolau e S. Vicente</b>
Angola	45.000	Santiago, St.º Antão
Senegal	25.000	Santiago, S. Vicente
São Tomé e Príncipe	20.000	Santiago, St.º Antão
Guiné-Bissau	2.000	Santiago
Gabão	200	Santiago
<b>Total África</b>	<b>93.200</b>	<b>Santiago, St.º Antão e S. Vicente</b>
Portugal	80.000	Santiago, S. Vicente, St.º Antão
França	25.000	Santiago, S. Vicente, St.º Antão
Holanda	16.500	S. Nicolau, Santiago, SV, SA, Sal, Maio
Espanha	12.000	S. Nicolau, Santiago
Itália	10.000	S. Nicolau, SA, B. Vista, S. Vicente
Luxemburgo	3.000	Santiago, St.º Antão
Suíça	2.000	Santiago, St.º Antão, B. Vista
Bélgica	800	S. Nicolau
Suécia	800	S. Nicolau, S. Vicente
Alemanha	700	S. Nicolau
Noruega	300	S. Vicente, St.º Antão
<b>Total Europa</b>	<b>151.180</b>	<b>Todas as ilhas</b>
<b>Total Emigrantes (2000)</b>	<b>517.780</b>	<b>Todas as ilhas (1998)</b>
<b>Total Residentes (2000)</b>	<b>434.812</b>	<b>Todas as ilhas (2000)</b>

Fonte: Instituto das Comunidades citado por TOLENTINO, André Corsino. *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Educação Comparada. Universidade de Lisboa, p. 252.

## **IX. Acordos/ Convenções de Emigração**

### **ACORDOS/CONVENÇÕES/ PROTOCOLOS**

#### **I – GERAIS**

1. **Declaração Conjunta de Princípios em Matéria de Emigração.**
2. **Decisão com força de Lei, n.º 15/76, de 6 de Julho, BO n.º 27, Supl. – Acordo Geral sobre migração;**
3. **Resolução n.º 46/V/97, de 17 de Junho, BO n.º 23 – Aprova para Ratificação a Adesão de CV à Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias;**
4. **Decisão com força de Lei, n.º 20/79, de 1 de Setembro, BO n.º 35 - Acordo Geral sobre Migração entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;**
5. **Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro, BO n.º 47, Supl. –**
6. **Decreto n.º 7/97 de ..., BO n.º 14 – Aprova o protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para Prestação de Trabalho em Portugal;**
7. **Decreto n.º 77/85, de 27 de Julho, BO n.º 30 – Convenção de Nova Iorque sobre a Cobrança de Alimentos no Estrangeiro;**
8. **BO n.º 38, de 18 de Agosto de 82 - Acordo sobre a Cobrança de Alimentos em Portugal;**
9. **Decreto nº 1/2009, BO nº 3, I serie, de 19/01/09 - Aprova a Convenção Relativa a Supressão da Exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros.**
10. **Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, BO nº 25, I Serie, de 06/07/2010 - Torna público a aderência de Cabo Verde a "Convenção relativa a supressão da exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros".**

11. **Resolução n.º 105/VIII/2014, de 23 de Maio** - ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA - CV - **ANGOLA** - B. O. n.º 35, I Série, de 23 de Maio de 2014
12. **Resolução n.º 106/VIII/2014, de 23 de Maio** - ACORDO SOBRE A FACILITAÇÃO DA EMISSÃO DE VISTOS DE CURTA DURAÇÃO - CV – **UNIÃO EUROPEIA** - B. O. n.º 35, I Série, de 23 de Maio de 2014
13. **Resolução n.º 107/VIII/2014, de 23 de Maio** - ACORDO RELATIVO À READMISSÃO DE PESSOAS QUE RESIDEM SEM AUTORIZAÇÃO - CV – **UNIÃO EUROPEIA** - B. O. n.º 35, I Série, de 23 de Maio de 2014
14. **Decreto n.º 1/2009, de 19 de Janeiro de 2009**: Aprova a Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos **Actos Públicos Estrangeiros**, B.O Série n.º 3, de 19 de Janeiro de 2009.
15. **Decreto n.º 2/2009, de 19 de Janeiro de 2009**: Aprova o Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o **Fundo Africano de Desenvolvimento**. B.O Série n.º 3, de 19 de Janeiro de 2009.
16. **Decreto n.º 4/2009, de 18 de Maio de 2009**: Aprova o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o **Governo da República Francesa** relativo à Gestão Concertada dos Fluxos Migratórios e do Desenvolvimento Solidário. B.O. I.S. n.º 20 de 18 de Maio de 2009.

## II – RELAÇÕES CONSULARES

17. **Decisão com força de Lei, n.º 5/78, de 27 de Maio, BO n.º 21** - Acordos de Cooperação Consular com **Portugal**;
18. **Decreto n.º 108/85, de 11 de Setembro, BO n.º 36, Supl.** - Acordos de Cooperação Consular com **Portugal**;
19. **Decisão com força de Lei n.º 7/77, de 21 de Maio, BO n.º 21** – Ratifica a Convenção Consular entre Cabo Verde e **URSS**;
20. **Decisão com força de Lei n.º 9/79, de 5 de Maio, BO n.º 18** – Ratifica a Convenção Consular celebrado entre a **República Democrática Alemã** e a República de Cabo Verde;
21. **Lei n.º 84/III/90, de 29 de Junho. BO n.º 25** – **Convenção de Viena** sobre Relações Consulares;

22. **Decreto n.º 1/95, de 29 de Maio, BO n.º 17** – Convenção relativa à Emissão de Certidões Multilingues de Actos de Registo Civil, assinada em **Viena** em 8 de Setembro de 1976;
23. **Decreto nº 7/97, BO I serie de 14/04/97** - Aprova o Protocolo entre a Republica de Cabo Verde e a Republica **Portuguesa** sobre a Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal.
24. **Decreto n.º 8/97, de 14 de Abril, BO n.º 14** – Aprova o Protocolo sobre a Cooperação no Domínio da Representação Diplomática e Consular assinado com **Portugal**;
25. **Portaria nº 29/2001, de 09/07/01** - Transfere o Livro Especial de Assento de Registo dos Regressados de **Angola e Timor**, da Conservatória do Registo Civil da Praia e da Conservatória dos Registos de S. Vicente para a Conservatória dos Registos Centrais.
26. **Resolução nº 8/04, de 03/05/2004** - Declara o ano de 2004 como sendo **Ano do Emigrante Cabo-verdiano**.
27. **Decreto nº 44428/65, de 13/03/65** - Estabelece as normas relativas ao condicionamento da **emigração**.
28. **Decreto-Lei nº 44427/65, de 13/03/65** - Define as bases gerais do regime de emigração em **Portugal** - Revoga o Decreto nº 5624 com excepção do artigo 27º o Decreto nº 5886, com excepção do artigo 68º o Decreto nº 34330 o Decreto-Lei nº 36199 e o artigo 30º do Decreto nº 39794.
29. **Decreto-Lei nº 347/70, BO I Serie, DE 24/07/71**- Atribui competência aos postos consulares **portugueses** para receberem a importância das multas que os contraventores a que se refere o nº 1 do art.1 do DL nº 49 400 (emigração clandestina) queiram pagar voluntariamente, aos quais emitirão um passaporte ordinário - Da nova redacção...
30. **Portaria nº 19 270, de 11/08/62** - Manda publicar nas províncias ultramarinas, para nas mesmas ter execução, varias disposições legislativas sobre a **migração clandestina**.
31. **Portaria nº 643/74, de 02/11/74** - Torna extensivo as províncias ultramarinas o Decreto-Lei nº 419/74, de 7 de Setembro, com excepção dos artigos 5º e 6º.

32. **Decreto-Lei nº 48 783, de 29/11/69** - Concede o benefício da amnistia ao crime de emigração clandestina previsto no nº 4º do artigo nº 85º do Decreto-Lei nº 39 749, com a reacção dada pelo Decreto-Lei nº 43 582 e no artigo 3º do Decreto-Lei nº 46 939;
33. **Decreto n.º 9/95, de 29 de Dezembro, BO n.º 45** - Acordo de Cooperação Consular entre os „Cinco“;
34. **Lei n.º 84/III/90, de 7 DE Julho, BO n.º 27** – Autoriza a Adesão de Cabo Verde à **Convenção de Viena** sobre Relações Consulares.
35. **Decreto nº 7/95, BO nº 28, I serie, de 28/08/95** - Aprova o Acordo contendo a Ementa nº 1 do Acordo de suspensão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço entre os Governos da Republica de **Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tome e Príncipe e Moçambique**.  
OBS: **Rectificado** no BO nº 31 de 18/09/95.
36. **Decreto nº 8/95, BO nº 45, 3º Supl., I Serie, de 29/12/95** - Aprova o acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o Governo da Federação da **Rússia**.
37. **Decreto nº 3/2001, BO nº 23, I serie, de 30/07/01** - Aprova o Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os **Países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**.
38. **Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, BO nº 39, I Serie, de 29/09/62** - Torna público ter sido concluído em Lisboa um Acordo entre o Governo Português e Brasileiro sobre vistos em passaporte comum.  
OBS: Ver a Portaria nº 19 336/62, do referido BO nº 39, de 29.9.
39. **Decreto nº 24/97, BO nº 41, I serie, de 27/10/97** - Aprova o Acordo de supressão de vistos entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o Governo da Republica de **Angola**.
40. **Decreto-Lei nº 11/98, BO nº 42, I serie, de 16/11/98** - Aprovando o acordo sobre a supressão de vistos entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o Governo de **Hong Kong**.
41. **Decreto nº 12/2003, BO nº 43, I serie, de 28/12/03** - Aprova o Acordo sobre a Convenção de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas dos **Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**.
42. **Decreto nº 13/2003, BO nº 43, I serie, de 28/12/03** - Aprova o Acordo sobre estabelecimento de requisitos comuns máximos para a instrução de vistos de curta duração para os cidadãos da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**.

43. **Decreto nº 15/2003, BO nº 43, I serie, de 28/12/03** - Aprova o Acordo sobre concessão de visto temporário para tratamento medico a cidadãos da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**.
44. **Decreto nº 79/82, BO nº 35, I Serie, de 28/08/82** - Aprova, nos termos do artigo 75º nº 1, alínea g) da Constituição, o acordo sobre a supressão de vistos entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o **Governo da Republica de Cuba**.
45. **Aviso inserido no BO n.º 12, II S. de 21 de Março de 1994** – Acordo de Supressão de vistos com a **África do Sul**;

### III - SEGURANÇA SOCIAL

46. **Decreto nº 3/97, BO nº 7, I serie, de 24/02/97** - Aprova a Convenção entre a Republica de Cabo Verde e o **Reino dos Países Baixos**, relativa a revisão da Convenção de Segurança Social.
47. **Decreto nº 6/2001, BO nº 24, I serie, de 06/08/01** - Aprova a Convenção com vista a substituição da Convenção sobre Segurança Social entre a Republica de Cabo Verde e o **Governo da Republica Portuguesa**, assinado em Março de 2001.
48. **Decreto nº 147/90, BO nº 51, Supl., I serie, de 22/12/1990** - Aprova a convenção sobre a Segurança Social entre a Republica de Cabo Verde e o **Grão Ducado do Luxemburgo**.
49. **Decreto nº 148/90, BO nº 51, Supl., I serie, de 22/12/1990** - Aprova o Acordo Administrativo Relativo as modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social entre a Republica de Cabo Verde e o **Grão Ducado do Luxemburgo**.
50. **Decreto nº 150/90, BO nº 51, Supl., I serie, de 22/12/1990** - Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a Republica de Cabo verde e o **Reino da Suecia**.
51. **Decreto nº 151/90, BO nº 51, Supl., I serie, de 22/12/1990** - Aprova o Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o **Reino da Suécia**.
52. **Decreto nº 169/87, BO nº 52, 10º supl., I serie, de 31/12/1987** - Aprova o Acordo Administrativo relativo as modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social entre o Governo da Republica de Cabo Verde e o Governo da **República Italiana**.

53. **Decreto nº 98/84, BO nº 40, Supl. I serie, de 10/10/1984** - Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o **Reino dos Países Baixos**.
54. **Decreto nº 98/84, BO nº 43, I serie, de 27/10/1984** - Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a Republica de Cabo Verde e o **Reino dos Países Baixos**.
55. **Decreto nº 131/88, BO nº 53, 6º Supl., I serie, de 31/12/1988** - Aprova o Acordo Administrativo relativo as modalidades de aplicação da Convenção Geral de Segurança Social entre o Governo da República de Cabo Verde e o **Governo da República Francesa**.
56. **Decreto nº 83/86, BO nº 50, I Serie, de 13/12/1986** - Aprova a Convenção nº 118 relativa a **igualdade de tratamento dos nacionais e dos estrangeiros** em matéria de Segurança Social.
57. **Decreto nº 98/85, BO nº 34, I Serie, de 24/08/1985** - Aprova o Acordo Administrativo Geral relativo as modalidades de aplicação da Convenção sobre Segurança Social, entre a República de Cabo Verde e a **República Portuguesa**.
58. **Decreto-Lei nº 316/71, BO nº 32, I Serie, de 07/08/71** - Aprova, para ratificação, a Convenção Geral sobre Segurança Social entre a **República de Portugal e o Reino da Belgica**, assinada em Lisboa em 14 de Setembro de 1970.
59. **Decreto-lei nº 401/74, BO nº 41, I Serie, de 18/10/74** - Aprova para ratificação, o Acordo Complementar a Convenção entre **Portugal e o Luxemburgo** sobre Segurança Social.
60. **Decreto-Lei nº 47130/66, BO nº 37, I Serie, de 10/09/66** - Regula a execução do artigo 6º do Acordo Luso-belga sobre Segurança Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 46279, que sujeita as empresas que tenham sede em Portugal metropolitano ou nas províncias ultramarinas e ocupam nos territórios do antigo Congo Belga, do Ruanda e do Urundi um ou mais empregados de nacionalidade belga ou portuguesa a pagarem, no que respeita a esses empregados, as quotizações patronais de solidariedade previstas pelas disposições de lei belga de 17 de Julho de 1963.

61. **Decreto nº 330/73, BO nº 46, Supl., I Serie, de 17/11/73** - Aprova para ratificação o Acordo Complementar da Convenção Geral sobre Segurança Social entre **Portugal e a Espanha**.  
OBS: Extensão do Decreto nº 330/73 no mesmo B.O.
62. **Decreto-Lei nº 47130/66, BO nº 37, I Serie, de 10/09/66** - Regula a execução do artigo 6º do Acordo Luso-belga sobre Segurança Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 46279, que sujeita as empresas que tenham sede em Portugal metropolitano ou nas províncias ultramarinas e ocupam nos territórios do antigo Congo Belga, do Ruanda e do Urundi um ou mais empregados de nacionalidade belga ou portuguesa a pagarem, no que respeita a esses empregados, as quotizações patronais de solidariedade previstas pelas disposições de lei belga de 17 de Julho de 1963.
63. **Decreto nº 330/73, BO nº 46, Supl., I Serie, de 17/11/73** - Aprova para ratificação o Acordo Complementar da Convenção Geral sobre Segurança Social entre **Portugal e a Espanha**.  
OBS: Extensão do Decreto nº 330/73 no mesmo B.O.
64. **Decreto-lei n.º 25/97, de 27 de Outubro, BO N.º 41 I.S.** – Acordo sobre a isenção de taxas de residência entre **Angola** e Cabo Verde.
65. **Decreto n.º 45-A/82, de 12 de Maio, BO n.º 19, Supl.** – Convenção Geral sobre a Segurança Social com **França**;
66. **Decreto n.º 40/85, de 17 de Abril, BO n.º 15, Suplemento** – Acordo Administrativo relativo à aplicação da Convenção de Segurança Social com o **Reino dos países Baixos**;
67. **Decreto n.º 43/82, de 12 de Maio, BO n.º 19** – Convenção de Segurança Social **Itália**;
68. **Decreto n.º 51/82, de 12 de Junho, BO n.º 24** – Convenção de Segurança Social com **Portugal**;
69. **13 de Março de 1998** - Convenção Geral de Segurança Social entre Cabo Verde e **Senegal**;

70. **A Resolução n.º 75/III/2013, de 22 de Maio** - Aprova, para ratificação, a Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o **Reino da Espanha**, BO, I.S. n.º 27, de 22 de Maio de 2013.

#### **IV – ACORDOS JUDICIÁRIOS**

71. **Decreto-Lei nº 210/71, BO nº 45, Supl., I Serie, de 16/11/73** - Aprova, para ratificação, a Convenção Relativa a Citação e a Notificação no Estrangeiro de Atos Judiciais e Extra-Judiciais em Matérias Civil e Comercial, concluída na Haia em 15 de Novembro de 1965.

OBS: Extensão do Decreto-Lei nº 210/71 no mesmo B.O.

#### **Acordo Judiciário com Portugal:**

72. **Decisão com Força de Lei n.º 12/76, de 23 de Junho, BO n.º 25;**
73. **Lei n.º 32/II/83, de 18 de Junho, BO n.º 25;**
74. **Decreto n.º 29/97, de 27 de Outubro, BO n.º 41;**

#### **Acordo Judiciário com Angola:**

75. **Decisão com Força de Lei n.º 23/79, de 1 de Setembro, BO n.º 35;**
76. **Decisão n.º 26/97, de 27 de Outubro, BO n.º 41;**

#### **Acordo Judiciário com o Senegal:**

77. **Decisão com Força de Lei n.º 1/81, BO n.º 6, Supl.;**

#### Acordo Judiciário com S, Tomé e Príncipe:

78. Assinado a 29 de Outubro de 78;

#### V - PESSOAS E BENS

79. **Decisão com Força de Lei n.º 11/76, de 23 de Junho, BO n.º 25** – Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens com Portugal;

80. **Decisão com Força de Lei n.º 14/78, de 27 de Maio, BO n.º 21** – Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens com Angola;

81. **Resolução n.º 68/V/97, de 31 de Dezembro, BO n.º 50, Supl.** – Acordo com Angola;

#### Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDEAO):

82. **Lei n.º 18/II/82, de 7 de Maio, BO n.º 14, 4º Supl.** – Livre Circulação de Pessoas;

83. **Lei n.º 60/II/85, de 22 de Junho, BO n.º 25, 4º Supl.** – Código de Cidadania;

84. **Lei n.º 34/IV/91, de 30 de Dezembro, BO n.º 52** – Circulação de Pessoas;

85. **Lei n.º 35/IV/91, de 30 de Dezembro, BO n.º 52** – Circulação de Pessoas;

#### Protocolos:

86. **Lei n.º 18/II/82, de 30 de Março, BO n.º 18, Supl.** – Protocolo sobre Livre Circulação de Pessoas e Direito de residência e de Estabelecimento da CEDEAO;

87. **Lei n.º 34/IV/91, de 30 de Dezembro, BO n.º 52, 5º Supl.** – Protocolo Adicional sobre a Livre Circulação de Pessoas e Direito de residência e de Estabelecimento da CEDEAO;

88. **Lei n.º 35/IV/91, de 30 de Dezembro, BO n.º 52, 5º Supl.** – Protocolo Adicional Relativo à Terceira Etapa (Direito de Estabelecimento) do Protocolo A/A1/5/79, sobre a Livre Circulação de Pessoas e Direito de residência e de Estabelecimento da CEDEAO;

**Outros:**

89. **Decisão com Força de Lei n.º 20/76, de 6 de Novembro, BO n.º 45** – Convenção de Estabelecimento e Convenção Relativa à Circulação de Pessoas entre Cabo Verde e Senegal;
90. **Resolução n.º 37/VI/2002, BO n.º 11** – Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens com S. Tomé e Príncipe;
91. **Lei n.º 36/V/97, de 25 de Agosto, BO n.º 32** – Estatuto do Cidadão Lusófono;
92. **Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro, BO n.º 47** - Aprova para Ratificação a Convenção sobre a Livre Circulação e Fixação de Pessoas e Bens, assinada entre o Governo de Cabo Verde e o **Governo do Senegal**.